

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



DISSERTAÇÃO

**O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL INDUSTRIAL E COMERCIAL EM
LOURENÇO MARQUES DURANTE O ESTADO NOVO – A ESCOLA
COMERCIAL DR. AZEVEDO E SILVA**

Luísa Maria Pina Valente Antunes

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Área da especialização em Formação Pessoal e Social

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



DISSERTAÇÃO

**O ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL INDUSTRIAL E COMERCIAL EM
LOURENÇO MARQUES DURANTE O ESTADO NOVO – A ESCOLA
COMERCIAL DR. AZEVEDO E SILVA**

Luísa Maria Pina Valente Antunes

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Área da especialização em Formação Pessoal e Social

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Joaquim Pintassilgo

2010

Agradecimentos

O trabalho que se apresenta destina-se ao cumprimento de provas académicas com vista à obtenção do grau de mestre em Educação, na área de especialização Formação Pessoal e Social pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Um longo caminho foi percorrido até chegarmos à sua conclusão, não obstante ter sido um trabalho solitário durante muitas horas, este só foi possível com o contributo, apoio e solidariedade de diversas pessoas, aquém e além-mar, a quem expresso o meu público agradecimento.

Agradeço ao Professor Doutor Joaquim António Sousa Pintassilgo, pela forma paciente, sábia, tranquila e amiga com que dirigiu o presente trabalho, apesar da distância física a que se encontrava, e me encorajou a prosseguir quando me deparei com várias dificuldades.

O meu agradecimento estende-se ao Director do Arquivo Histórico de Moçambique, Dr. Joel Tembe e aos funcionários responsáveis pelo Fundo da Educação do Arquivo Histórico de Moçambique, que tão pacientemente me acompanharam nas longas horas aí passadas.

Agradeço aos entrevistados pela disponibilidade e amabilidade que tiveram em fazer uma longa viagem pelas suas memórias, e pelo estímulo que me deram em prosseguir.

Cabe ainda um agradecimento à Ana Castanheira e à Teresa Noronha, pela amizade, apoio e disponibilidade que me mostraram na fase de conclusão do presente trabalho. À Isabel Loio, ao Jorge Lacerda, e à Teresa Paulo pela amável colaboração prestada.

Aos meus filhos, Catarina e Diogo um pedido de desculpa por todas as ausências, carinho e atenção adiados.

Ao Luís um agradecimento pela paciência, compreensão, e engenho em atenuar os efeitos das minhas ausências.

Maputo, Outubro de 2010

Índice

Agradecimentos.....	v
Índice de Quadros	vii
Índice de Figuras	viii
Índice de Siglas	ix
Resumo.....	1
Abstract	2
Introdução	4
1. O Objecto	4
2. Instrumentos de trabalho teórico	5
3. Problemática.....	12
4. Estrutura do trabalho	19
1ª Parte – Estado Novo, Colónias e Educação	29
I. O Estado Novo	29
II. Política Educativa do Estado Novo – enquadramento legal.....	33
III. A evolução do Ensino Técnico – Profissional em Portugal	36
IV. A Educação colonial portuguesa	46
V. A província de Moçambique e a cidade de Lourenço Marques	62
2ª Parte -A Escola Comercial de Lourenço Marques.	68
VI. O Ensino Técnico na Província de Moçambique	68
VII. A Escola Comercial de Lourenço Marques.....	74
VIII.Instalações da Escola Comercial de Lourenço Marques – O Espaço.....	75
IX. O tempo escolar.....	90
X. Os Actores	95
X.I.Directores.....	95
X.II.Professores.....	98
X.III.Funcionários	109
X.IV.Alunos	112
XI.Orientação e Coordenação do Ensino	116
XII. Cursos Ministrados.....	117
XIII.Manuais Escolares.....	123
XIV.Frequência Escolar	124
XV. Rendimento Escolar	127
XVI.Mocidade Portuguesa e actividades circum-escolares	129
Conclusão.....	138
Anexos.....	145
Fontes e Bibliografia	174

Índice de Quadros

Quadro 1 – Alunos do Ensino Técnico Profissional 1930-1960	pág. 45
Quadro 2- Resultados do sistema de educação colonial (1955-1959)	pág. 55
Quadro 3- A população da cidade de Lourenço Marques 1930-1950	pág. 65
Quadro 4- População escolar Ensino Técnico entre 1951-1963	pág. 72
Quadro 5- Professores do Quadro Comum 1952	pág. 99
Quadro 6-Professores efectivos da Escola Comercial em 1974	pág. 107
Quadro 7- Relação Individualizada de Pessoal contratado da Escola	pág. 112
Quadro 8- Curso Geral de Comércio	pág. 119
Quadro 9- Curso de Formação Feminina	pág. 120
Quadro 10- Secção preparatória para ingresso no Instituto Comercial	pág. 121
Quadro 11- Curso de Esteno-Dactilógrafo	pág. 122
Quadro 12- Cursos ano lectivo 1963-1964	pág. 123
Quadro 13- Frequência escolar da Escola Sá da Bandeira	pág. 123
Quadro 14- Alunos matriculados entre o ano lectivo 1952-1953 e 1955-1956	pág. 126
Quadro 15-Alunos matriculados na Escola entre o ano lectivo 1961-1962 e 1964-1965	pág. 127
Quadro 16- Alunos matriculados nos anos lectivos de 1966-1967 a 1970-1971	pág. 128
Quadro 17- Rendimento final dos alunos que frequentaram vários cursos nos anos lectivos de 1952-1953 a 1954-1955	pág. 124

Índice de Figuras

Figura 1- Vista Panorâmica da Cidade de Lourenço Marques em 1895	pág. 62
Figura 2- Liceu nacional 5 de Outubro e seu Reitor	pág. 73
Figura 3- Arcada do Liceu Nacional 5 de Outubro	pág. 76
Figura 4- Fachada da Escola Comercial início dos anos 70	pág. 79
Figura 5- Gabinete Médico	pág. 79
Figura 6- Gabinete da Direcção	pág. 80
Figura 7- Secretaria	pág. 81
Figura 8- Sala da Biblioteca	pág. 81
Figura 9- Sala de Professores	pág. 82
Figura 10- Laboratório de Física	pág. 83
Figura 11- Sala de Dactilografia	pág. 83
Figura 12- Sala de Jogos da Mocidade Portuguesa	pág. 84
Figura 13- Salão de Festas e Canto Coral	pág. 85
Figura 14- Sala de aula de Português	pág. 85
Figura 15- Sala de Desenho	pág. 86
Figura 16- Sala de Trabalhos Manuais	pág. 86
Figura 17- Sala das Professoras do Ciclo Preparatório	pág. 87
Figura 18- Um trecho da cerca da Escola	pág. 87
Figura 19 - Escola Comercial de Lourenço Marques	pág. 89
Figura 20 – Vista da fachada da Escola Comercial no início dos anos 70	pág. 117

Índice de Siglas

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ECMLM – Escola Comercial de Lourenço Marques

INDE – Instituto de Desenvolvimento Educacional

MP – Mocidade Portuguesa

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

Resumo

O objecto de análise deste trabalho é o estudo, a partir das fontes disponíveis, da cultura organizacional da Escola Comercial de Lourenço Marques, durante o período do Estado Novo (1952-1974).

O projecto de dissertação tem por horizonte estabelecer um paralelo entre o Ensino Técnico Profissional na Metrópole e a “Estruturação do Ensino Técnico Profissional - Comercial em Lourenço Marques durante o Estado Novo”, tomando como ponto de partida para a investigação, o estudo de uma instituição.

É a partir de uma descrição e análise da Política Educativa do Estado Novo relacionada com o Ensino Técnico Profissional e em particular da Política Educativa Colonial, que se inicia o estudo da Escola Comercial de Lourenço Marques. Nesse estudo privilegiou-se análise do espaço, do tempo, a relação entre os actores educativos, o currículo, a frequência escolar, o rendimento e as actividades circum-escolares, relacionadas com a actividade da Mocidade Portuguesa na Escola. O que se pretende conhecer são as relações entre os actores organizacionais, nas relações com o espaço e nas relações com os saberes.

O trabalho assenta na elaboração de uma monografia da Escola em estudo, que tem por base uma abordagem comparativa entre o Ensino Técnico-Profissional durante o Estado Novo em Portugal e na Província de Moçambique, procurando-se encontrar aspectos comuns mas também singularidades, nomeadamente compreender o papel do ensino e em particular do ensino técnico na construção do sujeito colonial, e na resposta às necessidades da política colonial.

Na concretização do projecto servimo-nos do arquivo e da memória (recorrendo a testemunhos orais) como fontes privilegiadas para a pesquisa científica do passado da instituição em estudo.

Num contexto de crescente importância do Ensino Técnico Profissional serve o presente para trazer a lume algumas questões que não são de hoje mas que mantêm toda a actualidade.

Palavras – Chave:

História da Educação Colonial, Política Educativa Colonial, Ensino Técnico – Profissional.

Abstract

The object of analysis of this work is to study based on available sources the organizational culture of the Commercial School of Lourenço Marques during the period of the New State (1952-1974).

The dissertation project has the intention of establishing a parallel between the Technical Professional Education in the Motherland and the “Structuring of the Technical Professional-Commercial Education in Lourenço Marques during the New State”, taking as a starting point for the investigation the study of an institution.

The starting point of the study of the Lourenço Marques Commercial School is based on a description and analysis of the Educational Policy of the New State related to the Technical Professional Education and in particular of the Colonial Educational Policy. In this study prerogative is given to the analysis of space, time, the relation between the educational actors, the curriculum, school frequency, achievement and the circum-scholar activities linked to activities of the Portuguese Youth in the School. What are intended to be Known are the relations amongst the organizational actors, in the relations with space and in the relations with knowledge.

The work is based on the elaboration of a monograph of the School under study, having as its base a comparative approach between the Technical-Professional Education during the New State in Portugal and in the Province of Mozambique, trying to find common aspects but also singularities, namely understanding the role of education and in particular of technical education in the construction of the colonial subject and in the response to the needs of the colonial policy.

To accomplish the project we made use of archives and memory (resorting to oral testimonies) as privileged sources for the scientific research of the past of the institution under study.

Under the context of growing importance of Technical Professional Education the present work serves to highlight some issues that have not originated today but that maintain all its present day actuality.

Keywords:

History of Colonial Education, Colonial Educational Policy, Technical-Professional Education

Introdução

1. O Objecto

A questão de partida para o presente trabalho foi a de saber se era possível estudar a partir das fontes disponíveis, os fenómenos sociais e educativos de uma instituição educativa, a partir de uma abordagem cultural, ou de forma mais sintética, a cultura organizacional da Escola Comercial de Lourenço Marques.

Iniciámos o estudo pela pesquisa e selecção de uma modalidade de ensino que representasse uma investigação pertinente, tanto do ponto de vista científico como sócio – educativo. Escolhemos uma instituição ligada ao ensino técnico, na então colónia Moçambique, considerando que este tema tem colhido menos espaço nas investigações científicas, pretendendo-se sensibilizar potenciais interessados no seu estudo.

Estabelecemos como balizas temporais o período do Estado Novo, dado que foi o período em que foi criada a referida instituição, mais concretamente o período 1952 a 1972.

No período que vai de 1948 a 1974 registou-se, entre as autoridades educativas, uma preocupação em relação à missão do ensino técnico profissional dentro do sistema educativo.

O presente estudo é um estudo monográfico de história local que pretende estabelecer um paralelo entre a “Estruturação do Ensino Técnico Profissional - Comercial em Lourenço Marques durante o Estado Novo”, tomando como ponto de partida para a investigação, o estudo de uma escola, a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva de Lourenço Marques e o Ensino Técnico Profissional na Metrópole.

Nesta perspectiva pretende-se fazer uma abordagem comparativa entre o ensino técnico - profissional durante o Estado Novo em Portugal e na Província de Moçambique, procurando encontrar aspectos comuns mas também singularidades. Simultaneamente pretende-se perceber os princípios subjacentes à construção do sujeito colonial, nomeadamente como foi possível transformar o conhecimento educacional numa pedagogia de sujeição e de incorporação educativa.

Identificaram-se os seguintes factores de análise e de organização básica da investigação: espaços e estrutura arquitectónica dos edifícios, uma vez que muitas instituições educativas foram instaladas em edifícios adaptados, tornando-se necessário conhecer as adaptações arquitectónicas e espaciais realizadas; a implantação do edifício

na paisagem física e humana, os seus acessos e formas de relação e integração com a comunidade e o meio envolvente, são alguns aspectos a considerar. Outros edifícios foram construídos de raiz para funcionarem como instituições educativas, como foram planeados, como se equipam, como se financiam, número de salas, diversidade e tipos de serviços, acessos, espaços de trabalho e de lazer, são também alguns aspectos a ter em conta, bem como as áreas de organização: pedagógica e didáctica e área de direcção e gestão. Na área pedagógica e didáctica parece-nos fundamental debruçarmo-nos sobre a relação entre professores, alunos e funcionários, sendo de destacar a relação entre o corpo docente e discente. Na área de direcção e gestão, destacam-se os órgãos de chefia e de poder, pelo que se revela necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão, direcção e poder perceber como se efectuava a comunicação interna e externa, conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com poder de decisão, conhecer e caracterizar o corpo docente, administrativo e auxiliar; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente; as relações com o poder central e com os poderes regionais e locais.

2. Instrumentos de trabalho teórico

Como Nóvoa (1986) refere, “o mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de sentir os desafios do tempo presente, de pensar a sua acção nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico e de participar criticamente na construção de uma escola mais atenta às realidades dos diversos grupos sociais”.(p. 417)

Actualmente vive-se num período de redescoberta da especificidade das temáticas escolares e do papel dos diferentes actores educativos e da sua experiência, recorrendo à revalorização das temáticas comparadas, já que faz parte da História Total. A necessidade de compreender o presente nas suas diferenças com o passado, mas também o modo como passado nos foi trazido até ao presente influenciando as nossas maneiras de pensar e de falar e a educação, é impossível de atingir de forma consistente sem uma reflexão histórica.

A História da Educação vive um período de transformação teórica e metodológica, fruto da reestruturação dos sistemas de ensino. Assim sendo, procura-se investigar das estruturas escolares aos actores, dos sistemas às escolas, dos aspectos nacionais aos

locais, do desenvolvimento do currículo à construção do conhecimento escolar, do funcionamento das escolas à organização do quotidiano dos alunos e dos professores.

A Escola como um lugar de cultura, tida como o espaço privilegiado para a aquisição de conhecimentos, de regras universais e também assumindo o papel de inculcação ideológica e reprodução social, mas também de meio privilegiado para a difusão de uma cultura escolar, marcada pelas especificidades de quem frequenta a escola, apresenta-se hoje como um espaço de igualdade de oportunidades, de multiculturalismo, de organização do sistema educativo e organização das aprendizagens escolares.

O conceito de cultura escolar, segundo Barroso (2005) tem sido utilizado para pôr em evidência a função da escola como transmissora de uma cultura específica no quadro do processo de socialização e integração nacional das crianças e dos jovens.

Existem três tipos de abordagens teóricas para analisar a cultura escolar, segundo Barroso (2005, p.42), numa perspectiva “funcionalista”, a “cultura escolar” é a Cultura que é veiculada pela escola, sendo este um transmissor de uma cultura que é definida e produzida exteriormente e que se traduz nos princípios e finalidades que o poder político (social, económico, religioso) lhe atribuí e que constitui a aculturação das crianças e jovens; numa perspectiva “estruturalista”, a “cultura escolar” é a cultura produzida pela forma escolar de educação, através do plano de estudos, das disciplinas, do modo de organização pedagógica; numa perspectiva “interaccionista”, a “cultura escolar” é a cultura organizacional da escola, não se falando em Escola em sentido global, mas sim de cada escola em particular. O que se pretende desenvolver são as relações entre os actores organizacionais, as relações destes com o espaço e com os saberes. Assim Michael Apple defende que existe uma interacção entre cultura e poder no interior do campo escolar. (in Nóvoa, 1998, p.44)

Na opinião de Ferrer (2005, p.139) quando se fala em cultura escolar tem de se falar em história do tempo e do espaço escolar, em que os historiadores começaram a prestar atenção ao tempo. Na perspectiva de Viñao (1996) “o tempo social e humano é um aspecto da construção social da realidade” (p.16-18), que o ser humano não inventa por si mesmo mas que aprende desde a sua infância, daí que a investigação deva prestar atenção ao calendário escolar, ao horário escolar, distinguindo tempos lectivos e administrativos, tempos do aluno e do professor. O tempo não se define pela sequência organizada de acontecimentos, mas pela apropriação individual e colectiva de uma série de coordenadas temporais.

Ao mesmo tempo, o espaço constitui uma dimensão indissociável da actividade

humana, neste caso da actividade educativa. Logo, para se analisar uma realidade escolar não se pode prescindir da dimensão espacial, entendendo o espaço como um território constituído por pessoas, individualmente e colectivamente. O espaço não se refere exclusivamente à sua dimensão física, mas às várias localizações que podem produzir-se em função das nossas filiações e identidades.

Nóvoa (1997) refere num artigo que existem seis direcções que têm guiado a renovação na área dos estudos históricos e particularmente na área especializada dos estudos histórico-educativos:

I- A mudança de interesse pelas estruturas para a atenção prestada ao conhecimento dos actores. Releva-se o retorno do actor, da experiência, da memória e dos textos ou narrativas, assim como da história oral e da história das identificações de género, raça e etnia;

II- O interesse pelo estudo da escola, mais do que o dos sistemas educativos, com especial ênfase nos métodos de pesquisa da etnografia e da micro-história, em ordem a se produzir uma nova história social;

III- A evolução da externalidade para a internalidade da análise sociocultural de uma dada instituição ou escola com particular significado nas áreas da história do currículo, dos textos, das disciplinas e dos actos e processos de ensino, com vista ao desenvolvimento de uma nova história cultural;

IV- A passagem do plano das ideias pedagógicas e educativas para os discursos e ao conhecimento dos processos e contextos de produção, difusão e inscrição destes no tempo e no espaço, com intuito de pesquisar os aparatos cognitivos que sustentam os discursos dos reformadores e dos especialistas da educação;

V- O interesse pelo estudo das políticas, e não somente dos factos educativos e as suas relações com o poder e a sociedade, impele a pesquisa para o campo dos debates, confrontos e interrogações, ou melhor para a *arena social* e política da educação;

VI- A orientação para uma história comparada, intra e inter – sistemas educativos nacionais, apontam a investigação para a análise de identidades educativas que se configuram no *continuum* entre o local, o nacional e o global, ou seja, entre o infinitamente pequeno (como a identidade de uma dada escola localizada) e o infinitamente grande (o estudo inter-nacional dos sistemas educativos). (p.5, 18-47)

O presente trabalho é um estudo monográfico sobre um estabelecimento de ensino técnico-profissional da cidade de Lourenço Marques. É também um trabalho de história local. A monografia é uma forma privilegiada de pesquisa em História, que exige a

coerência documental, a familiaridade do tema que permita o domínio do objecto de estudo, e a representação do real. Como refere Revel (1999) o problema que se coloca às monografias não é o da escala de observação mas o da representatividade de cada fracção em relação ao conjunto no qual terá por vocação o de se integrar, como uma peça deve encontrar o seu lugar num puzzle.

Segundo Nóvoa (1997), o estudo do funcionamento de uma organização escolar assenta:

- no conhecimento da estrutura física da escola: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas edifício escolar, organização dos espaços;
- no conhecimento da estrutura administrativa da escola: gestão, direcção, controlo, inspecção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais, locais;
- no conhecimento da estrutura social da escola: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social...

As instituições escolares adquirem uma dimensão própria, enquanto espaço organizacional, onde também se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas.

Segundo Escolano (in Nóvoa e Berrio, 1993), para além do estudo do tempo, do espaço, do currículo, dos métodos, dos materiais e dos manuais é importante o conhecimento da organização e da vida da Escola, prestando atenção à disciplina, ao regulamento interno, aos valores educativos.

Como nos diz Magalhães (2000) a história da Escola, desde os aspectos morfológicos, funcionais e organizacionais até aos aspectos curriculares, pedagógicos e vivenciais, desenvolve-se numa complexa malha de relações intra e extramuros cuja evolução se apresenta marcada pela sua inscrição nos contextos históricos locais. A história da escola e da escolarização em Portugal, como a história do sistema educativo, está profundamente inscrita na realidade regional e local.

Uma História da Educação elaborada a partir de entradas locais e regionais implica um alargamento das fontes de informação e uma abertura às fontes arquivísticas, museológicas e orais a nível local, mas não pode fazer-se em exclusivo a partir de fontes locais. Têm também de ser consideradas as fontes centrais, que informam também sobre a história local. O local é em parte uma representação do global, na sua complexidade e multidimensionalidade. (Magalhães, 1999)

Na História da Educação, historiar o local, seja no plano regional, seja uma instituição educativa, ou uma biografia, significa por vezes confrontar-se com uma grande ausência de informação histórica e com dificuldades em contrapor a informação ao comemorativismo da memória, fontes arquivísticas que permitam uma dialéctica entre memórias e arquivo.

As instituições educativas são organismos vivos que, integrando-se numa política educativa, e numa estrutura educacional, fazem-no de forma crítica, adaptativa e criativa. Estas instituições, como as pessoas, são portadoras de uma memória e de memórias. Uma memória assente na transmissão oral, cronística, memórias factuais, relatos dispersos, fruto de olhares particulares, mas integrada nas práticas e nas representações do quotidiano (Magalhães, 1999). É através de uma análise historiográfica que a identidade das instituições se afirma, numa construção entre a memória e o arquivo, estabelecendo uma relação entre os aspectos sincrónicos e diacrónicos. Nesta perspectiva as instituições educativas são organismos criativos, tanto na sua vivência interna, e construtivistas na sua relação com a comunidade envolvente, bem como com os públicos a que se destinam.

Na perspectiva de Nóvoa (1990) o estudo centrado nas características organizacionais das instituições educativas, tende a construir-se em torno de três grandes temas: a estrutura física da escola: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços...; a estrutura administrativa da escola: gestão, direcção, controlo, inspecção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais, locais, a estrutura social da escola: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc.

A partir da identificação da problemática central do presente trabalho tentámos limitar de forma clara o nosso campo de análise. Concentrámos a análise sobre uma organização escolar de dimensão apreciável no quadro do ensino técnico – profissional, em Lourenço Marques e na Província de Moçambique, procurando perceber o funcionamento pedagógico e administrativo, estruturas e práticas culturais e sociais, procurando na medida do possível atingir o domínio do sujeito enquanto utilizador dos espaços educativos, em especial alunos, professores e funcionários. Não excluimos de todo uma abordagem de carácter mais amplo, de cariz macro-educativo à escala nacional, com o objectivo de melhor situar a escola, a problemática em estudo e as

possíveis interligações que a mesma poderia ter com outros contextos educativos semelhantes.

Como critérios de racionalidade que orientaram o modelo de análise construído no presente trabalho adoptámos os mesmos que Jacques Le Goof & Nicolas Rousselier (1995) definiram para a ética profissional do historiador: o rigor, a precisão, a exactidão, mas também, para a parte interpretativa e literária, a imaginação, a intuição, o cuidado de clareza e de simplicidade.

Ao longo do presente trabalho mantivemos sempre um diálogo entre as fontes, o suporte teórico e conceptual e os métodos de análise para nós disponíveis e por nós conhecidos. Para além da análise crítica das fontes, juntámos a análise de conteúdo como um instrumento de análise das comunicações. (Bardin, 2008) Berelson definiu a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que através de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.” (Bardin, 2008, p.38). A análise de conteúdo que se desenvolveu no início do século XX, nos Estados Unidos, é uma técnica que pretende estabelecer uma correspondência em relação aos objectivos que se seguem: *superação da incerteza*, de modo a garantir que a leitura feita seja válida e generalizável, que contenha rigor e o *enriquecimento* da leitura, de modo a permitir descobrir, adivinhar, a inferência e ir além das aparências (Bardin, 2008). “Para concretizar os seus objectivos a análise de conteúdo passa por várias fases: a *descrição*, a *inferência* e a *interpretação*. Actualmente designa-se análise de conteúdo: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (Bardin, 2008, p.44).

No que respeita à análise crítica das fontes, em especial das literárias, começámos por verificar o contexto da sua produção, a autenticidade e a veracidade das matérias, procurando-se depois interpretá-las de forma a estabelecer um sentido literal do texto e o sentido real.

As unidades de observação utilizadas foram o espaço físico das escolas, através da análise da sua materialidade e funcionalidade, as entrevistas semi-estruturadas realizadas a actores individuais da história da escola, os quais transmitiram os factos e as representações que cada um viveu nas escolas, abrilhantada pela pequenas histórias

vividas, pelas situações testemunhadas, comportamentos, que nenhum documento escrito fazia referência, tendo-se procedido à elaboração de protocolos de entrevista, que foram registadas e integralmente transcritas (incluindo risos, hesitações, silêncios...). Posteriormente dividiu-se o texto transcrito em *Análise temática*, características associadas ao tema central, *análise sequencial* e *análise das oposições* (Bardin, 2008). Foram construídas três grelhas de categorias para cada tipo de entrevista, tendo-se procedido posteriormente a uma análise qualitativa das mesmas, que privilegiou a inferência.

Foi ainda analisado o material iconográfico como fotografias, plantas, mapas, os volumes de frequência interna e externa dos alunos. Relativamente aos professores, destacámos os registos biográficos, formação académica e pedagógica, e para os funcionários das escolas segundo categoria e funções, utilizámos fontes escritas de várias naturezas, oficiais, como relatórios dos directores, correspondência, ofícios, pautas com as classificações de exame, jornais académicos, e jurídicas, como diplomas legais.

O currículo oficial foi analisado, do ponto de vista formal, tomando em consideração os diplomas legais, e do ponto de vista da eficácia das escolas, a partir do rendimento escolar dos alunos aferido pelos resultados finais dos exames.

Nas actividades de complemento curricular centramos a nossa análise nas actividades culturais da Mocidade Portuguesa, mais conhecidas por actividades circum-escolares. O currículo oculto será analisado a partir de uma abordagem mais generalizada e relacional das experiências de aprendizagem mais subtis oferecidas pelas escolas, tomando como referência a definição de currículo oculto de Halo Hutmacher:

“aquilo que chamamos de currículo oculto não está verdadeiramente oculto; se não é imediatamente visível, nem por isso existe alguém que se empenhe em dissimulá-lo, (...) o currículo oculto corresponde ao funcionamento normal das escolas, ao modo de vida escolar: é tudo o que acontece naturalmente na escola, o que há de mais evidente, de mais comum e tradicional, o que se tornou tão familiar que já não nos chama a atenção. Somos confrontados com uma amálgama de fenómenos: o lugar concedido aos alunos e o seu estatuto individual e grupal; a maneira de definir e de coordenar o trabalho os métodos de manutenção da ordem, de gestão de multidões (...); o agrupamento dos alunos; a maneira de distribuir os alunos pelos professores, e vice-versa; a organização do tempo e dos espaços; a estratégia de escolha e de construção escolar dos saberes a transmitir; a regulação das práticas pedagógicas; a forma de apreciação, de avaliação e de retribuição do trabalho (...) “. (Hutmacher, 1992, p.51)

Abordaremos também a questão da indisciplina escolar já que ela está relacionada com a temática do desenvolvimento de competências sócio-afectivas e comportamentais dos

alunos em contexto escolar, sobretudo centrado na promoção das capacidades cognitivas e profissionais dos alunos e na manutenção da ordem social, moral e política.

3. Problemática

A Escola Comercial de Lourenço Marques é aqui elevada à categoria de objecto de estudo, abrindo um campo de observação e pesquisa de nível meso-abordagem, situado entre a sala de aula, de nível “micro” e a macro-abordagem ao nível do sistema educativo nacional.

Numa época em que se questiona cada vez mais a importância do Ensino Técnico - Profissional tanto em Portugal como em Moçambique, pensamos que será relevante estudar o percurso do Ensino Técnico Profissional em Portugal e compará-lo com a estruturação e com os objectivos que levaram à introdução deste tipo de ensino na então Província de Moçambique e mais particularmente em Lourenço Marques, com a criação da Escola Comercial de Lourenço Marques, bem como a repercussão social e ideológica deste tipo de ensino. Ensino que ainda na actualidade desempenha um importante papel quer em termos socioeconómicos, quer em termos históricos e culturais em Moçambique.

Ao estudar a “ Estruturação do Ensino técnico profissional – Industrial e Comercial em Lourenço Marques durante o Estado Novo” pretendemos fazer uma investigação sobre:

- As políticas educativas adoptadas por este regime, relativas a este tipo de ensino;
- O discurso legal sobre o Ensino Técnico e Profissional, comparando-o com o estabelecido para as colónias portuguesas, em particular para Moçambique, para este tipo de ensino e no mesmo período.
- O percurso do ensino técnico profissional na Província de Moçambique / Lourenço Marques;
- A concretização deste tipo de ensino na Província, mais concretamente em Lourenço Marques a partir do estudo de uma instituição escolar, a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva;

- Os princípios subjacentes à construção do sujeito colonial, nomeadamente como foi possível transformarem o conhecimento educacional numa pedagogia de sujeição e de incorporação educativa.
- A importância e o papel do ensino técnico – profissional no período estudado.
- A cultura organizacional da Escola Comercial Dr. Azevedo Silva em Lourenço Marques, nomeadamente como era a escola, como se vivia nela, como nela se tentava ensinar e educar;
- Os espaços e a estrutura arquitectónica dos edifícios escolares, a sua implantação na paisagem física, equipamentos, número de salas, espaços de trabalho e de lazer.
- As suas áreas de organização pedagógica, didáctica, de direcção e gestão, nomeadamente a relação entre professores, alunos, funcionários, destacando a relação professor - aluno.
- Os órgãos de gestão / direcção.
- O funcionamento da comunicação interna e externa.
- As características das relações de poder e as hierarquias.
- A constituição do corpo docente, administrativo e auxiliar.
- As características do corpo discente.
- A relação e a participação da comunidade envolvente.
- As relações com o poder central e com o poder local.

É nosso objectivo também, com este estudo, contribuir para a recuperação da memória desta instituição e contribuir de algum modo para uma melhor colocação dos problemas actuais deste tipo de ensino, através de uma pesquisa científica do passado. Segundo

Remond (in Nóvoa, 1989), na História da Educação encontramos frequentemente a debater questões que já foram objecto de análise e reflexão anteriores, nomeadamente algumas das questões que pensamos serem de hoje sobre as finalidades deste tipo de ensino, puseram-se no passado e hoje são retomadas com moldes diferentes devido às transformações sociais, políticas e culturais.

O tema que pretendemos estudar insere-se no campo da História da Educação, mais concretamente na História da Educação Colonial.

A História da Educação teve a sua origem no século XIX, num tempo histórico marcado pela consolidação dos sistemas nacionais de educação, em que se procurou afirmar a identidade nacional dos cidadãos dos novos “estado nação” bem marcada nos projectos educativos, numa perspectiva gloriosa.

Actualmente assiste-se a uma redefinição de identidades no plano local e internacional. Surgem no entanto alguns movimentos que retomam a nação como princípio identitário e conceito organizacional, numa perspectiva de que o processo de globalização tende a reforçar as tendências nacionalistas.

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um dos caminhos de renovação da História da Educação.

Segundo Meyer, Ramirez & Soysal (in Nóvoa, 1998), as conclusões de um estudo feito em 120 países e que abarcou o período de 1870 – 1980, referem que o desenvolvimento da escola de massas num país é pouco influenciado pelas características nacionais, como a urbanização, a composição racial ou religiosa, a independência ou mesmo a definição da escolaridade obrigatória, mas é sim fortemente influenciado pela localização estrutural dos países no sistema mundial.

Segundo Nóvoa (1990), “As escolas constituem uma territorialidade espacial e cultural onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos: Por isso, a sua análise só tem sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a acção educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu*”. (p.16)

A história das instituições educativas cumpre este triplo registo de conhecimento do passado, problematização do presente e perspectivação do futuro. Como refere Magalhães, (2000) a história das instituições educativas desenvolve-se por aproximação e distanciação ao objecto. A realidade - objecto, constituída pelo edifício, movimento de alunos, programas, manuais, sumários, exames, provas, termos de matrícula e de exame, por um lado e actas, relatos gerenciais, orçamentais, contabilísticos, por outro, com uma

visita às memórias e actos de direcção e decisão, ganham sentido histórico numa perspectiva problematizante, tendo por base a relação instituição/público.

Esta história pretende construir uma identidade histórica, tomando em atenção as coordenadas de tempo e de espaço: quadros de mudança e de permanência; relações entre o local/regional e o geral / nacional, pelo que se justifica uma problematização da relação das instituições educativas com o meio sociocultural envolvente e pelo questionamento e (re)construção das representações simbólicas das práticas educativas que marcam a sua identidade histórica.

Os grandes domínios de reflexão no campo da História da Educação são a história do currículo e as permanências e mudanças do acto educativo e da organização escolar, segundo Nóvoa (1998). A história do currículo assenta no processo de fabrico do currículo, que permite esclarecer as razões da escolha ou exclusão de certas formas de conhecimento, e conhecer o papel histórico de vários grupos sociais, económicos políticos, já que ele é construído como um resultado de compromissos políticos, económicos, culturais, por pessoas reais e com interesses reais e objectivos, ou seja torna-se um meio de regulação social.

O currículo forma assim indivíduos, forma uma cultura que vai penetrar na cultura da sociedade global, moldando-a e modificando-a.

No que concerne à tensão entre a permanência e a mudança nos sistemas escolares, segundo David Tyack (in Nóvoa, 1998) “os reformadores acreditam que as suas inovações vão mudar as escolas, mas com efeito, são as escolas que mudam as reformas” (p.37), já que cabe aos professores escolher de maneira selectiva, por em prática a reforma ou modificá-la, o que se reflecte no processo de ensino aprendizagem. Como nos diz Mogarro (2001), “As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características dos sistemas educativos, (...) apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e descrever o itinerário de vida de uma instituição, na sua multidimensionalidade, assim como das pessoas que desenvolvem a sua actividade profissional nesse universo.” (p.16)

O período do Estado Novo, é sem dúvida do ponto de vista da periodização, aquele que se torna mais atractivo para os historiadores da educação colonial, o que se compreende dada a maior disponibilidade de fontes e de séries documentais organizadas. Na perspectiva de Madeira (2007) a maior parte da produção historiográfica em História da Educação Colonial circunscreve-se a objectos a tratar a partir da demarcação de balizas

políticas, negligenciado a autonomia do campo educativo como um campo com os seus marcos específicos e com as suas temporalidades próprias. Logo uma História da Educação Colonial crítica terá de insistir na criação dos seus objectos e problemas autónomos, dos seus contextos específicos e das suas temporalidades próprias interligadas aos acontecimentos que a história tradicional costuma celebrar com base nos recortes políticos, nos ciclos económicos ou nas convulsões sociais.

Surge neste contexto a pertinência de se estudar para além da política educativa adoptada durante o Estado Novo relativamente ao ensino técnico – profissional, uma instituição escolar criada em Lourenço Marques para concretizar este tipo de ensino, e para dar resposta às necessidades da política colonial.

Pretendemos construir um olhar histórico comparado, concretamente sobre como foi estruturado o ensino técnico – profissional na Província Moçambique, mais concretamente em Lourenço Marques, procurando estabelecer uma ligação entre a escolarização e o desenvolvimento socioeconómico e cultural, comparando-a com a realidade do Portugal da época.

Certamente a instituição em estudo integrara-se na política educativa de então, mas o que pretendemos estudar é a forma como o fez e se os seus actores o fizeram de uma forma passiva ou crítica.

Consciente da importância dos actores no processo educativo, urge lembrar os seus papéis, desde o Director, aos professores, funcionários e alunos.

Segundo Barroso (2005) durante o período do Estado Novo os reitores e directores das Escolas Técnicas tinham nas suas funções quatro papéis fundamentais: “administrador-delegado”, “gestor”, “supervisor dos professores” e “educador dos alunos”. No primeiro papel, o reitor ou o director representa o governo no liceu e na escola e o seu poder reforça-se à medida que a centralização administrativa foi aumentando. A nomeação dos reitores e directores tinha em consideração que a escolha recaísse em pessoas da confiança da administração para que pudessem ser agentes eficientes das políticas estabelecidas. Muitas vezes o reitor/director ao desempenhar este tipo de papel assumia também funções de inspecção. Assim, segundo Barroso (2005), entre 1930/1933, o reitor/director era livremente nomeado pelo Governo, normalmente não pertencia ao quadro, podia não ser um professor, era um funcionário do governo e perante este era o responsável, gozando de toda a independência face a quem dirigia. Verificava-se uma diferenciação entre as funções de direcção e as docentes, com subordinação destas às primeiras, uma divisão e hierarquização de competências com reforço dos mecanismos

de fiscalização do reitor e director e seus agentes, o cumprimento dos programas era vigiado por estes e pelos directores de classe. Os reitores e directores eram os responsáveis por todas as infracções das disposições legais e regulamentares nos serviços a seu cargo, sempre que as não reprimissem ou não dessem conhecimento superior. Muito do que se sabe dos papéis atribuídos aos reitores é através da análise dos relatórios, onde é possível verificar a dificuldade em integrar as duas dimensões a de “líder profissional” enquanto professor, educador e a de “administrador”, enquanto responsáveis pelas tarefas de planificação, organização, direcção e controlo.

Assim os reitores e directores, apesar de dependerem directamente do poder político, gozavam de uma liberdade relativa em contexto escolar, o que possibilitou em alguns casos a produção de uma cultura educativa própria. Pesava sobre estes um controlo “*a priori*” feito através da abundância de normas e regras que tinham de cumprir, que destacavam o carácter executivo das suas funções, e o controlo “*a posteriori*” concretizado através dos minuciosos relatórios anuais que os reitores e directores eram obrigados a apresentarem.

Na Província de Moçambique os directores das Escolas de Ensino Técnico e Profissional, eram nomeados pelo então Ministério do Ultramar em parceria com o Ministério da Instrução Pública / Ministério da Educação.

No que concerne aos professores, a sua imagem, sentimentos e formação tem vindo a mudar ao longo do tempo. Na perspectiva de Barroso (2005), durante o Estado Novo, o trabalho docente era encarado como uma missão, como pode ser comprovado pelo discurso proferido pelo subsecretário de Estado da Educação, em 1946, quando da inauguração do Liceu de Viana de Castelo,

(...) A missão do professor, como a do padre, como a do militar, constitui antes um sacerdócio que uma profissão. Em nenhuma hipótese pode ser um modo de vida, na acepção vulgar do termo. O professor pode e deve viver dos seus honorários. Melhor, deve poder viver dos seus honorários. Estes têm que ser fixados num nível que, normalmente, lhe permita manter-se com decência, com dignidade, possibilitando-lhe a constituição e sustentação do seu lar, a criação e educação dos filhos e ainda o aperfeiçoamento e acrescentamento do seu cabedal de saber. Mas não se pode abraçar à carreira com a ideia de se instalar bem na vida, nem tão pouco com a de, bem ou mal “se arrumar”.

Os serviços do professor não têm preço, por isso, não podem ser pagos. Se, pela sua acção, o professor contribui, de maneira decisiva, para o aproveitamento e valorização do maior património da Nação que é o povo e, mais particularmente, a criança e o adolescente, ao Estado incumbe velar por que tão precioso servidor não tenha razoavelmente preocupações mais prementes que a de cumprir a sua tarefa com perfeição cada vez maior.

Esta única exigência que, em boa justiça, o professor pode apresentar. Mas, em contraposição, que série imensa de condições a que ele deve satisfazer: idoneidade moral, cívica, política, probidade científica e profissional; dedicação, zelo, fé, altruísmo, mística, patriotismo, paciência, carinho, perseverança, chama apostólica. De tudo isto houve e ainda há muito na classe a que me honro de pertencer, mas é indispensável que, abnegadamente, heroicamente, os professores da nossa terra se não deixem contaminar pelo mau exemplo e que eles, a quem compete dar lições, as não aceitem, de qualquer natureza, de quem para tanto não tenha qualidade.”

(Relatório do reitor, 1945-1946, Liceu Gonçalo Velho, Viana do Castelo. (Marques.2003. p. 135-136)).

O discurso oficial apresentava os professores como missionários, mas como refere Delfim Santos na revista *Palestra* (do Liceu Pedro Nunes) no final de 1950, a tirania dos programas e preocupação de tornar os professores uns meros executantes dos mesmos o tornava-os numa espécie de “funcionários do ensino”, cuja competência principal era administrarem o saber que constava dos programas e preparar os alunos para o exame, em que reproduziam o resultado, relatavam factos ou descreviam uma experiência.

Na perspectiva de Rui Grácio, os professores encontravam-se no final dos anos 60 do século XX, num estado de desânimo e de desistência devido a uma inércia profissional e a um pauperismo material. (Barroso, 2005)

Nesta perspectiva, em torno da questão do acesso, recrutamento, aproveitamento, seguimento dos alunos, pode residir uma propriedade fundamental da instituição escolar, uma marca que lhe pode conferir uma identidade nos quadros regional e local. A problemática do estabelecimento da relação entre a instituição educativa e a comunidade envolvente, centra-se em torno do movimento de alunos, nomeadamente da política de acesso e saída e de sucesso educativos, assim como as relações entre a origem geográfica, económica e sociocultural, o recrutamento, as condições de acesso e de saída, são indicadores fundamentais, no que se refere aos alunos. (Magalhães, 2000)

No que respeita ao funcionamento das instituições educativas, a acção administrativa, cuja avaliação se torna necessária para legitimar a acção pedagógica, verifica-se por vezes uma tendência a sobrepor-se a esta, pelo que com alguma frequência se diluem as marcas dos principais actores, professores e alunos, ficando os registos dos resultados pedagógicos, mas lançados através e para efeitos de certificação e controlo. Como nos refere Magalhães (2000) as instituições educativas apresentam uma estrutura física, administrativa e sociocultural. As funções básicas de uma instituição deste tipo traduzem-se na produção e na transmissão de cultura, quer pela matriz científica e

tecnológica, quer pela formação de comportamentos, atitudes e valores. Por este motivo torna-se necessário conhecer e caracterizar os participantes (alunos, professores, funcionários, pais comunidade sociocultural envolvente), inferindo sobre as suas expectativas e formas de realização e participação. É também necessário um olhar externo, uma abordagem que se obtém através de quadros comparativos, da análise da imprensa regional e local, ouvindo, ou melhor, lendo os que se exprimem de forma favorável ou crítica.

O percurso historiográfico é definido pelo historiador que através uma ideia própria, traduz e representa a instituição educativa, descrevendo-a, identificando-a, conhecendo-a e compreendendo-a, a partir de uma narrativa, de um relato de investigação, ou através do estabelecimento de uma teia com actores, espaços, tempos e acção.

4. Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes.

A primeira parte refere-se à caracterização geral da Política Educativa do Estado Novo, ao seu enquadramento legal, à evolução do Ensino Técnico e Profissional, durante o período em estudo, passando pela estrutura e funcionamento destes cursos. Ou seja, visa sistematizar o discurso legal sobre o Ensino Técnico e Profissional em Portugal, comparando-o com o estabelecido para as colónias portuguesas, em particular para Moçambique, para este tipo de ensino e no mesmo período.

No capítulo I faz-se uma caracterização geral e sintética do Estado Novo em Portugal e da evolução político-ideológica do regime em relação às colónias, incidindo sobre a importância e papel da educação e da escola na forma de compreender qual era a realidade cultural, social e educativa que se impunha nas colónias, e em particular em Moçambique.

O capítulo II inicia o tratamento do tema, procedendo-se ao estabelecimento do percurso da Política Educativa do Estado Novo e respectivo enquadramento legal.

No capítulo III, analisa-se o percurso do Ensino Técnico em Portugal, bem como a estrutura e funcionamento dos cursos técnico profissionais.

O IV capítulo será dedicado à Educação Colonial.

Para concluir a primeira parte do presente trabalho, no capítulo V faz-se uma breve

caracterização da cidade de Lourenço Marques, da sua evolução física, populacional, económica, social e cultural.

A segunda parte ocupa o núcleo do presente trabalho, sendo dedicada à Escola Comercial Dr. Azevedo Silva, onde se faz uma incursão pela Instituição, através de uma pesquisa pela sua organização e actividades, caracterização do corpo docente, perfil dos alunos e imagem da instituição na época em estudo.

O percurso desta instituição escolar inicia-se no capítulo VI, com uma perspectiva do Ensino Técnico na Província de Moçambique, procurando-se esclarecer como a existência desta Escola se inseriu numa perspectiva de dominação colonial.

No capítulo VII faz-se uma breve descrição da criação e evolução da Escola Comercial de Lourenço Marques.

O capítulo VIII privilegia as instalações da Escola Comercial, ou seja o espaço.

No capítulo IX faz referência ao tempo escolar, considerando-se que o tempo escolar é um elemento estruturante do modelo escolar de educação, que se articula com outros elementos como o espaço, a disciplina, o currículo, os actores, entre outros.

O capítulo X é dedicado aos actores da Escola Comercial, nomeadamente directores, professores, funcionários e alunos. Na área pedagógica e didáctica é fundamental a relação entre professores, alunos e funcionários, sendo de destacar a relação entre o corpo docente e discente. Na área de direcção e gestão, destacam-se os órgãos de chefia e de poder, pelo que é necessário conhecer e caracterizar os órgãos de gestão, direcção, perceber como se efectuava a comunicação interna e externa, conhecer e caracterizar as relações de poder, as hierarquias e as instâncias com poder de decisão, conhecer e caracterizar o corpo docente, administrativo e auxiliar; conhecer a relação e a participação da comunidade envolvente bem como as relações dos outros membros com o poder central e com os poderes regionais e locais.

Pretende-se fazer a caracterização desses corpos e a análise das suas representações sobre o ensino, a educação e a vida profissional. Assim procedeu-se a uma análise da evolução quantitativa de professores, das suas origens geográficas, formação académica e, sempre que possível, do tempo em que permaneceram ligados à instituição.

No campo dos funcionários fez-se uma análise quantitativa, o inventário das funções desempenhadas, tentando perceber o tipo de relações interpessoais que estas mantinham com professores, os alunos, os funcionários e os Encarregados de Educação.

No que respeita ao perfil dos alunos, abordámos a sua composição por género, as suas origens geográficas e sociais e os ambientes sociais em que decorreu a sua formação.

O capítulo XI refere o tipo de orientação e ensino que era ministrado na escola, nomeadamente a frequência das reuniões de conselho escolar, a constituição das comissões disciplinares, a coordenação de cada disciplina, com a definição dos directores de curso a quem competia a articulação pedagógica, a definição dos critérios de avaliação, entre outros aspectos.

No capítulo XII, fez-se um levantamento dos cursos que foram ministrados na Escola, desde a criação da mesma até ao início da década de setenta.

O capítulo XIII, refere-se aos manuais escolares, nomeadamente o critério de selecção e a qualidade pedagógica dos mesmos.

A frequência escolar será abordada no capítulo XIV, tendo-se estudado a evolução do número de alunos na Escola, ao longo do tempo em estudo e dos vários tipos de curso.

No capítulo XV far-se-á uma análise do rendimento escolar, tendo em consideração o curso diurno e nocturno e os resultados obtidos pelos alunos nos vários cursos.

O capítulo XVI dedicar-se-á à acção da Mocidade Portuguesa na escola e ao desenvolvimento das actividades circum-escolares.

Finalmente apresentamos uma conclusão onde serão apresentadas as considerações finais que resultaram do presente estudo, bem como sugeridas possíveis pistas para novas investigações.

Os principais passos metodológicos a adoptar na presente investigação e que irão permitir uma abordagem historiográfica das instituições educativas em estudo, serão: o estabelecimento de uma problemática de relação, que supere a enumeração funcionalista das características materiais e físicas dos edifícios, funções e papéis dos actores que habitaram as instituições educativas, inquirindo-os do ponto de vista político e simbólico. Recorremos para tal à memória e à história oral.

A inexistência de um arquivo organizado, e a dispersão da documentação por vários espaços bem como a sua conservação em condições precárias, (particularmente a existente em Moçambique), dificultaram a evolução da investigação, e obrigaram à repartição da pesquisa em dois espaços - tempos principais. O primeiro, realizado em Moçambique, centrou-se no acervo do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), em Maputo, no arquivo da Escola Comercial de Maputo, o segundo, ainda que limitados pelo tempo curto de permanência em Portugal, centrou-se no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), e na Biblioteca Nacional (BN).

Em qualquer estudo histórico as fontes utilizadas representam a matéria – prima que permite ao investigador prosseguir o seu trabalho. Nesta investigação utilizámos fontes

primárias como:

- Textos legais normativos (legislação; planos de estudos, circulares, regulamentos);
- Documentos oficiais do Governo-geral e da Administração Civil;
- Relatórios das Escolas;
- Relatórios da Inspeção;
- Documentos de natureza iconográfica
- Publicações / Imprensa;
- Fotografias;
- Testemunhos orais de professores, alunos e funcionários recolhidos durante a investigação.

Do ponto de vista metodológico optámos pela recolha de dados por meio de entrevistas semi-directivas, de carácter (auto)biográfico, o que pressupôs a elaboração de um guião orientador previamente organizado. Estas entrevistas tiveram um carácter de obtida rememoração retrospectiva, e circunscreveram-se a um número relativamente restrito de sujeitos. A entrevista semi-estruturada, orientada por uma listagem inicial de questões estruturantes, permite-nos, simultaneamente a articulação da problemática e da informação inicial com a mundividência de cada entrevistado. Ainda do ponto de vista metodológico, foi nossa preocupação não sobrevalorizar nenhum dos factores que contribuíram para o desenvolvimento do indivíduo; prestar atenção à relação fundamental existente entre as representações e as acções dos sujeitos e os contextos específicos que as determinaram; saber “escutar” os entrevistados, evitando que os nossos quadros explicativos se sobrepussem às suas respostas; e por último seguindo a orientação de Huberman (1989) evitar as generalizações precipitadas.

Foram realizadas entrevistas individuais, tendo-nos colocado como questão fundamental: “Quem entrevistar?” Realizamos quatro entrevistas individuais de acordo com os critérios que a seguir identificamos por cada actor social das Escola:

Ana Branquinho, professora de Português e Francês, veio para Moçambique em 1952, altura em que concluiu o curso de Filologia Românica, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, casou e permaneceu até à actualidade sempre em Moçambique.

Entrou para a Escola Comercial no ano lectivo de 1952-1953, leccionou nesta escola até 1978, apenas com um interregno de 4 anos, altura em que estava a leccionar e efectivou na Escola Comercial da Beira. Ao longo da sua permanência na Escola, deu aulas ao

Curso Geral de Comércio, ao Curso de Dactilógrafo-Estenógrafo e ao Curso Nocturno de Aperfeiçoamento.

Apesar de ter 83 anos de idade, revela-se uma pessoa bastante activa, já que mesmo estando aposentada, continua a desenvolver uma actividade, no Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa. Após a independência e depois de ver muitos dos seus colegas partirem para Portugal, permaneceu em Moçambique e assumiu a Direcção da Escola Comercial no período pós independência. De 1952 a 1978 esteve, quase sistematicamente, ligada ao Ensino Técnico e Profissional. Reconhece que aprendeu muito com este tipo de ensino, que considerava menos elitista, menos formal do que por exemplo o ensino liceal. Em 1989 foi nomeada para fazer parte do INDE (Instituto de Desenvolvimento Educacional), tendo sido responsável pela supervisão da Editora Escolar. Em 1990 elaborou uma monografia sobre Moçambique; e em 1991, por proposta de Sá Machado, da Fundação Gulbenkian, elaborou um estudo sobre a problemática dos livros escolares em Moçambique.

O objectivo da nossa entrevista a uma professora da Escola Comercial de Lourenço Marques, durante o período do Estado Novo, foi o de identificar momentos significativos do percurso desta professora e se possível caracterizar os momentos identificados, que podem passar pelo seu percurso de formação, detectar simultaneamente linhas de força do seu percurso profissional. O que se pretende é uma primeira aproximação ao *vivido profissional* desta docente, numa tentativa para o compreender e descrever.

A opção de escolha da referida docente, passou pela dificuldade em localizar antigos docentes da Escola Comercial, dado que estávamos a estudar um período que se reporta há mais de 35 anos, tendo surgido, após várias tentativas, a possibilidade de entrevistar a professora Ana Branquinho.

No que concerne a antigos alunos, o critério adoptado foi entrevistar dois antigos alunos, um que tivesse saído de Moçambique após ter estudado na Escola Comercial, e construído uma carreira profissional num outro espaço e outro que tivesse permanecido em Moçambique. Assim entrevistamos Maria Amandine Leitão Ferreira Carvalho, que tem 58 anos de idade. Estudou na Escola Comercial entre 1968 e 1971. Fez o Curso Geral de Comércio e de seguida o Curso de Perito Contabilista do Instituto Comercial de Lourenço Marques. Deu aulas de Caligrafia na Escola Comercial durante dois anos lectivos, tendo posteriormente ingressado nos Serviços de Comércio Externo, Secção de Licenciamento de Importações, até ir para Portugal, em Outubro de 1980. Já em

Portugal esteve uns meses no Quadro Geral de Adidos, no processamento de vencimentos e depois foi colocada na Escola Preparatória de S. Julião onde trabalhou de Novembro de 1981 a Novembro de 2009 data em que se aposentou. Na Escola esteve primeiro nos serviços de Acção Social Escolar onde, entre outras tarefas, fez também a contabilidade do sector. Passou depois para os Serviços Administrativos que chefiou desde 1995, executando sempre, em simultâneo, a contabilidade da Escola.

O segundo aluno que entrevistámos, foi Eneias da Conceição Comiche, antigo aluno da Escola Técnica Sá da Bandeira durante um ano. No ano em que se deu a separação entre a Escola Comercial e Industrial, ou seja no ano lectivo de 1952-1953, foi para a Escola Comercial. Foi um dos poucos moçambicanos negros formado antes da independência de Moçambique, em 1975. Pertenceu ao primeiro conjunto de alunos que concluíram com sucesso o Curso Geral de Comércio na Escola Comercial. Após a conclusão do Curso Geral de Comércio, foi para o Instituto Superior de Economia e Finanças em Lisboa, dado que conseguiu obter uma bolsa de estudo. Depois ingressou na Faculdade de Economia do Porto, onde concluiu o curso de Economia. Estudou sempre enquanto trabalhava, primeiro no Colégio de S. Jorge, e depois num escritório de uns armazéns e, ainda que pouco tempo, num escritório particular. Na altura em que regressou a Moçambique em 1970, veio já como Técnico do Instituto de Crédito de Moçambique, ou seja regressou a Moçambique com trabalho certo. Entretanto deu aulas no Instituto Comercial, na Faculdade de Economia, onde leccionou Matemática até 1974, passando para Chefe da Secção de Crédito. Em 1974, foi nomeado Administrador e mais tarde Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Crédito de Moçambique. Entrou para a política, tendo sido Governador do Banco de Moçambique, Ministro das Finanças, Presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Moçambique, entre outros cargos. Actualmente é Deputado na Assembleia da República de Moçambique. A sua carreira profissional esteve sempre associada à sua formação inicial, Curso Geral de Comércio e depois ao curso de Economia.

Em relação aos antigos funcionários, foi muito difícil localizá-los, tendo surgido a possibilidade de entrevistar Irene Cabral, funcionária da Escola Comercial entre 1974 e 1977. Chegou a Moçambique em 1953, filha de um funcionário das Obras Públicas e fez a 4ª classe em Jangamo, estudando num Colégio de Freiras, em Inhambane. Trabalhou nos Correios, passou para a Educação, onde trabalhou na Escola Comercial de Inhambane, na área de alunos/exames e de pessoal, na Inspecção Escolar de Inhambane, tendo sido depois transferida para a Escola Comercial, onde iria abrir

concurso para 1º Oficial. Começou a trabalhar na Escola Comercial de Lourenço Marques no dia 14 de Maio de 1974, mais ao menos um ano antes da independência, tendo ocupado o cargo de Chefe de Secretaria no período pós independência. Saiu da ECLM em 1977, esteve na Escola Portuguesa de Moçambique como Chefe de Secretaria, de 1985 até 1999, e depois de 2000 a 2006, na Escola Portuguesa de Moçambique.

Apesar desta antiga funcionária ter desempenhado funções na Escola, durante um período de tempo que não corresponde na sua totalidade ao período temporal do estudo, consideramos que a entrevistada poderia ter, na sua memória, informações que nos permitissem perceber o tipo de relações que existiam entre os funcionários e os outros actores, bem como o processo de ingresso na Escola Comercial.

No estudo histórico que vamos desenvolver, pretendemos assumir um nível de análise designado por “meso”, já que é este tipo de abordagem que melhor se adequa à especificidade relacional das instituições, que irá incidir sobre uma instituição escolar e que pretende estabelecer relações com o nível “macro” das políticas educativas e se possível integrar um outro nível de análise, “micro” que englobará a perspectiva de alguns actores educativos (Professores, alunos e funcionários) sobre a instituição a que estiveram ligados. Como refere Mogarro (2001), através dos testemunhos orais e das memórias dos actores educativos, que fornecem informações de grande diversidade e riqueza, pudemos identificar trajectos e vivências da Escola. As abordagens “meso”, como destaca Magalhães (2000), “ permitem conhecer o desenvolvimento dialéctico entre instituído e instituinte, na sua complexidade e multidimensionalidade evolutivas, associando elementos materiais e organizacionais com elementos de conhecimento, com instâncias de poder, responsabilização e avaliação. Este tipo de abordagem, permite cruzar fontes de diversa natureza, orais, arquivísticas, arquitectónicas, originais, secundárias, fazendo uma constante ligação entre a memória e o arquivo. Logo uma organização das memórias e representações.” (p.86) A meso-abordagem permite um processo investigativo que, recorrendo a uma diversidade de informações, passa pela integração das instituições nas paisagens física e humana, pela estrutura arquitectónica das edificações e dos espaços, pelas relações de comunicação e de poder, assim como a memória individual e colectiva e a relação educativa.

Como nos refere Magalhães (2000) a memória das instituições educativas é constituída por relatos escritos de natureza biográfica e monográfica, a partir da tradição oral. Estes são dois meios de informação ricos quanto à multiplicidade de olhares e quanto à

aproximação ao “clima” e às vivências de certos contextos e acontecimentos, ainda que por vezes assentem em testemunhos nem sempre muito rigorosos.

Através de um processo de investigação interactivo onde recorreremos a fontes de diversa natureza (escritas, iconográficas e orais, através de entrevistas que foram registadas em suporte áudio e depois transcritas, com um registo próximo da oralidade, para que se possa respeitar a dinâmica narrativa dos actores entrevistados, pretende-se recolher depoimentos sobre as experiências vividas na Escola por antigos alunos, professores e funcionários) e cruzando as informações que elas forneçam, procedendo à análise documental, procuraremos descrever o percurso do Ensino Técnico Profissional em Lourenço Marques. Assim, procederemos a uma contextualização relativa à dimensão da então Metrópole e à dimensão local, dado que as instituições escolares são um dos elementos da dinâmica das comunidades em que se inscrevem.

Apoiámo-nos na forma mais básica da comunicação ou seja no diálogo interpessoal, para a realização das entrevistas. Definimos, como já referimos, entre as variantes de entrevista aberta, dirigida ou semi-directiva, a modalidade de entrevista semi-directiva, ou semi-dirigida como aquela que melhor se adequava aos fins da pesquisa. Estabelecemos várias temáticas e um conjunto de itens, ou perguntas-guias, relativamente abertas que permitissem obter uma informação abrangente por parte do entrevistado. (Anexo 1, 2 e 3). No que concerne aos aspectos processuais, dada a natureza do material recolhido, o tratamento dos dados foi feito pela conjugação, que se procurou congruente, dos procedimentos metodológicos preconizados para o tratamento de entrevistas não directivas ou semi-directivas.

As perguntas não foram colocadas necessariamente pela ordem em que foram anotadas. Considerámos os interesses, o ritmo e as representações dos entrevistados cujas idades oscilaram entre os 58 e os 83 anos de idade.

Na realização das entrevistas tivemos alguns cuidados, como o de deixar os entrevistados marcarem o dia, a hora e o local da entrevista, em manter uma relação não formal com os entrevistados, tendo no entanto consciência que a completa espontaneidade do entrevistado e a total neutralidade do entrevistador eram uma utopia. O entrevistador seleccionou os entrevistados, começando logo aí um processo de tomada de decisões. Por outro lado foi notória, pela prontidão de algumas respostas, que os entrevistados se tinham preparado para a entrevista.

Na entrevista foi privilegiada a história do entrevistado até ao final do trajecto em que a sua vida cruzou a da Escola.

A utilização de testemunhos orais neste trabalho teve a ver com a necessidade de nos aproximarmos da Escola vivida e representada pelos diferentes actores, em diferentes épocas.

Tivemos ainda um interesse particular, com as entrevistas, em constituir e conservar documentos que pudessem resistir ao tempo e ao uso que lhes foi aqui e agora aplicado. Por esse motivo as transcrevemos, com vista a fixá-las em suporte de papel e a complementar o seu tratamento a partir de outros métodos e características da descrição, análise e comparação de documentos escritos.

O edifício da Escola será analisado na sua vertente de documento, enquanto espaço construído para albergar as instalações escolares, onde aconteceram experiências de aprendizagem dos conteúdos cognitivos, sócio-afectivos e comportamentais, veiculados pelo currículo explícito e pelo currículo oculto e as tensões entre a disciplina e a indisciplina.

No que concerne ao currículo, centrámos a nossa atenção sobre os aspectos formais e certificadores das aprendizagens realizadas como exames: taxas de retenção e promoção, os resultados dos exames de final de ciclo de estudos, bem como os aspectos da organização escolar pedagógica das escolas que configuram o currículo oculto.

Procurámos também avaliar a pertinência e o significado dos dispositivos de controlo e regulação das escolas, dos directores e dos professores por parte do poder central e por outro lado, o exercício do poder por parte da Escola sobre os comportamentos desviantes dos alunos, ou seja perceber os rituais, as posturas e os códigos de comportamento impostos pelo costume, os mecanismos de controlo e as punições aplicadas aos alunos com comportamentos desviantes à ordem pedagógica, escolar, moral e política implantada na escola.

Pretendemos assim estabelecer uma comparação entre esta instituição e o Ensino Técnico Profissional na então Metrópole. No que se refere ao exercício da comparação em diferentes espaços, encontrámos situações díspares no que concerne à escala da investigação. Elas correspondem a duas dimensões de análise histórica cuja articulação se tem demonstrado difícil de conciliar. Por um lado, existem vários trabalhos que adoptam por objecto instituições, práticas de ensino e processos educativos circunscritos a áreas geográficas ou mesmo a localidades específicas, cujos resultados têm sido associados a processos de carácter nacional ou mesmo extensíveis aos territórios coloniais. São perspectivas micro - históricas, designadas por estudos de caso, em que muitas vezes os resultados são generalizados ao conjunto do território nacional ou das

várias colónias. Por outro lado, as dinâmicas da escolarização e do ensino têm sido perspectivadas numa relação de polarização entre as orientações da Metrópole e das colónias, estabelecendo uma relação de dependência centro-periferia quanto aos processos de construção, difusão e incorporação dos projectos educativos do estado ao nível colonial (Madeira, 2007).

Apesar do sistema educativo português ser, na época em estudo, fortemente centralizado, controlado e regulado a nível central pelas autoridades políticas e burocráticas e administrativas, tal facto não impediu que, através de meios mais subtils as escolas não deixassem de afirmar a sua identidade diferenciada.

Certamente a instituição em estudo integra-se na política educativa de então, mas o que pretendemos estudar é forma como o fez e se os seus actores o fizeram de uma forma passiva ou crítica.

Atendendo a que o Ensino Técnico, como um subsistema de ensino, esteve durante muito tempo votado a uma condição de marginalização em relação a outros graus e áreas, como o ensino primário, ensino liceal e mesmo o ensino superior, pretendemos com o presente trabalho dar um contributo, ainda que modesto, nesta área de investigação.

Mais do que apresentar um “produto final”, pretendemos partilhar os resultados da pesquisa que fizemos, e simultaneamente disponibilizar “um produto inacabado” que aponte algumas pistas de investigação, para interessados na investigação do Ensino Técnico e pela área da História das Instituições.

1ª Parte – Estado Novo, Colónias e Educação

I. O Estado Novo

Neste capítulo pretende-se fazer uma caracterização geral e sintética do Estado Novo, bem como traçar a evolução político-ideológica do regime em relação às colónias, incidindo sobre a importância e o papel da educação e da escola na forma de compreender qual a realidade cultural, social e educativa que se impunha nas colónias e em particular em Moçambique.

Estado Novo é designação atribuída ao regime que foi institucionalizado pela Constituição de 1933 e que compreende o período de 1933, quando entrou em vigor a nova Constituição, resultado do processo iniciado pela Ditadura Militar, e que termina com o golpe militar do 25 de Abril de 1974. O novo regime implantado caracterizava-se por ser autoritário, antiparlamentar e antidemocrático. (Rosas, 1996)

As circunstâncias que conduziram ao surgimento do novo regime, liderado por António Oliveira Salazar, prendem-se com as circunstâncias vividas no período entre as duas guerras, em que se afirmava o “demoliberalismo”, a expansão socialista, e em que as opções autoritárias e nacionalistas e mais ou menos corporativas, procuravam dar resposta às contradições provocadas pela crise social, política e económica dos “velhos sistemas liberais” agravada pelos efeitos da crise de 1929.

Em Portugal a situação vivida no início dos anos 30 foi marcada pelo atraso rural, pela dependência em relação ao exterior, tendo-se encontrado como solução a opção por um regime autoritário, bem aceite pelas classes dominantes portuguesas, onde sobressaíam os interesses rurais e conservadores e os interesses do comércio internacional / colonial (Rosas, 1996).

A crise vivida durante a primeira República e os efeitos da crise de 1929, levaram a uma redefinição do papel do Estado. Divididas em relação às estratégias de resposta à crise, limitadas pela concorrência estrangeira nos mercados nacionais e internacionais e as reivindicações do operariado que se sentia explorado, as “forças vivas” da nação unem-se contra o liberalismo republicano e reconhecem a necessidade de um Estado forte, que consiga manter a ordem, que não dependa do pluripartidarismo, da instabilidade inerente ao parlamentarismo, que possua autoridade e autonomia suficiente para repor o equilíbrio nas Finanças Públicas, através da estabilização da moeda, possibilitando o financiamento público aos sectores em crise, baixando as taxas

de juro e fomentando a construção de infra-estruturas. Um Estado que proteja o mercado nacional e colonial da concorrência estrangeira, que consiga arbitrar os conflitos sociais, de modo a eliminar o movimento reivindicativo dos trabalhadores, sujeitando-o através de acções repressivas e de enquadramento.

O Estado Novo conseguiu através da autoridade de Salazar, um equilíbrio entre a matriz corporativa, antidemocrática e antiliberal do catolicismo conservador (Centro Católico) o sentimento monárquico do Integralismo Lusitano, entre as preocupações da chamada direita republicana conservadora, os desejos de desenvolvimento dos “engenheiros” e dos “técnicos”, que defendiam o fomento industrial e agrícola associado a um Estado Forte e intervencionista. Mais tarde, em meados dos anos 30, irá conseguir incorporar alguns aspectos do radicalismo fascista defendido por Rolão – Preto. (Rosas, 1999)

Em 1931-32 para responder aos efeitos da Depressão de 1929, o Estado intervém ao nível da produção nacional, em articulação com o comércio internacional e colonial, procurando resolver as contradições entre o mundo rural e o mundo industrial, regulando a produção, os circuitos de distribuição, os preços sempre numa perspectiva corporativa.

O Estado Novo conseguiu arbitrar autoritariamente os interesses das elites políticas, graças à autoridade incontestada do chefe, Salazar, que defendia a consagração das “liberdades fundamentais” na Constituição, defendia o Corporativismo, mas onde a Câmara Corporativa funcionava como um mero órgão consultivo, subordinado a uma Assembleia Nacional com poderes legislativos e eleita por sufrágio directo dos “cidadãos”. Um Estado que assistia a desfiles das milícias da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, com saudação à romana e onde existia um partido único. Um Estado que procurou desenvolver a indústria cimenteira e química mas que, simultaneamente, promoveu a Campanha do Trigo e o culto da ruralidade.

O regime conseguiu, através do equilíbrio, manter a sua durabilidade e fazer dessa durabilidade e estabilidade o fim político do mesmo. Todo o esforço feito no plano económico nos anos 50 e 60 procurou, mais do que modernizar o país, garantir a sobrevivência do regime.

Pode-se assim estabelecer, com base em Rosas (1999), como periodização da história do Estado Novo:

1926-1933/34 – O período de transição da Ditadura Militar para a institucionalização do Estado Novo.

1934-1940 – O período de implantação e consolidação do Estado Novo, altura em que se cria a organização corporativa, o regime controla as Forças Armadas, altura em que surgem as organizações milicianas, a Mocidade Portuguesa e a Legião Portuguesa; o momento em que se estabelece uma aliança sólida com a Santa Sé quando se assina a Concordata em 1940. Período que culmina com as comemorações centenárias (do duplo centenário da nacionalidade: 1140 e 1640) e da grande Exposição do Mundo Português, símbolo emblemático da grandeza e superioridade de Portugal e do Estado Novo. Do ponto de vista económico, verificou-se uma política nacionalista e centralista, caracterizada pela unidade económica que procurou nacionalizar a exploração económica dos territórios coloniais, terminando assim com a autonomia financeira das colónias, e na subordinação das colónias aos interesses da Metrópole.

1940-1949- O regime passa pela primeira crise, fruto do fim da 2ª Guerra Mundial e das consequências desta, nomeadamente a vitória das democracias sobre os regimes autoritários, e as consequências sociais, nomeadamente os efeitos da guerra sobre as condições de vida da população. Surge a pressão internacional para democratizar o regime, internamente surge um movimento grevista. Este conjunto de factores obrigou o regime a alguns recuos como a legalização, ainda que temporária, da oposição, a permissão de regresso de alguns presos políticos. No entanto o clima de “Guerra Fria” que se instala, o apoio recebido de americanos e ingleses, os impasses da oposição permitiram a Salazar reequilibrar o regime, e organizar uma resposta política e policial em 1947 e 1948 quando vence as eleições afastando o candidato da oposição.

- 1949-1958- É o período das grandes mudanças na economia, na sociedade, no regime, na oposição. Mudanças ocultadas pela censura, pela limitação da liberdade, pela perseguição ao comunismo. Tendo como cenário o arranque de um rápido processo de industrialização, de urbanização e fomento do sector terciário, uma corrente reformista começa a afirmar-se dentro do regime que choca com o sector ruralista tão defendido por Salazar. Para agravar a situação interna Salazar, nas vésperas das eleições presidenciais anulou a recandidatura do então Presidente Craveiro Lopes por este estar próximo dos reformistas, juntamente com o descontentamento social, fruto da frustração sentida pela não melhoria das condições de vida, eram sinais de que a aparente ordem estava ameaçada.

Neste período verificou-se um reforço das relações económicas entre a Metrópole e as colónias, tendo havido uma diversificação nas exportações e um aumento da emigração para o Ultramar. Promoveu-se o lançamento de um programa de investimentos através

dos Planos de Fomento, dando-se início à industrialização colonial ainda que controlada e limitada pelo governo central.

- 1958-1968 – Foi a segunda grande crise do regime, desencadeada pelo imenso apoio que a candidatura do candidato da oposição às eleições Presidenciais, General Humberto Delgado desperta em todo o país. Apesar da derrota forjada do candidato Humberto Delgado e da vitória do candidato do regime, Almirante Américo Tomás, o regime foi abalado. Este período caracteriza-se pelas tentativas de golpe militar ou de levantamento insurreccional, em Março de 1959, em Abril de 1961, envolvendo o Ministro da Defesa e os mais altos dirigentes das Forças Armadas, em Janeiro de 1961, o assalto ao Paquete Santa Maria por um comando da oposição, liderado por Henrique Galvão, em Março de 1961, o início a guerra colonial em Angola, a ocupação pela União Indiana, em Dezembro de 1961 dos domínios portugueses na Índia, e pela fuga de altos dirigentes do Partido Comunista Português das cadeias políticas. Entre Novembro de 1961 e Maio de 1962, há ainda uma sucessiva agitação social e política, a que se juntou o movimento estudantil.

O regime conseguiu sobreviver a esta crise, mas o fim aproximava-se: encontrava-se dividido internamente, isolado pela comunidade internacional devido à recusa de assumir uma solução política para o problema colonial e era incapaz de se adaptar aos desafios da sua época.

Nos anos sessenta o governo central procurou conduzir a economia do império em direcção a uma “Política de Integração Económica do espaço Português”, que pretendia formar uma zona protegida para o seu império. Esta ideia conduziu à deslocação de algumas unidades industriais para o Ultramar, promovendo-se a entrada de capitais estrangeiros, desenvolvendo-se a indústria de transformação, como a indústria agro industrial (algodão, arroz, açúcar, sisal, chá, amendoim, óleos vegetais, copra, cerveja e tabaco) mas também as indústrias extractivas e construção de infra-estruturas.

1968-1974- A “ Primavera Marcelista”- Chamado ao poder em Setembro de 1968, depois de Salazar ter sido dado como portador de incapacidade física permanente, Marcelo Caetano iniciou um conjunto de reformas do regime no sector social, económico e político, sem no entanto alterar a política colonial. Este facto criou um impasse, dado que as opções passavam por encontrar uma solução para as guerras coloniais, para poder consolidar as reformas propostas ou mantendo a guerra esta poria fim às reformas e posteriormente ao regime. A segunda opção acabou por prevalecer, dando-se continuidade às guerras coloniais e recuando em relação a algumas medidas

tomadas, reforçando a repressão, o que o deixou progressivamente isolado e aumentou o descontentamento de algumas cúpulas militares, mas particularmente dos “capitães” que dirigiam e viviam o palco da guerra. Este facto acabou por conduzir à conspiração político-militar que acabaria por derrubar o regime em 25 de Abril de 1974.

Marcelo Caetano manteve a tendência centralizadora da administração colonial, como ficou demonstrado na revisão da Lei Constitucional de 1971 e na revisão da Lei Orgânica do Ultramar de 1972 (pretendia regular o sistema de relações que deviam existir entre a Administração Central e a Administração Local) que, apesar de atribuir às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique a designação de Estado, não fez corresponder essa designação a uma real atribuição de poderes do Governador Geral, que lhe permitisse a efectiva gestão local da sua administração. Assim, surgiram por vezes algumas situações de conflito entre as estruturas administrativas e a estrutura militar. (p. 317-319)

Traçado um breve quadro geral sobre o Estado Novo, debatemo-nos com a necessidade de percebermos como se estruturou a Educação Nacional, qual a importância que o regime lhe atribuiu e dentro desta qual o papel específico do Ensino Técnico.

II. Política Educativa do Estado Novo – enquadramento legal

Tal como se verificou uma presença autoritária do Estado no sector político e económico também o sector educativo, entre 1930 e 1974, foi alvo de uma vigilância atenta por parte do regime, aproveitando este campo para inculcar a sua matriz doutrinal extravasando muitas vezes os espaços escolares, para chegar à família e à comunidade.

O Estado Novo assumiu as legitimidades sociais que sustentam a prática da doutrinação e utilizou todas as potencialidades que o ensino lhe poderia oferecer para inculcar valores e disciplinar consciências. A escola nacionalista integrava uma forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral, procurando promover valores como a ordem, disciplina, o trabalho, a família, a solidariedade e a verdade, entre outros. O sistema educativo contribuiu para a interiorização de um modelo social que se baseava em projectos unificadores tanto no aspecto político, simbólico e cultural, e no assimilar de regras de comportamento e de pensamento adequadas à doutrina social do regime. (Nóvoa, 1990)

Durante todo o período em estudo a educação centrou-se em quatro linhas estruturantes: uma lógica de “compartimentação do ensino”, presente na separação dos sexos e dos grupos sociais e reforçada pelas medidas contra os princípios integradores da co-educação ou da escola única; uma linha de “realismo pragmático”, que procurou nivelar as aprendizagens escolares ao nível mínimo, reduzindo a escolaridade obrigatória, reduzindo os conteúdos programáticos, e reduzindo o nível de competências técnicas e científicas dos professores; a adopção de uma política de “centralismo administrativo”, através do reforço dos mecanismos de inspecção, aplicados ao ensino público e particular, o controlo mais eficaz do corpo docente, directores e reitores de liceus; uma postura “desprofissionalização do professorado”, através da desvalorização da base científica, técnica e profissional da actividade docente, presente na desqualificação da formação académica dos professores e na nomeação dos regentes escolares, que tinham por critério a “idoneidade moral e intelectual”. Mas simultaneamente, numa aparente contradição, procurou-se dignificar a imagem social do professor, criando uma imagem de autoridade junto das populações, apesar de se verificar uma desqualificação das competências próprias ao exercício da profissão docente (Nóvoa, 1990).

Apesar de este ser o panorama de fundo da educação nacional, foram tomadas algumas medidas no período pós guerra, que procuraram modificar a orientação da educação, sendo possível identificar quatro fases distintas na organização das políticas educativas do Estado Novo, segundo o artigo “A Educação Nacional” que se insere na *Nova História de Portugal*, dirigida por Serrão e A.H.O.Marques:

1930-1936 – a primeira fase, caracteriza-se por uma preocupação em dismantelar as concepções e as representações que vinham da escola republicana, sobretudo no sector do ensino, administração e formação de professores. Inicia-se a montagem de um aparelho administrativo, autoritário e hierarquizado, que concentra em si os poderes de decisão, que se apoia num corpo de inspectores que dispõem de meios de acção e de vigilância, num controlo das comunidades locais, nomeando os reitores e directores das escolas técnicas, que recebiam o poder do ministro e deixaram de ser simples mandatários dos docentes, que os tinham escolhido para os representarem. Simultaneamente a política educativa deste período pautou-se pela redução da escolaridade obrigatória (1930), pela criação dos postos de ensino (1931), pela orientação do ensino através da moral cristã (1935) e pela simplificação dos programas (1937).

1936-1947 – a fase de construção da escola nacionalista, destacando-se a acção do Ministro Carneiro Pacheco em que se procura consolidar os valores e fazer a doutrinação moral. Assume-se nesta fase que o que é importante não é a transmissão dos conhecimentos mas sim a formação das consciências, ou seja a função educativa é a integração na ordem social. Foi neste período que foi criado o Ministério da Educação Nacional, que substituiu o anterior Ministério da Instrução Pública, que se impõe o livro único por ano, foi criada a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional, que pretendia cuidar da “educação integral” das mulheres que se consideravam as bases da família e da ordem social, logo deveriam ser preparadas para os futuros deveres domésticos, maternais e sociais.

1947-1960- a terceira fase que tem o seu início com a chegada ao poder do Ministro Pires de Lima (ministro entre 1947 e 1955) que coordenou as reformas do ensino liceal e do ensino técnico, numa tentativa de adaptar o sistema educativo à realidade social e económica do pós-guerra, procurando sobretudo promover o desenvolvimento económico e industrial, ou seja a necessidade de formar recursos humanos qualificados prevalece sobre a necessidade de inculcação de valores. O Ministro Leite Pinto (1955-1961) procurou continuar a promover o desenvolvimento económico, e dotou com certa autonomia o funcionamento do sistema educativo. Consciente que era preciso formar mão-de-obra diversificada e qualificada que respondesse aos desafios da técnica, era necessário formar especialistas habilitados a conceber, orientar e conservar as máquinas, ou seja a educação assume-se agora como um factor decisivo para a evolução progressiva da economia portuguesa.

1960-1974- a quarta fase caracterizou-se por uma maior abertura do sistema educativo, com a tomada de consciência do atraso educacional do país (uma taxa de analfabetismo superior a 30%) e daí a urgência de um maior investimento na área da educação, articulando assim a planificação económica com a planificação educativa, estimulando a educação como factor de mobilidade social, e alargando a base escolar de recrutamento das elites. (p.457-460)

A partir de 1970, o Ministro Veiga Simão tenta promover uma alteração global das orientações educativas, questionando a compartimentação do ensino, o centralismo administrativo, a desprofissionalização dos professores.

Apesar da expansão escolar, ao longo da década de 60, em 1974 Portugal continuava a

registar um elevado défice de educação, dado que o investimento na educação foi sempre de níveis bastante baixos, limitando-se a mobilizar os recursos humanos e financeiros necessários à gestão do sistema educativo.

Durante todo o período do Estado Novo, Portugal viu-se confrontado com uma elevada taxa de analfabetismo, o que resultou das ambiguidades da política educativa e das resistências estruturais ao processo de escolarização. Por um lado a preocupação em manter níveis baixos de escolarização, ou seja reduzir a educação às aprendizagens de base, e por outro, o objectivo de entender a escolarização como uma forma de desenvolvimento económico e de controlo social.

III. A evolução do Ensino Técnico – Profissional em Portugal

Inicia o tratamento do tema, procedendo ao estabelecimento do percurso do Ensino Técnico em Portugal, bem como a estrutura e funcionamento dos cursos técnico profissionais.

Atendendo à natureza do presente trabalho iremos proceder a uma análise do percurso do Ensino Técnico Profissional em Portugal, no período em estudo.

No século XIX, em 1836, Passos Manuel afirmava que a indústria portuguesa estava em estado de agonia e que era urgente a protecção perante a concorrência estrangeira. Entre as várias medidas que definiu, este ministro lançou as bases do Ensino Profissional, ao criar os Conservatórios de Artes e Ofícios em Lisboa e no Porto. (Santos, 1990)

Em 1852 já com Fontes Pereira de Melo, na altura Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cria-se o ensino elementar (preparatório para o ensino industrial), secundário e complementar, estudando-se os seguintes conteúdos: Aritmética Elementar, Geometria, Desenho, Química, Física, Desenho de Máquinas e Economia. Após a conclusão dos estudos eram emitidas as respectivas cartas de oficial mecânico, oficial químico, forjador, serralheiro, fundidor e torneiro. Os critérios de admissão ao ensino industrial era a apresentação de prova de possuir 12 anos e saber ler e escrever. (Santos, 1990)

A primeira escola industrial de Portugal foi criada no Porto, pela Associação Industrial Portuense, em 1852. Dois anos após, o governo estabeleceu a Escola Industrial do

Porto, e através do Decreto de 20 de Dezembro de 1864, foi ampliada e transformada, passando a ser simultaneamente Instituto Industrial e Comercial do Porto.

Nova reforma se impôs com o Ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa, Ministro das Obras Públicas Comércio e Industria, em 1864, que estabeleceu no Decreto de 20 de Dezembro:

“Artigo 1º O Ensino industrial divide-se em:

- a) Ensino geral comum a todas as artes e ofícios, e profissões industriais;
- b) Ensino especial para diferentes artes e ofícios. Tanto o ensino geral como o ensino especial, compreendem uma parte teórica e uma parte prática. O ensino seria ministrado nos Institutos Industriais de Lisboa e Porto e nas escolas industriais e a parte prática seria ministrada nas oficinas e estabelecimentos do estado, ou em Fábricas e oficinas particulares adequadas para esse fim, e com as quais o governo tinha estabelecido acordo prévio.

Artigo 2º O ensino industrial será de 1º e 2º grau.

Artigo 10º O ensino das escolas industriais compreenderá o ensino geral e elementar e o ensino especial apropriado à indústria ou indústrias dominantes na localidade.

Artigo 11º O ensino geral elementar compreenderá as seguintes disciplinas: Aritmética, Álgebra e Contabilidade, Geometria elementar, Princípios de Química e Física e Noções de Mecânica, Desenho.

Artigo 12º O ensino especial apropriado à indústria ou indústrias dominantes na localidade compreenderá o trabalho manual dado nas fábricas ou oficinas”.

Apesar da legislação publicada muito pouco foi aplicado o que levou o Ministro António Augusto de Aguiar, a publicar o decreto de 3 de Janeiro de 1884, no qual se retoma a questão do ensino técnico. Criaram-se mais umas Escolas de Desenho Industrial em Lisboa, Porto, Coimbra, e Caldas da Rainha, onde se procurou desenvolver o ensino do Desenho Industrial. No entanto, só com a legislação de Emídio Navarro em 1886, é que se encontra a primeira grande estruturação do ensino Industrial e Comercial em Portugal. (Santos, 1990)

O Ensino industrial foi dividido em :

- 1- Elementar, com o objectivo de ministrar noções úteis aos operários e comuns a todas as artes e ofícios ou específicas para certas indústrias;
- 2- Preparatório, com a finalidade de fornecer a instrução preliminar necessária aos alunos que se dediquem aos cursos especiais;

- 3- Especial, com o objectivo de habilitar pessoal técnico para determinadas especialidades da indústria ou do serviço do Estado.

No que respeita ao Ensino Comercial este dividiu-se em:

- 1- Elementar, com a finalidade de proporcionar noções gerais sobre operações de comércio e especiais sobre contabilidade mercantil;
 - 2- Preparatório, destinado a garantir a instrução preliminar necessária aos alunos que se dediquem ao Curso Superior de Comércio;
 - 3- Superior ou especial, com o objectivo de habilitar todos os que se dediquem às carreiras de negociante, banqueiro, guarda-livros, empregado superior de estabelecimento comercial ou industrial ou a lugares na administração pública.
- (p.399)

Navarro insistia na necessidade de o ensino ser eminentemente prático, acompanhado do trabalho manual adequado a cada especialidade, pelo que foram criadas oficinas anexas às escolas.

Apesar do esforço e do alcance das medidas de Emídio Navarro o ensino técnico continuou preso a limitações de ordem económica e também a limitações impostas por alguns dirigentes que consideravam que a solução para os problemas deste tipo de ensino estava na criação ou supressão de escolas, na alteração dos programas, imitando – se o que se fazia no estrangeiro, sem muitas vezes ter em conta as necessidades e as especificidades da sociedade portuguesa.

Em 1891, e perante a crise económica e financeira que Portugal vivia, urgia a necessidade de preparação técnica dos trabalhadores e nova reforma foi protagonizada pelo Ministro João Franco. Neste diploma repetiram-se alguns dos princípios das reformas anteriores, alteraram-se a designação dos cursos, destacou-se mais uma vez a importância da oficina para o ensino industrial e do ensino manual, suprimiram-se algumas escolas, eliminaram-se disciplinas, faz-se um melhor aproveitamento dos recursos docentes. Após esta reforma, acabaram por ficar em funcionamento duas escolas industriais completas, cinco incompletas e doze elementares. Dividiu o ensino industrial em dois tipos: a arte industrial, para as profissões de pintor decorador e escultor decorador e o da ciência industrial para as profissões de técnico industrial, mestre metalurgista, mestre – de – obras, mestre construtor de obras públicas, mestre e condutor de máquinas, mestre de artes físicas e artes químicas.

Os cursos elementares de Comércio saíram dos institutos, na esperança que as Associações Comerciais de Lisboa e Porto contribuíassem com edifícios e mobiliário para as novas escolas.

O ensino comercial foi reduzido para três anos e dividido em dois graus: 1º destinado aos guarda-livros e negociantes de pequeno trato e o 2º para os empregados de contabilidade, financeiros e negociantes de grosso trato.

Em 1897, apesar de se considerar que a criação de escolas industriais tinha sido um importante contributo para a recuperação económica, o que se constatava era que este tipo de ensino continuava numa situação de atrofamento. Foi neste contexto que o Ministro Augusto José da Cunha pretendeu concentrar num único diploma toda a legislação que se encontrava dispersa e que dizia respeito às escolas industriais. O Ministro reconheceu que muitas das disposições constantes em decretos anteriores não tinham sido postas em prática, por dificuldades financeiras, nas escolas, como por exemplo muitas oficinas nunca se estabeleceram, e outras não tinham instalações adequadas. Perante esta situação, o Ministro procurou tomar medidas no sentido de terminar com a posição de subalternidade das escolas industriais aos Institutos de Lisboa e Porto, já que são instituições de ensino com objectivos diferentes. As escolas industriais destinavam-se à formação de operários ou a fornecerem-lhe os conhecimentos complementares necessários à sua melhoria profissional, enquanto que os institutos não atingiam estas classes. As escolas industriais tinham a finalidade de ministrar o ensino do Desenho e os conhecimentos teóricos necessários tanto a operários como aprendizes, assim como o ensino profissional completo. Simultaneamente reorganizou as escolas elementares de comércio, que tinham a finalidade de proporcionarem cursos nocturnos, a formação elementar, prática geral e profissional dos empregados de comércio e abertas a todas as pessoas que as pretendessem frequentar. Introduziu uma nova disposição que dizia respeito à admissão de alunos com destino às colónias, para que no futuro se possam formar as missões do trabalho. Eliminou os cursos industriais para o sexo feminino, criando para os substituir os cursos de labores femininos, suprimiu os trabalhos manuais educativos e reduziu o ensino oficial nos cursos profissionais.

Em 3 de Setembro de 1898, novo Decreto, apontava como razões para o fracasso deste tipo de ensino a falta de uma ligação estreita entre a escola e a indústria, através de conselhos ou comissões constituídos por pessoas que tivessem interesses na área industrial, em certos ramos da administração pública e ainda o facto de se recrutarem

professores estrangeiros que não ensinavam em escolas normais de onde poderiam sair novos professores.

Em 1911, Brito Camacho verificava que “o nosso atraso provém apenas da insuficiência do nosso ensino técnico, insuficiência que ontem era um mal e hoje é um perigo, dada a luta de competência que é preciso suportar na concorrência aos mercados de todo o mundo”. (Santos, 1990, p.401) O Decreto de 23 de Maio de 1911 determinou o desdobramento do então existente Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em duas escolas autónomas que passaram a ser designadas por Instituto Superior Técnico e Instituto Superior do Comércio. Por decreto de 14 de Outubro de 1911, o ensino comercial, secundário e superior era ministrado no Instituto Superior Técnico, enquanto no Instituto Superior de Comércio se leccionava os cursos de agentes comerciais, aduaneiro e consular, com a duração de três anos e o Curso Superior de Comércio para formação de administradores, gerentes e guarda-livros, com a duração de cinco anos. Em 1913, nem numa nem noutra das duas novas escolas se praticava o ensino dos cursos secundários industriais e comerciais, e todos eles passaram a título transitório para a Escola Industrial Marquês de Pombal. Em Setembro de 1916, no Decreto nº 2609-E reconhece-se a necessidade de regulamentar a organização do ensino elementar industrial e comercial. Com este decreto definiu-se uma nova nomenclatura para as escolas: “escolas do ensino industrial”, “escolas industriais”, “escolas preparatórias” e “escolas de arte aplicada”; no campo do ensino comercial definiram-se as “escolas industriais-comerciais” e as “escolas elementares de comércio”, em regime de ensino diurno e nocturno.

O início do século XX, na Europa, foi marcado por grandes antagonismos económicos, políticos e sociais que acabaram por conduzir à 1ª Guerra Mundial. Foi neste contexto que o Ministro Azevedo Neves, consciente da importância do ensino técnico e das debilidades que o mesmo apresentava, promulga em Dezembro de 1918, o Decreto nº 5029,

“ (...) É mister organizar o ensino Técnico em moldes que o tornem essencialmente prático e útil. O ensino técnico deve constituir um sistema completo e não uma série de estabelecimentos escolares, individualmente bons, mas desconexos e sem espírito de orientação comum. (...) O sistema deve começar no povo que é a nação, com os seus e bem definidos aspectos característicos, e subir até ao espírito, à essência, aos laboratórios, às oficinas mais em harmonia com as necessidades do progresso de hoje em dia.” (Decreto – Lei Nº 5029 de 1 de Dezembro de 1918 - excerto de um relatório que antecede a lei, da

responsabilidade do Secretário de Estado do Comércio –João Alberto pereira de Azevedo, publicado no Diário do Governo de 1 de Dezembro de 1918).

Na opinião do referido ministro o sucesso do ensino técnico não passava pela abertura de mais escolas, pela contratação de professores estrangeiros ou pela reformulação constante de leis e de programas, mas sim pela preparação dos operários através de uma aprendizagem gradual em escolas industriais com três graus de ensino: 1º grau, preliminar; 2º grau, geral, para a formação de aprendizes; 3º grau, complementar, para a formação dos operários. Os alunos eram admitidos com menos de 13 anos, e eram sujeitos a um exame complementar de instrução primária. No 1º ano estudavam Elementos de Desenho Geral, Língua Pátria, Noções de Aritmética e de Geometria e Trabalhos Oficinais. O objectivo do 1º ano era estabelecer a transição entre a escola de instrução primária e a escola técnica. Nos quatro anos que se seguem os alunos estudavam: Língua Pátria, Aritmética e Geometria, Princípios de Física e Química e Noções de Tecnologia, Geografia e História, Língua Francesa, Desenho Geral e Especializado, Trabalhos Oficinais relacionados com a especialização do Desenho. Após a conclusão deste curso o aprendiz já orientado, passa para um curso de especialização, o curso complementar, com a duração média de dois anos. No que respeita ao ensino técnico comercial o referido diploma aponta dois sentidos para este tipo de ensino: organização de um ensino metódico, com o objectivo de formar homens competentes para os ramos mais difíceis do comércio e simultaneamente a organização de um ensino para pessoas que não podiam dispor de tempo nem de recursos para estudos mais elevados. Assim era definido: I- o Ensino Comercial para empregados do comércio – as “Aulas comerciais”, que davam noções mais gerais e “Escolas comerciais”, para um ensino um pouco mais adiantado. II- Ensino comercial completo, que abrangia três graus: O ensino elementar era ministrado nas escolas comerciais e o aluno quando concluía este curso matriculava-se no Instituto Comercial, que correspondia a um grau médio do ensino comercial, preparatório para os cursos do ensino comercial superior. Os cursos de aprendizagem funcionavam em regime diurno e os de aperfeiçoamento em regime nocturno.

A promoção do ensino técnico passou pela necessidade de promover uma maior vitalidade no desenvolvimento económico através de iniciativas escolares que promovessem a preparação de quadros da indústria, na agricultura e no comércio. Para concretizar este objectivo era necessário concretizar uma rede escolar coerente, lógica e eficaz. (Alves, 2009)

Em síntese procurava-se ministrar o ensino técnico industrial em Escolas de Artes e Ofícios, Escolas Industriais, Escolas Preparatórias (com cursos de quatro anos para auxiliares de engenheiros, chefes de indústria e condutores de trabalho) e o Instituto Superior Técnico para formar engenheiros. O ensino técnico comercial seria ministrado nas Aulas Comerciais, Escolas Comerciais, Institutos Comerciais e Instituto Superior do Comércio.

Estas escolas estavam na dependência do Ministério do Comércio e Comunicações e do da Agricultura. Por Decreto de 13 de Abril de 1929, essas escolas passaram para a tutela do Ministério da Instrução Pública e passaram a ser coordenadas por uma nova Direcção Geral do Ensino Técnico, tendo-se procedido à reformulação do referido sistema de ensino.

Em 1929, constatou-se mais uma vez que nem todas as disposições do diploma anterior tinham sido cumpridas, muitas não correspondiam às exigências do ensino e outras devido a dificuldades materiais e de pessoal, já que nem sempre se tinha recrutado pessoal com formação profissional. No entanto verificou-se o aumento da população escolar neste sector, sobretudo porque a classe operária reconhecia a necessidade de ter uma cultura profissional. Nova reorganização se impôs, com o objectivo de reunir num único diploma toda a legislação sobre o ensino técnico e profissional, procurando suprimir todas as contradições e erros até então existentes. Assume-se que este tipo de ensino tinha por finalidade a preparação de indivíduos que se destinavam às carreiras da indústria ou do comércio e que devia ser ministrado através do Desenho, das disciplinas especiais, das aulas práticas e das oficinas. No que respeita ao ensino industrial as finalidades definidas eram: 1º A educação plástica, 2º A educação geral do espírito e científica; 3º A educação profissional. A duração dos cursos seria de cinco anos. No 1º ano, ministrava-se intensivamente a educação plástica pelo Desenho à Vista e à Mão Livre e iniciava-se a educação do espírito e científica através do Português e da Matemática; no 2º ano o ensino oficial era intensificado; no 3º e 4º completavam-se as disciplinas de educação do espírito e científica, ou seja com Física, Química, Mecânica e Electrotecnia.

No ensino comercial, a educação geral do espírito e científica era feita através das disciplinas de Geografia Geral, História, Português, Francês, Inglês e Matemática, a educação profissional ministrava-se através das disciplinas de Noções Gerais de Comércio, Escrituração e Contabilidade Comercial, Francês e Inglês Comerciais, Aritmética Comercial, Direito Comercial, Economia Política, Geografia Económica,

Tecnologia, Mercadorias e aulas práticas de Caligrafia, Dactilografia e Estenografia. A duração dos cursos era de cerca de cinco anos. As escolas preparatórias fundiram-se com as de arte aplicada. Mantiveram-se escolas mistas industriais e comerciais com carácter provisório. As escolas de artes e ofícios transformaram-se em escolas industriais. Definiram-se novos critérios de selecção dos professores que passavam pela habilitação adequada às funções e por uma formação num centro de estudos que lhes possibilitava um estágio pedagógico de dois anos e a prestação de provas de Exame de Estado. Este diploma previu ainda o acesso aos Institutos Médios, tendo-se criado para esse fim, nas escolas industriais e comerciais de Lisboa, Porto e Coimbra, um curso complementar. Foi ainda fixado o quadro das escolas existentes: Escolas industriais – 19; Escolas Industriais e comerciais – 20; Escolas comerciais – 7. (Santos, 1990, p.402)

O período entre as duas guerras mundiais e a fase posterior à segunda Guerra Mundial, até ao início dos anos 70, correspondeu a uma época de grande desenvolvimento, de solicitação constante de mão-de-obra qualificada para os diferentes sectores, de alterações dos conteúdos e de certo modo, de exclusiva iniciativa estatal, de acordo com a teoria de Estado-nação. (Alves, 2009)

A reforma de 1931, procurou simplificar o sistema, alterando o tipo de ensino e designando as escolas como técnico-profissionais. Procurou também acentuar o carácter profissionalizante do ensino, tendo no entanto procurado considerar novas actividades na definição dos cursos (comércio, vidro, mecânica, química e electricidade).

Logo no início da década de 30, este ramo do ensino foi objecto de atenção por parte do regime, o que é manifestado no número especial do Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública dedicado ao Ensino Técnico e Profissional (1934), onde se apresenta um diagnóstico deste sector, abrangendo informações do campo legislativo, institucional, orçamental e estatístico. A nova reforma do ensino técnico profissional, industrial e comercial, data de 19 de Junho de 1947, e nela se estabeleceram dois graus para esse tipo de ensino: o 1º grau era constituído por um ciclo preparatório elementar e de pré-aprendizagem geral, com a duração de dois anos, e um 2º grau constituído pelos cursos de aprendizagem, de formação e de aperfeiçoamento profissionais, com uma duração de cerca de quatro anos.

No entanto só com a Reforma de 1948 é que se assumiu a vontade clara de reforçar o ensino técnico como uma alternativa ao ensino liceal, valorizando a competência técnica e simultaneamente de procurar encontrar uma resposta adequada ao mercado de trabalho. O quadro da educação do Estado Novo, visava também libertar os Liceus da

grande pressão de população escolar, incentivando os alunos a inscreverem-se nas Escolas Técnicas para se atingirem as metas económicas definidas nos Planos de Fomento da década de 50.

Sérgio Grácio considera que a Reforma de 1948 foi uma “tecnologia social” ou seja uma maneira de os responsáveis pela política educativa interferirem na formação das expectativas que os alunos possuíam quanto ao seu destino social. O ensino técnico destinava-se a formar agentes, que em princípio iriam ocupar posições subordinadas na divisão do trabalho, correspondendo na maioria ao trabalho de execução. Sendo de destacar a falta de interesse que o patronato revelou pela implementação da Reforma, cabendo ao Governo a sua implementação de acordo com os projectos de industrialização, em simultâneo, o sistema escolar gozou de uma relativa autonomia o que dotou esta Reforma de um carácter inovador.

A criação de um ciclo preparatório de dois anos, suscitou grande polémica, e o Ministro Pires de Lima defendia que este era um princípio democratizante deste ciclo de estudos, mas acabou por reconhecer que nas escolas técnicas esse ensino elementar tinha um carácter preferencialmente técnico, enquanto os liceus teriam um carácter essencialmente cultural, sendo a sua grande finalidade evitar a transição imediata de crianças vindas da instrução primária para os cursos profissionais, dando-lhes assim mais tempo para se adaptarem ao novo ambiente.

A reforma aponta também para a necessidade de se prolongar a escolaridade básica e desta forma retardar a diferenciação dos percursos escolares. Assumia-se que os alunos que ingressavam nas escolas técnicas tinham características familiares e económicas próprias, o que justificava a escolha de um percurso escolar diferente - o ensino técnico e profissional, e simultaneamente atribuía um estatuto de segunda categoria a este tipo de ensino, já que o ingresso numa escola técnica representava a impossibilidade de ascender ao liceu, e permitia manter a organização social do Estado Novo, ou seja cada um no seu lugar.

Na execução da reforma deu-se grande incremento à construção de novas infra-estruturas escolares um pouco por todo o país.

Apesar das circunstâncias, com a Reforma de 1948, houve a expansão do ensino técnico, verificando-se um aumento significativo do número de alunos, como nos indica o quadro seguinte:

Anos	Tipo de ensino	Ensino oficial			Ensino particular			Total		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1930	Elem.	13 682	3 224	16 906	—	—	—	13 682	3 224	16 906
	Médio	1 041	32	1 073	—	—	—	1 041	32	1 073
	Total	14 723	3 256	17 979	—	—	—	14 723	3 256	17 979
1940	Elem.	26 356	9 305	35 661	1 516	571	2 087	27 872	9 876	37 748
	Médio	2 660	335	2 995	—	—	—	2 660	335	2 995
	Total	29 016	9 640	38 656	1 516	571	2 087	30 532	10 211	40 743
1950 (a)	Elem.	22 399	7 650	30 049	3 301	937	4 238	25 700	8 587	34 287
	Médio	2 349	424	2 773	—	—	—	2 349	424	2 773
	Total	24 748	8 074	32 822	3 301	937	4 238	28 049	9 011	37 060
1960	Elem.	—	—	89 191	—	—	5 462	—	—	94 653
	Médio	2 864	363	3 227	—	—	—	2 864	363	3 227
	Total	—	—	92 418	—	—	5 462	—	—	97 880

Quadro1: Alunos – Ensino Técnico Profissional 1930-1960

Fonte: Anuário Estatístico de Portugal, 1950-51 e 1960-1961- Nova História de Portugal, Direcção Joel Serrão, p. 491.

O Ensino Liceal era uma referência institucional para as escolas técnicas o que se pode verificar a partir da análise dos relatórios anuais, elaborados pelos directores das escolas técnicas e que seguem o modelo dos relatórios dos Liceus, apesar do esforço para apresentar alguma especificidade própria.

De um modo geral os relatórios que se referem à década de 1940, destacam aspectos administrativos e estatísticos, referências às instalações, ou comentários sobre a saída de alunos que eram atraídos para o mundo do trabalho sem terem concluído os estudos.

Os relatórios da década de 1950 relatórios que constam no Arquivo Geral do Ministério da Educação, apresentam uma maior variedade de informações sobre a vida das escolas, nomeadamente relatam aspectos institucionais e pedagógicos, que são documentados com fotografias, gráficos e quadros. Muitos destes relatórios iniciam-se com os directores a chamarem à atenção para alguns aspectos como “ a urgência de apoiar estas escolas oficiais para as classes pobres, contribuindo para melhorar a preparação profissional do operariado, o que ia de encontro aos projectos de industrialização do país no pós-guerra.

Os Directores revelam nos relatórios, de um modo geral, preocupações com a inovação pedagógica, sobretudo o desenvolvimento de um ensino activo e prático, que permitisse a formação das classes intermédias, particularmente das elites dirigentes locais.

Na década de 60, mais precisamente com o Decreto-lei de 9 de Julho de 1964, o Ministro Galvão Teles, aumentou o período de escolaridade obrigatória para seis anos,

passando o ensino primário a compreender dois ciclos: um elementar e que correspondia às primeiras quatro classes, e um complementar, com mais duas classes, estendendo-se a obrigatoriedade aos dois sexos. Todas as crianças que não quisessem prosseguir os estudos teriam que completar as seis classes obrigatórias. As que quisessem prosseguir frequentariam apenas as primeiras quatro classes e após aprovação em exame, podiam matricular-se no 1º ciclo do Ensino Liceal ou no Ciclo preparatório do Ensino Técnico, de acordo com o seu projecto de vida. Atendendo a que as crianças tinham cerca de doze anos e tinham algumas dificuldades em escolher com aquele nível etário, o seu futuro profissional, o Ministro Galvão Teles, publicou em 2 de Janeiro de 1967 o Decreto-lei que instituía o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que fundia num só, o 1º Ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico. Este novo ciclo teria a duração de dois anos, funcionaria em edifícios próprios, com separação de sexos, e exigia como habilitação prévia para o seu ingresso a aprovação no exame da 4ª classe. Quando terminassem a frequência do Ciclo Preparatório os alunos seriam submetidos a um exame de aptidão ao ramo do ensino secundário, liceal ou técnico em que pretendessem ingressar. Foi ainda com o Ministro Galvão Teles e por sua iniciativa elaborado o Estatuto da Educação Nacional, que nunca chegou a ser promulgado, mas que reflectia a preocupação deste em relação a este tipo de ensino. A proposta de Estatuto previa, no que tocava ao ensino técnico-profissional, abolição dessa designação, passando a ser designado por ensino secundário profissional. Previa também, alargar a gama de cursos e introduzir a área administrativa, com o objectivo de afastar do ensino liceal aqueles que nele procuravam essa formação administrativa e de acordo com as ofertas do mercado de emprego. O ensino médio continuaria a cargo dos Institutos Industriais e Comerciais. O Estatuto da Educação Nacional foi concebido numa época de crescimento industrial e económico o que originou a procura de todos os níveis de ensino e graus. (Barreto & Mónica, 1978)

IV. A Educação colonial portuguesa

Pretende-se agora, traçar a evolução político-ideológica do regime em relação às colónias, referindo o papel da Educação colonial na Metrópole e incidindo sobre a importância e papel da educação e da escola na forma de compreender qual a realidade

cultural, social e educativa que se impunha nas colónias e em particular em Moçambique.

A análise da educação colonial portuguesa pressupõe questionar os projectos e os resultados da socialização educativa, e das relações culturais que se estabeleceram entre colonizador e colonizado. Os contactos culturais entre portugueses e africanos deram origem a processos de transformação sócio cultural híbridos, como por exemplo a “cafrealização” do colono e a utilização da língua portuguesa por parte das elites africanas emergentes. Ou seja colonizadores e colonizados têm um papel activo na socialização e transmissão cultural através da educação.

O objectivo da educação colonial era criar, no ultramar, novas extensões políticas, geográficas e culturais da nação portuguesa, através do ensino e da educação.

A primeira regulamentação do ensino nas colónias data de 2 de Abril de 1845. No dia 14 de Agosto desse mesmo ano, um decreto do Ministro de Estado da Marinha e do Ultramar, Joaquim Falcão diferenciava o ensino nas colónias do ensino na Metrópole e criava as escolas públicas nas colónias, preconizando assim a expansão do ensino primário para as colónias sem qualquer distinção legal entre africanos e europeus, inserindo-se este ministro na corrente ética humanista e universalista de matriz iluminista. Uniformizando a educação formal dividiu o ensino primário em dois graus: elementar, localizado onde fosse necessário, ensinando a ler, a contar, a doutrina cristã e a História de Portugal, e o ensino primário, situado nas capitais das Províncias Ultramarinas, onde se ensinava a Gramática Portuguesa, Desenho Linear, Geometria, Escrituração, Economia da Província, Noções de Física aplicada à Indústria e ao Comércio. Assim, a 14 de Agosto de 1845, foi publicada a primeira providência legal para se organizar a instrução primária no “ultramar português”. Depois de 1854, criaram-se, por decreto, as primeiras escolas primárias na Ilha de Moçambique, no Ibo, Quelimane, Sena, Tete, Inhambane e Lourenço Marques. Em 30 de Novembro de 1869, foi reformado o ensino no Ultramar. O Ministro de Estado da Marinha e do Ultramar, Luís Rebelo da Silva, decretou o ensino primário obrigatório, sendo a instrução primária dividida em 1º e 2º grau, cada um com 2 classes. O sistema educacional estava, principalmente, nas mãos das missões católicas. Segundo este decreto, o ensino primário consistia em primário elementar, dividido em duas classes. A 1ª classe compreendia a leitura, a escrita, as quatro operações aritméticas e exercícios do sistema métrico e a doutrina cristã. A 2ª classe, constituída por rudimentos de Gramática

Portuguesa, rudimentos de História, Corografia¹, Aritmética e elementos de Geometria com aplicação à Indústria, primeiras noções de Agricultura e Economia Rural. A frequência era obrigatória para crianças com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos, que vivessem numa distância inferior a 3 Km da escola. Separaram-se os sexos e nas escolas femininas aprende-se a costura. O grau de instrução secundária era ministrado nas escolas principais onde era incluído o ensino das línguas estrangeiras.

A 1ª classe do ensino elementar tinha o objectivo de criar um sentimento nacionalista nos indígenas, enquanto a 2ª classe se destinava à população branca e assimilada. O ensino secundário tinha um cariz essencialmente prático, mas este tipo de escolas acabou por não resistir, uma vez que não tinham equivalência com o ensino da Metrópole, e as famílias com posses financeiras preferiam enviar os seus filhos para a Metrópole para prosseguirem os seus estudos.

Nas últimas décadas do século XIX, surgiram em Portugal vozes influenciadas pelo darwinismo social, com tom racista, de que se destaca Martins (1880, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*) que defendia “Toda a história prova que só pela força se educam os povos bárbaros”, e “abundam os documentos que nos mostram no Negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropóide e bem pouco digno do nome humano”. “Assim sendo a ideia de uma educação dos negros é, portanto, absurda não só perante a História, como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores”. Esta opinião foi confirmada pelo então governador português de Moçambique, António Enes, num relatório de 1899 que conclui que “nem a instrução é o meio mais essencial de aperfeiçoamento do que o trabalho, nem a personalidade do africano bronco ou do indolente asiático merece mais ser isenta de coações tutelares do que a dos filhos apurados das raças policiadas.” (Antologia Colonial Portuguesa. Lisboa, AGC, 1946, p. 26).

No final do século XIX, desenvolve-se uma nova corrente de opinião que procura conciliar a visão assimiladora da ideologia colonial com a argumentação diferenciadora das raças, própria do cientismo que se vivia na época. O racismo ganhou uma tonalidade paternalista, através da qual se justificaram as ideias da necessidade de uma intervenção educativa, mas diferenciada quanto aos métodos, meios e objectivos para a desenvolver. Foi neste contexto que se afirmou a importância da nacionalização dos territórios coloniais para se proceder à exploração económica. Exemplificando este

¹ Descrição particular de uma nação.

ponto de vista, Mouzinho de Albuquerque refere, num relatório de 1896-1898, “serem essenciais a pacificação militar e as missões católicas nacionais, onde aprende o indígena a trabalhar, aperfeiçoa os seus primitivos processos de cultura adentra-se em profissões manuais, para as quais revela em geral muita disposição, e, ao mesmo tempo, adquire uns princípios de moral rudimentar, que, se de muitos são frequentemente esquecidos, noutros frutificam em benefício próprio e alheio” (Antologia Colonial Portuguesa, 1946, p. 72).

A actividade missionária assumiu várias funções educativas e nacionalistas. Representava simultaneamente a igreja, a oficina, a escola e o hospital, tese inspirada em correntes teóricas do colonialismo francês e que nos chegou através de Eduardo da Costa, ou seja uma escola com o objectivo da aprendizagem da língua portuguesa, de um ofício manual e dos primeiros princípios de moral cristã e nacionalista. A ideia de missão civilizadora adquire um carácter pedagógico dado que dirigia a assimilação dos indígenas, ao mesmo tempo que era agente de colonização.

Em 28 de Dezembro de 1901, António Cabreira, fundador e secretário – geral do Real Instituto de Lisboa, referiu numa conferência que “Não há motivo ponderável para designar, sob diferente nomenclatura, o ensino que visa a um só ponto. E por isso, considero ensino colonial não só o que habilita os colonos e funcionários, mas também o que se ministra ao indígena. Nestas circunstâncias não admito que se trate do primeiro sem se tocar no segundo, porquanto se completam os seus objectivos.” (Paulo, 1999, p.305). Partilhava-se uma visão dualista da educação colonial, a partir dos binómios colono/indígena, Metrópole/colónias, por influência da tradição racionalista europeia, que defendia a tese de que as culturas se organizam e desenvolvem no interior das nações, ao mesmo tempo que considerava que as diferentes culturas se encontravam também sujeitas a processos regenerativos e de progresso, através dos quais uma nação através da miscigenação e migração educava outra. (Young, 1995, in Paulo, 1999)

Nos começos do século XX, a modificação da realidade educacional foi lenta. Em 1909, havia em Moçambique, 48 escolas primárias para o sexo masculino e 18 para o feminino. Em 1918, existiam em toda colónia 25 escolas primárias oficiais e 100 escolas rudimentares.

No que concerne ao ensino comercial e industrial, o Decreto de 5 de Outubro de 1911, cria, em Lourenço Marques, uma escola denominada Escola Prática Comercial e Industrial 5 de Outubro. A Portaria Nº 222 estabeleceu nesta escola uma Escola de Lavoros Femininos. Esta escola só no nome era industrial, pois não dispunha de

oficinas, nem de mestres, e nela não se ministrava qualquer ensino de disciplinas relacionadas com as indústrias, com excepção do Desenho. A Escola Prática Comercial e Industrial, viria a tornar-se em 1919, no Liceu Central 5 de Outubro. Os alunos deste nível de ensino eram na sua maioria filhos de colonos. A Portaria Nº 1.413 de 1920, extinguiu as aulas nocturnas do Liceu Nacional 5 de Outubro e criou um curso nocturno de preparação comercial, designado Curso Elementar do Comércio, que em 1928 tinha 33 alunos, dois professores de comércio contratados e outros professores do quadro liceal em regime de horas extraordinárias.

Os governos da I República foram marcados por uma ineficácia colonizadora, motivada pela incapacidade de uma política colonial nacional que se sobrepujasse aos interesses dos partidos e governos e pela ameaça de perda do domínio colonial. (Paulo, 1999).

No início dos anos vinte, vivia-se em Moçambique uma crise económica caracterizada pelos aumentos sucessivos do custo de vida, desemprego e diminuição dos salários dos trabalhadores, tanto rurais como urbanos. Esta situação gerou conflitos sociais e reforçou as barreiras raciais no acesso aos postos trabalho e educação.

A Portaria nº 1527, de 5 de Junho de 1920, estabeleceu, em Moçambique, o ensino primário geral da Metrópole, em cinco classes, obrigatório dos 7 aos 12 anos, cumprindo-se os respectivos programas.

O Ministro João Belo fez aprovar o Decreto nº 12533 de 23 de Outubro de 1926, que definia o regime do indigenato, que foi alterado pelo Decreto nº 16473, de 6 de Fevereiro de 1929 e o Estatuto Orgânico das Missões Portuguesas de África e de Timor (Decreto nº 12485, de 13 de Outubro de 1926). O mesmo estabelecia que as bases da política indígena se orientavam pelo “cumprimento progressivo dos seus deveres morais e legais de trabalho, de educação e de aperfeiçoamento e pela transformação dos seus usos e costumes, a valorização da sua actividade e a sua integração no organismo e na vida da colónia prolongamento da mãe-pátria”. (Decreto nº 12533)

Podemos concluir que as ideias transmitidas pela legislação de Joaquim José Falcão e outras que lhe seguiram a inspiração, na sua maioria não passaram do plano das intenções, ou corresponderam a algumas iniciativas restritas de alguns sectores da burguesia africana através de algumas associações.

O processo educativo na época colonial procurou implantar nas colónias o sistema de assimilação, que consistia na europeização dos povos africanos, através da escola, ou de outras manifestações culturais, artísticas, recreativas, sociais.

No início dos anos 30 existia uma fraca cobertura urbana das redes escolares que era acompanhada por uma grande diversidade de instituições (escolas corânicas, diferentes tipos de missões, escolas de artes e ofícios) e de práticas educativas.

O *Acto Colonial* de 1930, reitera estes últimos princípios, no artigo 2º refere ser “da essência orgânica da Nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem”, ou seja a política indígena e a mentalidade imperial estão de acordo com uma educação especial de adaptação dos africanos, com o objectivo de se adaptarem a melhores formas de vida, baseada num racismo paternalista, na legitimidade nacional e missionária e no princípio da vocação histórica dos portugueses. Sendo que a lei básica da administração colonial definia em 14 princípios gerais a conduta a seguir nas questões coloniais. Entre outros aspectos, determinava a unificação administrativa das colónias controlada pelo Estado e a nacionalização das suas economias, acabando, assim, com as companhias concessionárias, fundadas no final do século XIX. O mesmo proibia a utilização do trabalho forçado pelas empresas privadas e reafirmava a obrigação de os patrões pagarem aos africanos pelo seu trabalho. Finalmente, destacava a necessidade dos administradores coloniais defenderem sempre a soberania portuguesa. O objectivo político do Acto Colonial era o de reafirmar, num documento com valor constitucional, a soberania portuguesa sobre o seu império colonial, atribuindo-lhe um carácter permanente e irrevogável. Aos domínios portugueses passou-se a chamar império colonial. A centralização política, administrativa e económica definida pelo Estado Novo, nas relações entre a Metrópole e as colónias, reflectiu-se na administração da colónia e nas relações que se estabeleceram entre as diferentes hierarquias do poder. Administrativamente era da superintendência do Ministro do Ultramar, que concentrava amplos poderes, nomeadamente colocava o governador na sua dependência, limitava autonomia financeira, que ficava sob fiscalização da Metrópole, o governador-geral dirigia a Assembleia Legislativa, mas não tinha poderes para fiscalizar o poder executivo. A subordinação dos serviços provinciais em relação aos centrais, e dos serviços distritais em relação aos provinciais, originou por vezes um desconhecimento por parte do governador-geral de assuntos que estavam directamente relacionados com a sua administração.

Nos anos 30, com a acção do Ministro Pinto Monteiro, reforça-se a ideia de que a questão colonial consistia, para além do quadro específico dos assuntos relativos a cada colónia e à sua internacionalização, num problema de política interna, em grande parte

solúvel pela consolidação da mentalidade imperial. (Paulo, 1999) Pelo que era necessário e prioritária uma educação colonial na Metrópole. Neste sentido entendia-se a educação como uma estratégia de formação geral e de ensino dos assuntos relacionados com as colónias, ao mesmo tempo que se preparava quadros técnicos e administrativos destinados às colónias e simultaneamente se promovia a propaganda salazarista “a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado – livres, independentes e colonizadores (Oliveira Salazar, discurso em 17 de Maio de 1931). Procurava-se assim através da educação colonial em todos os graus de ensino, na Metrópole, estimular a identificação popular e das elites com a causa colonial, com o objectivo de reconhecimento da importância da valorização material das colónias, mas também a valorização da causa nacionalista, e a consolidação de uma consciência imperial. Insere-se neste âmbito a realização da I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, entre Junho e Setembro de 1934.

A finalidade do ensino rudimentar, atendendo à Lei nº 238, de 16 de Maio de 1930, e a Concordata de 1940, era guiar gradualmente o indígena duma vida de selvajaria para uma vida civilizada. Essa educação foi entregue à Igreja Católica, daí que os conteúdos leccionados fossem sobretudo religiosos, os restantes conteúdos estavam relacionados com Portugal, nomeadamente os conteúdos relativos à História e Geografia, as abordagens a África inseriam-se numa ligação ao império português.

Distinto do programa para crianças filhas dos colonos e assimiladas, o programa do ensino rudimentar ou de adaptação, destinava-se a iniciar as crianças africanas na língua portuguesa e nos rudimentos da leitura, escrita e aritmética, equiparando-as ao nível da criança portuguesa no início da escola primária. No primeiro ano do ensino de adaptação, designado por iniciação e mais tarde pré-primário, os alunos deviam aprender os rudimentos da fala e leitura da língua portuguesa. No segundo e terceiro anos, designados por 1ª e 2ª classe, os alunos deviam aprender leitura, escrita, aritmética e algumas noções de História de Portugal. Os objectivos e programas do subsistema, oficial seguiam os princípios do ensino da Metrópole. Nas duas primeiras classes, deviam ser ensinadas as “primeiras letras” e nas duas últimas incluía-se o ensino da Geografia e História de Portugal. Esta categorização proposta sistematiza os indivíduos de acordo com o local de nascimento, sendo os europeus associados à cor da pele, ao grau de cultura (civilizado/primitivo) e à aquisição de certos valores, competências e comportamentos (o uso da língua portuguesa, competência de leitura e escrita, hábitos cívicos e bom comportamento, aquisição de rendimentos suficientes e cumprimento do

serviço militar). Cabia ao estado indicar os conhecimentos técnicos que em cada região se devia ministrar aos indígenas, ou seja promovendo a compartimentação institucional, regulando a mobilidade social, criando um baixo nível de expectativas relacionadas com a mobilidade social promovida pela escolarização, o que justificava a reduzida oferta de educação escolar do Estado com a pouca procura existente.

A maior parte da legislação posterior, em particular a Constituição de 1933, não foi mais do que pormenorizar os princípios gerais contidos no *Acto Colonial*. Em 1935 e em 1945, o *Acto Colonial* sofreu algumas alterações e em 1951, passou a fazer parte integrante da própria Constituição portuguesa.

A “igualdade cultural”, que o *Acto Colonial* propunha, seria atingida através de um duplo regime de administração, um para os colonos e *assimilados* e outra para os “indígenas”. Para obter o estatuto de *assimilado* (que significava civilizado, ou europeizado, cidadão português) o africano devia reunir uma série de requisitos, como ter 18 anos, provar que falava correctamente o português e que tinha meios de se sustentar a si e respectiva família. Devia possuir bom carácter e as qualidades morais próprias do cidadão português, reunidas estas condições o candidato requeria a um tribunal local, a cidadania portuguesa. O estatuto de *assimilado*, conferia algumas regalias, como possuir o direito a Bilhete de Identidade e a passaporte, o acesso à escola do Estado para os filhos, a precedência sobre outros nativos, o direito a voto, a substituição do imposto de palhota pelo de rendimento.

Nesse sentido a educação constituía um pilar estrutural, assumindo o sistema educativo a função de inculcar o sentimento nacionalista, de acordo com o modelo apontado pelo regime, estando assim na base da política educativa a “instauração de práticas de controlo moral e ideológico.” (Nóvoa, 1992)

O sistema de educação colonial, organizado pelo regime salazarista, reflectia a dicotomia social que, em 1930, tinha sido sancionada pelo *Acto Colonial*. De acordo com essa política criaram-se dois subsistemas educacionais, um para os africanos - o ensino rudimentar, dirigido pelas missões católicas e um outro, o ensino oficial, para os europeus e *assimilados*, dependente directamente das estruturas governamentais. Segundo Almeida (1978) este sistema duplo seria justificado e defendido, em 1931, pelo então Director da Instrução Pública de Portugal, Mário Malheiros, durante a Exposição Colonial Internacional de Paris:

“Tendo em conta que os povos primitivos não podem ser civilizados senão pouco a pouco, que a população da colónia se compõe de elementos, uns civilizados, outros

primitivos, foram instituídas (nas colónias portuguesas) dois géneros de ensino primários. Um para europeus e assimilados, outro para primitivos”.

O sistema escolar para os africanos estava estruturado da seguinte forma: um primeiro nível, o ensino rudimentar (incluía a iniciação, a 1ª e a 2ª classes), um segundo nível: o ensino primário (compreendia a 3ª e 4ª classes) e a admissão (preparação para ingressar no ensino secundário). Após a passagem no exame de admissão, os alunos africanos podiam, pelo menos teoricamente, ingressar no ensino liceal ou escolas técnicas de nível secundário. Na prática os alunos africanos que conseguiam completar o ensino primário apenas podiam ingressar no ensino profissional indígena ou no ensino normal ou nos seminários. A maioria dos alunos filhos de assimilados que concluíam o ensino primário eram geralmente encaminhados para as Escolas Comerciais e Industriais, de nível secundário ou complementar.

Na perspectiva de Madeira (2007) em Moçambique a teoria da educação adaptada permitiu justificar a aposta num ensino simplificado, até à implantação da República, e rudimentar, após esta, restringindo a oferta educativa de ensino primário, e condicionando fortemente a do secundário à população africana. Logo, de 1930 até ao início da década de sessenta, o ensino indígena constituiu um sistema de instrução inteiramente separado das redes públicas e privadas destinadas à população “civilizada”. O Ensino rudimentar tinha como objectivo preparar futuros trabalhadores rurais, artífices, e garantir a direcção política e cultural da classe colonial sobre as chamadas sociedades tradicionais.

O Ensino Oficial ou Ensino Primário Comum, respeitava o plano de estudos, o calendário escolar e os conteúdos dos programas da Metrópole.

O Diploma Legislativo Nº 540, de 1937 criou a Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques instituindo-se assim o ensino industrial idêntico ao das escolas da Metrópole.

O quadro que se segue diz respeito aos dados estatísticos dos anos de 1955 a 1959, e apresenta os resultados do sistema de educação colonial: A coluna a) refere-se ao Ensino Geral; a coluna b) refere-se ao Ensino Técnico; a coluna c) refere-se ao Seminário

Quadro 2 – Resultados do sistema de educação colonial (1955- 1959)

Ano	Adaptação		Elementar	Secundário		
	Matrícula	Finalistas do 3º Ano	Matrícula	a)	b)	c) ^a
1955	240.813	5.027	3.729	10	116	105
1956	292.199	5.626	4.034	10	139	94
1957	344.027	5.860	4.468	20	185	102
1958	370.013	8.158	5.197	34	183	166
1959	391.134	9.486	5.397	41	301	169
Total	1.638.134	34.057	22.825	115	924	636

Fonte: Miguel Gómez (1990: p.66)

Analisando o quadro é perceptível que o acesso ao nível de Adaptação e Elementar era bastante significativo se comparado com o número de alunos que após a conclusão do Ensino Elementar conseguiam matricular-se no Ensino Secundário, e destes o grosso dos alunos matriculava-se no Ensino Técnico e no Ensino ministrado pelos Seminários. Segundo o Regulamento do Ensino Primário Oficial de 31 de Maio de 1950, no seu 2º artigo refere que “É obrigatório para todos os portugueses não indígenas, (...) e destina-se a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro dum vivo amor a Portugal”. Segundo dados da UNESCO de 1958, o ensino primário (Oficial e Missionário) contava em Moçambique com 3.172 escolas, 4.361 professores e 415.611 alunos inscritos. Nesse mesmo período a população moçambicana era estimada em 5.738.911 habitantes, o que se traduzia em média por uma escola primária para 1.809 habitantes, o que significava que em média cada professor teria 95 alunos. O ensino secundário contava com 4. 636 alunos do ensino liceal em que destes apenas 34 eram africanos e 4.621 do ensino técnico, sendo o número de estudantes africanos 183. No que respeitava ao ensino superior era frequentado por apenas 10 estudantes negros em Portugal. Existiam também as Escolas de Artes e Ofícios, que correspondiam ao nível elementar do ensino técnico, destinadas aos indígenas principalmente filhos de régulos. Em 1954, existiam 65 escolas profissionais elementares, das quais 51 eram dirigidas por padres, com 3.814 alunos.

Na década de 60, motivada pelas pressões internacionais e por uma crise interna, o governo central procurou como solução proceder a um conjunto de reformas de que se destacaram a abolição da cultura forçada do algodão e a revogação do Estatuto do Indígena, em 1961. Esta revogação pôs fim à distinção entre o ensino para “indígenas” e o ensino para “civilizados”, sendo criado um sistema único elementar no qual poderiam encontrar-se os propósitos de uma educação massiva, já que pelo menos do ponto de vista legal se assiste a uma abertura gradual do acesso à escolarização das crianças africanas.

O sistema educacional para os europeus e assimilados estava organizado da seguinte forma: o primeiro nível – o ensino primário de cinco classes (depois de 1962, acrescentou-se a 5ª classe); o segundo nível – o ensino liceal que se subdividia em três outros níveis: 1º ciclo, de dois anos (ensino preparatório), o 2º ciclo, de três anos (ensino secundário); o terceiro nível: ensino superior, nas universidades portuguesas, (Moçambique teve a sua primeira universidade em 1963).

Segundo o Regulamento do Ensino Primário Oficial de 31 de Maio de 1950, o artigo 2º refere que “É obrigatório para todos os portugueses não indígenas, (...) e destina-se a habilitá-los a ler, escrever e contar, a compreender os factos mais simples da vida ambiente e a exercer as virtudes morais e cívicas, dentro dum vivo amor a Portugal”.

As escolas secundárias localizavam-se nas cidades. Na década de 60 existiam em todo Moçambique cinco escolas de ensino secundário, três liceais e duas escolas técnicas (comércio e indústria) em Lourenço Marques, Beira e Inhambane. Os níveis mais elevados do ensino liceal e técnico estavam reservados aos filhos dos colonos e assimilados, mas particularmente aos primeiros.

O início da guerra colonial e a promulgação da Reforma do Ensino Primário no Ultramar (1964) consolidam a passagem dos mecanismos de assimilação/exclusão que marcaram a intervenção educativa e pedagógica até então, para os mecanismos de diferenciação e adaptação do ensino dos indígenas que vai marcar a década de sessenta, em que a educação se guiava pelos princípios: conhecer, adaptar e assimilar.

Para consolidar a presença portuguesa no ultramar era essencial garantir a sua ocupação científica, ou seja ter os meios capazes de reforçar a ocupação e consolidar a mobilização da força de trabalho e a exploração dos recursos naturais, o que justificava a observação antropológica, etnológica, médica, linguística, etc.

Em 1964, Portugal reestruturou o sistema de ensino, a partir desta data passaram a existir dois tipos de ensino: o oficial e o oficializado. O Estado passou a assumir, na

educação, um papel mais dirigente, tirando ao mesmo tempo à Igreja Católica o monopólio do ensino primário, criando escolas de posto e escolas de ensino primário, em que as últimas proporcionavam a 4ª e última classe do ensino primário, e as de posto apenas leccionavam a pré-primária e as três primeiras classes. O Estado passou a ter uma maior influência na formação e na nomeação dos professores. No que concerne ao currículo fez-se uma certa “africanização” dos conteúdos nas primeiras classes, mantendo, no entanto, os conteúdos das restantes classes muito ligados à cultura portuguesa.

O sistema educacional para os europeus e assimilados estava organizado da seguinte forma: a reforma educacional de 1964, através do Decreto nº 45:908/64, determinava que os conteúdos e métodos do ensino primário deviam ser adaptados às realidades locais.

Esta Reforma passou pela mudança de designações do ensino rudimentar para ensino adaptado, depois para ensino primário elementar, bem como a reformulação ideológica da sua legitimidade. Procurou-se demonstrar que as questões discriminatórias que existiam, o controlo da mobilidade social, e os fracos resultados obtidos, não se baseavam em critérios raciais mas eram fruto do particularismo do colonialismo português, das reduzidas possibilidades de investimento do Estado e da resistência africana à escolarização, o que seria solucionado pelos Planos de Fomento Ultramarino. Dando-se ênfase à capacidade excepcional que os portugueses possuíam para se associarem harmoniosamente e de forma tolerante com os africanos. Depois desta reforma, os manuais das duas primeiras classes do ensino primário foram de certo modo “africanizados”, dado que continham ilustrações com negros e brancos a conviverem em harmonia. No que respeita ao currículo das classes mais avançadas reafirmou-se a centralização e uniformização do currículo seguido na Metrópole. Os alunos que terminavam o ensino primário deviam fazer dois exames, um exame para obter o diploma dos estudos primários e o exame de admissão ao ensino secundário. Pelo que se pode concluir, a categoria “alunos” era na Metrópole uma classe unificadora, nas colónias tinha um significado híbrido, se pensarmos que estes possuíam origens étnicas, linguísticas e culturais bastante díspares.

A doutrina da educação adaptada funcionou como uma alavanca para a divulgação de um saber pedagógico relacionado com a educação do africano, mas serviu também para justificar a construção de uma oferta de ensino de tipo vocacional, que se apoiava em aprendizagens orientadas para a actividade agrícola e industrial, permitindo assim a

fixação dos africanos a estatutos subordinados, ao mesmo tempo que permitia articular a disciplina com a docilidade, normalizando as condutas dos africanos. (Madeira, 2007). Ou seja, por um lado libertar os africanos dos hábitos tradicionais, condição indispensável para atingir o estatuto de cidadão, e por outro, fixá-los a uma “existência nativista” (Madeira, 2007, p.456) condição essencial para manter a ordem social subalterna, construindo-se assim um sistema dual de ensino, um para europeus e outro para indígenas.

No que respeita à formação de professores, até 1940 existia uma escola para preparação de professores que iriam leccionar nas escolas rudimentares ou de adaptação. Esta escola começou a funcionar com 73 alunos em 1930, dando cumprimento às Leis nº168 de 1928 e nº 238 de 1930, tendo sido encerrada em 1940, devido ao Acordo Missionário que entregou à Igreja católica a formação dos professores para o “ensino de indígenas”. Esta formação começou a funcionar apenas em 1945, nas mesmas instalações onde funcionou como escola normal do governo, no distrito de Lourenço Marques, a conhecida Escola do Alvor. Segundo Almeida (1978), em 1954 existiam quatro Escolas Normais Católicas, com 18 professores e 341 alunos, dirigidas por padres portugueses. Os candidatos deviam ter concluído o ensino primário e serem “assimilados”. “Na primeira fase do Estado Novo o papel atribuído ao ensino missionário resultou sobretudo da ausência de alternativas organizacionais para a escolarização de massas na colónia.” (Madeira, 2007, p. 450).

A partir da Reforma de 1964 passaram a existir três tipos de professores. O monitor, que depois de ter concluído o ensino primário recebia três meses de formação pedagógica. Este professor – monitor exercia funções nas escolas missionárias (oficializadas). Um segundo tipo era o professor de posto, formado na Escola de Habilitação de Professores de Posto Escolar, onde, para além de completar a formação geral, recebia também formação pedagógica. Para ingressar nestas escolas, os candidatos tinham de ter concluído o ensino primário. Inicialmente pretendia-se que estes professores fossem colocados nas escolas “de posto escolar”, mas a maioria foi colocada nas sedes das missões onde, leccionavam a 4ª classe do ensino primário. O número de graduados era em média 110 por ano. Por último o professor primário formado pelo Magistério Primário, onde os candidatos ingressavam na escola normal, após completarem o ensino secundário geral. Recebiam uma formação pedagógica durante dois anos e a maioria era colocada nos centros urbanos. A partir de 1964 graduaram-se entre 30 a 45 professores

por ano. Antes dessa data, os professores primários eram todos portugueses e a sua formação feita nas escolas normais portuguesas.

Os professores de Posto Escolar eram africanos, as Escolas de Formação de Professores de Posto Escolar, e as suas equivalentes, anteriores ao período de 1964, estavam a cargo de padres portugueses. No que respeita aos professores existia uma grande diversidade nos percursos de formação, nas suas experiências e nas suas representações sobre educação, a que estava subjacente não só uma diferença geográfica mas uma outra “escola”, com calendários, ritmos, horários e rituais específicos, com várias dimensões de aprendizagem a escola para aprender a ler e escrever, a escola da oficina, a escola da igreja, a escola da missão. Onde se sobrepunham percursos, saberes e experiências dos professores-artífices, professores-missionários, professores portugueses, professores indígenas... (Madeira, 2007).

Numa perspectiva da História comparada, a representação do conceito de escola, europeu e português em particular, enquanto entidade homogénea não pode ser linearmente transportada para o contexto colonial, sendo neste necessário proceder à identificação dos tipos de formação, das modalidades de aprendizagem e dos tipos de currículo que ministravam.

Sintetizando, entre 1930 e 1950 a oferta escolar proporcionada aos africanos deu-se fundamentalmente pela via das missões católicas e do ensino rudimentar, e foi caracterizada pela desproporção que existia entre a oferta de educação e a população potencialmente escolarizável, pelo carácter restrito da sua abrangência geográfica e pela incapacidade de proporcionar a mobilidade social ascendente. Nas décadas de 60 e 70, motivado pela 2ª Guerra mundial, pelo surgimento dos movimentos anticoloniais pela pressão de organismos internacionais, e pelo receio de que a negação ao acesso à educação para os africanos estimulasse o sentimento e os movimentos nacionalistas, o governo português começou a reorientar o esforço educativo nacional para o desenvolvimento de uma rede escolar primária oficial e unitária, para o crescimento, ainda que comedido do ensino secundário, técnico e liceal nas colónias, restringindo o papel educativo das missões católicas, o que se inseriu nos Planos de Fomento Ultramarino. O ensino da língua portuguesa passou a ser ministrado por professores devidamente habilitados para esse efeito, os conteúdos programáticos demonstravam a brancos, negros e mestiços a unidade política e cultural da nação.

Este período ficou ainda marcado pelo abandono de teorias que concediam à Metrópole o exclusivo da formação universitária, como comprova a criação de Faculdades nas

cidades de Lourenço Marques (Estudos Gerais Universitários de Moçambique e Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira (Estudos Gerais Universitários de Angola), apesar de inicialmente se restringirem à frequência de estudos gerais/preparatórios que tinham de ser completados em universidades portuguesas. Após 1968, essas Faculdades passaram a ser reconhecidas como escolas universitárias com competência para emitirem o diploma de Licenciatura.

A escolarização dos africanos revelou um “carácter fictício” dado que a rede escolar era insuficiente e não abrangia todo o território de Moçambique. Nos centros urbanos concentravam-se as escolas oficiais, enquanto os postos escolares, tal como anteriormente o ensino rudimentar, se localizam sobretudo nos meios rurais.

O sistema educativo colonial, baseou-se na condução política autoritária e centralizada da Metrópole; na perspectiva da regulação e selecção discriminatória da mobilidade social concretizada através da escolarização, e no princípio da compartimentação institucional e racial das práticas educativas. A missão de instruir, ao longo do Estado Novo, transformou-se numa missão mais ampla de evangelizar e civilizar. A tradição colonial portuguesa justificava a aposta efectiva numa política de escolarização social e racialmente discriminatória, com baixos níveis de investimento, com preferência por conteúdos ideológicos e confiada à tutela da igreja católica sob controlo e supervisão do Estado.

Nas últimas décadas do sistema colonial português, o crescimento económico, a expansão urbana e administrativa particularmente em Moçambique e em Angola, o aumento da emigração de colonos europeus e a própria guerra colonial legitimaram o fortalecimento de grupos sócio - profissionais intermédios. O objectivo de facultar aos africanos este tipo de mobilidade social tornou-se uma prioridade e favoreceu a adesão à escola. A educação nas colónias transformou-se numa estratégia política para ganhar a guerra de África e garantir a manutenção da unidade nacional - ultramarina. Os negros podiam agora aspirar, com base na meritocracia e na posse de um grau académico obtido nas escolas ultramarinas, à ocupação de lugares nos quadros sociais, políticos e culturais da nação.

No que respeita à educação colonial na Metrópole, ela conheceu duas fases algo diferenciadas: a fase da euforia imperial – nacionalista (entre 1930-1950) e a fase do nacionalismo pluricontinental e multirracial (1951-1974).

Na primeira fase, as políticas de controlo autoritário e de centralização administrativa, favoreceram a introdução genérica e o rápido crescimento de rotinas escolares

destinadas a conhecer e a aprender a amar o império português. Iniciativas como a Semana das Colónias celebradas em todos os liceus, escolas secundárias, escolas do magistério, na maioria das escolas primárias e escolas privadas; Exposição Colonial no Porto (1934) e a Exposição do Mundo Português (1940); feiras de amostras, exposições históricas e artísticas, congressos, comemorações centenárias, publicações, programas de rádio, concursos de literatura colonial e cruzeiros de férias às colónias, proporcionados a estudantes e professores, as actividades da Mocidade Portuguesa foram os meios fundamentais para a construção de uma nova imagem do colonialismo português.

Este novo modelo colonial pretendia: 1) Demonstrar que Portugal era a terceira potência colonial do mundo, e que por isso nunca poderia ocupar um lugar periférico e secundário no plano internacional, ou seja Portugal não era um País pequeno; 2) A construção de uma imagem positiva das colónias portuguesas em África, atraente para os colonos europeus, através de uma caracterização das colónias e dos indígenas, e da imagem de uma relação privilegiada entre portugueses e africanos; 3) A legitimação do regime salazarista e da nova política colonial, através da apresentação da obra do regime e pelo papel de civilizadores que a história nos confirmava. Este modelo foi também suportado por reconstruir espaços físicos, vivências coloniais que estavam ao alcance da sociedade portuguesa através da reconstituição de aldeias indígenas que foram montadas nos jardins do Palácio de Cristal no Porto em 1934; nas bandas desenhadas para os mais novos; nas visitas ao Jardim Zoológico de Sete Rios, ao Portugal do Pequenitos em Coimbra, entre outros.

Na segunda fase, a transmissão da ideologia colonial permaneceu articulada com os três princípios atrás mencionados, as actividades da Mocidade Portuguesa continuaram a assumir uma função formativa ao se integrarem nas semanas do ultramar português. Os manuais escolares e os professores continuaram a referir as riquezas naturais, características geográficas das colónias, os jornais, a rádio e a televisão reproduziam os materiais fornecidos pela Agência – Geral do Ultramar, ou para divulgar as belezas naturais das colónias ou para denunciar as “acções criminosas dos terroristas africanos”, ou então para transmitirem as mensagens de Natal dos soldados portugueses a combaterem nas colónias. No dia 10 de Junho até 1973, estudantes de várias escolas, reuniam-se no Estádio Nacional, revestido de bandeiras de Portugal e da Mocidade Portuguesa para celebrarem o “Dia da Raça: Muitas Raças uma Nação”.

O ensino técnico – científico colonial até aos anos 50 contemplou preferencialmente a formação de quadros técnico-administrativos. A partir do período atrás referido, com a Junta de Investigação do Ultramar, houve um crescimento significativo nas práticas científicas de pesquisa colonial, havendo uma formação especializada em matérias científicas relacionadas com o colonialismo. Quando se deu a Integração do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina na Universidade Técnica de Lisboa, concretizou-se o objectivo de formar um instituto superior dedicado à investigação dos problemas da política colonial e do conhecimento histórico, antropológico e sociológico das sociedades africanas.

V. A província de Moçambique e a cidade de Lourenço Marques

O local onde surgiu a cidade de Lourenço Marques, foi visitado pelos portugueses desde o início do século XVI, tendo-se iniciado a construção da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição em 1781, o que permitiu que Lourenço Marques visse o seu estatuto elevado de vila a cidade pelo Decreto Régio de 10 de Novembro de 1887 e capital de Moçambique em 1898.

Figura 1 – Vista panorâmica da cidade de Lourenço Marques em 1895



Fonte: AHM- Arquivo Fotográfico. Icn 2- Armário A, Prateleira1, Cx 1.

Em 1899, a capital foi transferida da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques. A inauguração das linhas ferroviárias de ligação com o Transval (1895), Suazilândia (1912), e Zimbabwe (1956), transformaram progressivamente a cidade num centro atractivo para a indústria, de mercado de capital, de comércio e o principal elo de ligação com o hinterland. Por aqui transitavam produtos como o cobre, o zinco, chumbo, manganês, carvão, citrinos e carne.

A dimensão física da cidade nos anos 30 ia da baixa até à Avenida Pinheiro Chagas, e só nesta altura é que se começaram a construir os primeiros prédios de 3 e 4 andares.

O crescimento mais significativo da cidade ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Na década de 50 iniciou-se a construção da Matola e Machava, como zonas industriais privilegiadas. Aí foram projectadas e instaladas empresas industriais de produtos alimentares, vestuário, indústria metalúrgica e uma fábrica de cimentos. Foi ainda nesta zona que se localizou a única refinaria da colónia de Moçambique. Com este desenvolvimento da cidade surgiu, como nos refere Muchangos (1987), em estreita ligação com o desenvolvimento da burguesia colonial e um serviço doméstico muito amplo. Os militares e o pessoal administrativo completavam a população branca da cidade.

Entre 1930 e 1950, Lourenço Marques era para a população indígena, o local onde se tinha trabalhado antes ou depois da ida às minas do Rand, temporária e obrigatoriamente no cumprimento do “xibalo”², ou na procura de um emprego e de um lugar para se viver, de forma a conseguir pagar o imposto, poder pagar o “lobolo”³ e poder casar, (Oliveira, 1987) Assim o futuro individual construía-se à medida que se construía a cidade. Neste período a política do Estado Novo, em Lourenço Marques, caracterizou-se, como foi já referido anteriormente, pelo rigoroso controlo da mão-de-obra. Às populações a quem tinha sido concedido o “Estatuto de Indígena”, o controlo concretizou-se na legislação produzida e através de instituições que impuseram o pagamento de impostos, a identificação e movimentação dos trabalhadores e a obrigatoriedade do trabalho. Oliveira (1987) refere que toda a legislação sobre o trabalho, produzida no período de 1926 a 1960, com algumas alterações, foi no sentido de optimizar a sua aplicação. Só na década de 60 é que foram introduzidas algumas

² É o conceito de trabalho forçado utilizado no Ultramar português, foi usado em Moçambique na cultura do algodão.

³ Costume segundo o qual o homem paga à família da noiva um determinado valor em dinheiro ou em géneros para obter a permissão de casamento.

reformas, devido à pressão internacional, ao surgimento dos movimentos de independência, e à necessidade de adaptação por parte do regime.

Durante as décadas de 30 a 50, Lourenço Marques, representava a possibilidade de se arranjar um emprego e um salário permanente. Apesar de os salários serem inferiores aos que se praticavam em certos postos de trabalho na África do Sul, na cidade existia a possibilidade de constituir e fixar a família, fugindo às más condições de vida e de trabalho nas zonas rurais. Isto não significava que fosse fácil arranjar um emprego permanente. Os melhores eram os serviços do Estado, e estes estavam reservados principalmente para os emigrantes portugueses, para quem a cidade de Lourenço Marques significava também, a oportunidade de um melhor emprego que na Metrópole. O trabalho especializado no porto, caminhos-de-ferro e fábricas era disputado por emigrantes europeus e africanos não “indígenas”. À restante população, abrangida pelo estatuto de “indígena”, estava destinado o trabalho eventual nas repartições do Estado, os contratos como operários, jornaleiros e serviçais, profissões como marceneiros, pintores, barbeiros, lavadeiros, alfaiates, costureiros, sapateiros, engraxadores, negociantes nos mercados e vendedores ambulantes, como refere o relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Lourenço Marques e Circunscrições de Marracuene. (Spencer, 1950) Apesar de serem estas as possibilidades de trabalho, devido à prática do xibalo e posteriormente da cultura do algodão, nas zonas rurais as oportunidades de trabalho eram restritas e estimularam a migração para Lourenço Marques.

Durante o período do Estado Novo tomaram-se medidas com vista a concretizar a política económica definida para as colónias, que consistia em explorar as matérias-primas que alimentavam a indústria portuguesa, em especial a indústria têxtil, mercados consumidores da produção da Metrópole e locais para fixar a população portuguesa excedentária. Foi neste sentido que foi concebida a reestruturação da administração colonial, o “*Acto Colonial*” e a “*Carta Orgânica do Império Colonial*”.

A crise de 1929 sentiu-se em Moçambique no início dos anos 30 e prolongou-se até à década de 40. Os emigrantes portugueses, na grande maioria portadores de baixas qualificações académicas, tiveram que se debater com a falta de trabalho na cidade, e muitos conheceram mesmo o desemprego, como refere o Anuário de Lourenço Marques (1935, p. 146-190), dos 289 desempregados, 176 eram europeus, 50 indianos, 62 mistos e 1 africano.

Quadro 3 - A população da cidade de Lourenço Marques – 1930-1950

	1930	1940	1950
Indígenas	23090	28568	45070
Não - indígenas	9001	16170	24791

Fonte: In Anuário da Cidade de Lourenço Marques: 1930,1940,1950.

A maioria destes imigrantes não tinha capital, o crédito agrícola era insignificante, e o crédito industrial era praticamente inexistente. Apesar desta situação, como se pode verificar no quadro, a emigração foi crescendo, particularmente a portuguesa, e o Estado Novo criou mecanismos para a proteger, reduzindo significativamente, em Lourenço Marques, o número de empresas concessionárias britânicas e os seus funcionários não portugueses. O Diploma Legislativo Nº 352 de 23 de Julho de 1932 definia que 70% dos funcionários deviam ser não indígenas nacionais (portugueses), e pelo Diploma – Legislativo Nº 724 de 11 de Setembro de 1940, era obrigatório o uso da língua portuguesa nos locais de trabalho.

Foi o aumento da taxa do “imposto indígena”, que a partir de 1930 foi extensivo a todos os indígenas de ambos os sexos e residentes no concelho de Lourenço Marques, que durante a crise pressionou este grupo social, que já era seleccionado por um sistema de ensino diferente, a assalariar-se e a aceitar salários inferiores.

A obrigatoriedade do imposto, para todos os homens e mulheres entre os 18 e os 60 anos, contribuiu para o aumento de população que procurava trabalho na cidade, ao mesmo tempo que nesta se verificava o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade.

Pressionados pelas crises e controlados através do imposto, os assalariados indígenas, em Lourenço Marques, eram classificados pelo governo nas seguintes categorias:

a) Serviçais domésticos; b) Serventuários do Estado; c) Serviçais de particulares; d) Carregadores; e) Artífices; f) Compradores e vendedores ambulantes. (In Regulamento dos Serviçais Indígenas, Portaria Provincial nº 5565, Boletim Oficial nº 24 de 12 de Junho de 1944, p. 280-287).

Além dos serviços públicos, que tiveram grande crescimento nos anos 40 e 50, com a construção de novos edifícios públicos, do serviço doméstico, dos trabalhos de carga e descarga no porto e caminhos-de-ferro, eram poucas as empresas que absorviam o elevado número de artífices, como serralharias, carpintarias, oficinas mecânicas. As unidades industriais existentes em Lourenço Marques eram pouco numerosas e pouco

diversificadas (processamento de oleaginosas, tabaco, gelo, moagens, cerveja e cimento). Só a partir dos anos 50 surgiu um maior número de indústrias direccionadas para a produção de bens necessários à vida urbana.

Muchangos (1987) considera que o rápido crescimento da cidade e da sua população, levou a uma rápida transformação da área citadina, o núcleo da cidade que se dividia em baixa e cidade alta, viu-se transformado por um sistema de estradas geometricamente traçadas, onde se implantaram numerosas vivendas e prédios de vários andares. Assegurou-se o abastecimento de água potável a partir da captação da água do rio Umbelúzi, onde se efectuava também o tratamento primário dessa água. Simultaneamente foi instalado um sistema de esgotos que abrangia grande parte da cidade.

O tipo de construções sólidas e tipicamente de uma cidade ocidental, foi ampliado pela construção de uma série de edifícios públicos e por um conjunto de construções provisórias na periferia da cidade, os subúrbios. A cidade de cimento correspondia à parte da cidade onde existiam as casas de alvenaria, com abastecimento de água, rede de esgotos, rede viária e outras infra-estruturas. Em oposição, na zona do caniço, onde residia a população negra, as infra-estruturas não estavam completamente asseguradas.

A cidade de cimento expandiu-se ao longo das actuais avenidas Karl Marx, Lenine, Angola, Xipamanine, Trabalho e OUA, que eram as principais vias de acesso ao meio rural e ao longo destas avenidas fixaram-se várias empresas industriais.

Com o crescimento dos anos 60, desenvolveram-se paralelamente numerosas quintas e hortas para abastecer a cidade com géneros frescos.

O modo de vida colonial levou, como refere Muchangos (1987), a um desenvolvimento sectorial da cidade que acompanhou também o seu desenvolvimento industrial e de infra-estruturas. Simultaneamente, a divisão da cidade em termos de segregação racial, manifestava-se nas diferentes condições naturais e ambientais de vida nos locais de residência.

Sintetizando e segundo Oliveira (1987), para a população indígena, no início do século XX, ir trabalhar para “Delagoa Bay” significava tentar arranjar um emprego no porto. Nos anos 30, a cidade era ainda muito pequena e não havia muitos postos de trabalho, e era necessário ter estudos, pelo menos a 4ª classe, para se conseguir ter um salário razoável.

Nos anos 40, devido ao aumento do imposto indígena e para fazer face ao aumento do custo de vida, não era possível viver na cidade à custa do pequeno comércio ambulante,

pois o controlo administrativo e fiscal era muito eficiente; logo a solução passava pelo trabalho assalariado em pequenas unidades industriais que foram surgindo, ainda que as condições de trabalho fossem difíceis. Até meados da década de 50 era ainda difícil conseguir na cidade um trabalho permanente.

Nos anos 60 o Estatuto do Indígena foi abolido e simultaneamente o ensino separado. A nova lei de trabalho introduziu algumas reformas como o estabelecimento do horário de trabalho em 8 horas por dia e 45 horas por semana, direito a 15 dias de férias anuais e remuneradas, salários iguais para ambos os sexos, proibição de sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho. A ocupação espacial da cidade manteve no entanto a estrutura de cidade de cimento e a cidade de caniço.

2ª Parte -A Escola Comercial de Lourenço Marques.

VI. O Ensino Técnico na Província de Moçambique

A segunda parte que ocupa o núcleo do presente trabalho, é dedicada à Escola Comercial de Lourenço Marques. Nela faremos uma incursão pela Instituição, através de uma pesquisa pela sua organização e actividades, caracterização do corpo docente, perfil dos alunos e imagem da instituição na época em estudo.

O percurso desta instituição escolar inicia-se no capítulo VI, com uma perspectiva do Ensino Técnico na Província de Moçambique, procurando-se esclarecer como a existência desta Escola se inseriu numa perspectiva de dominação colonial.

Em 1911 foi criada em Lourenço Marques uma escola denominada Escola Prática Comercial e Industrial 5 de Outubro, que foi extinta pelo Decreto Nº 3:916, de 1919, criando em sua substituição, o Liceu Nacional 5 de Outubro.

A Portaria Nº 1:413, de 1920, extinguiu as aulas nocturnas no Liceu e fundou um curso nocturno de preparação comercial, na altura designado por “Curso Elementar de Comércio”. Este curso manteve-se até 1937, data em que o Diploma Legislativo Nº 540 criou a Escola Técnica Sá da Bandeira. A Portaria Nº 8:769 recomendava a aplicação em Angola e Moçambique, com algumas modificações, do Decreto Nº 20:420, que aprovava a organização do Ensino Técnico e Profissional.

Com o objectivo de articular o Ensino Profissional na Colónia Moçambique com o Ensino Profissional na Metrópole, foi publicada a Portaria Nº 9, do Gabinete do Ministro das Colónias em Lourenço Marques, em 11 de Agosto de 1939.

A Portaria Nº 4:134, de 21 de Agosto de 1940, determinou a aplicação do regime vigente na Metrópole ao Ensino ministrado na Escola Técnica Sá da Bandeira.

Em 1937 foi criada a Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques, tendo o ensino técnico ganhado vida e independência próprias, funcionando num edifício que não fora construído para estabelecimento de ensino, com sete professores (seis do Liceu e um mestre para o Ensino Comercial e setenta e cinco alunos, sessenta e sete rapazes e oito raparigas. Dez anos depois contava já com vinte e quatro professores, quatro mestres e novecentos e setenta e três alunos⁴. No ano de 1939, após a sua primeira

⁴ Panorama do Ensino na Província de Moçambique, 1963: AHM CX 61.p.39

remodelação, tendente a equipará-la às escolas similares da Metrópole, passou a ter 122 alunos, 13 professores e um mestre do seu quadro privativo.

Na realidade o ensino industrial só começou a ser verdadeiramente ministrado depois da publicação da Portaria Nº 4:134, de 21 de Agosto de 1940, depois de terem sido construídas e equipadas as oficinas da Escola Técnica Sá da Bandeira, em Lourenço Marques, neste ano o número de alunos subiu para 257. Simultaneamente só após a publicação desta portaria, o ensino comercial ficou representado pelo curso complementar de comércio, tendo este diploma instituído também o curso de habilitação complementar para matrícula nos institutos comerciais. Os cursos industriais que funcionaram na escola, e mencionados na Portaria 4:134, foram os de carpinteiro civil, marceneiro, serralheiro civil, serralheiro mecânico, electricista e mestre-de-obras. Em 1945, pela Portaria Nº 6:163, de 13 de Outubro, foi posto a funcionar o curso de habilitação complementar para matrícula nos institutos industriais, ficando assim desde essa data, o quadro de actividades da Escola Técnica Sá da Bandeira equiparado aos das escolas comerciais e industriais da Metrópole. Nesta data a escola contava já com 725 alunos, o corpo docente compunha-se de 24 professores e 6 mestres. No ano de 1943, em 3 de Abril, foi publicada a Portaria Nº 5:092, que “aprovou o regulamento do Ensino Técnico Profissional com carácter particular”, já que permitia que este tipo de ensino fosse ministrado fora dos estabelecimentos oficiais. Através do artigo 4, da Portaria Nº 14 do Gabinete do Ministro das Colónias em Lourenço Marques, de 16 de Setembro de 1942, e com o objectivo de facilitar o ensino industrial a alunos do ensino particular, foi-lhe permitido a prática oficinal, nas oficinas do Estado ou dos corpos administrativos e mesmo em oficinas particulares que possuíssem a máquinas e ferramentas indispensáveis⁵. Em 1946 a Escola Sá da Bandeira foi dotada de um novo edifício. (Anexo 4).

Em 1947, o Governo reformou o Ensino Técnico – Profissional, permitindo que fosse de acesso a todos os indígenas, como resposta a pressões económicas de necessidade de mão-de-obra qualificada para a actividade industrial e comercial.

Com a Reforma do Ensino Técnico e Profissional de 1948, surgiram novos programas, aperfeiçoaram-se e remodelaram-se os métodos pedagógicos.

⁵ AHM-Fundo da Educação Cx 56- processo 2476. P12

Em 1950, pela Portaria Nº 8:448, de 8 de Julho, foram mantidos todos os cursos mencionados anteriormente e acrescentou-se o curso de canteiro artístico e de pintor decorador.

Em 1951, o número de alunos ascendia a 1453 alunos (Curso Comercial 972 alunos, 397 rapazes e 370 raparigas, no Curso Industrial, 481 alunos, 480 rapazes e 1 rapariga, ou seja um total de 877 rapazes e 371 raparigas) os professores eram 33 e os mestres eram 9⁶. O Chefe dos Serviços de Instrução Pública referia em Abril de 1951, que apesar da Escola Técnica Sá da Bandeira, possuir dois edifícios e três oficinas, de electricidade, serralharia e carpintaria, já não podia comportar os novos aumentos de frequência, pelo que se impunha dotar a cidade de Lourenço Marques com um novo estabelecimento de Ensino Comercial.

O ano de 1952 ficou assinalado por importantes acontecimentos,⁷ como a adopção na Província de Moçambique da Lei. Nº 2:025, de 19 de Junho de 1947 (sobre o Ensino Profissional), do Decreto-lei Nº 37:028, de 25 de Agosto de 1948 (sobre o Ensino Profissional, Industrial e Comercial), do Decreto Nº 37:029, da mesma data (Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial), adaptação concretizada pelas Portarias Ministeriais nºs 13:883, 13:884 e 13:885, de 15 de Março de 1952 e desdobramento da Escola Técnica Sá da Bandeira em duas escolas, uma industrial e outra comercial (Decreto Nº 38:679, de 17 de Março de 1952). Este desdobramento foi devido ao crescente interesse pelo ensino técnico, separando-se o ramo comercial do ramo industrial. Em 1951-52 existiam 1747 alunos, surgindo em 1952-53 a Escola Comercial de Lourenço Marques (com 1187 alunos) e a Escola Industrial de Lourenço Marques (com 562 alunos)⁸.

A Escola Industrial de Lourenço Marques funcionou nas instalações da Escola Técnica Sá da Bandeira, e a Escola Comercial de Lourenço Marques, que abriu portas em 18 de Novembro de 1952, ocupou as instalações abandonadas pelo Liceu Salazar, que entretanto tinha passado para o seu novo edifício. Estas instalações foram objecto de várias remodelações, tendo sido aberto um crédito especial de 1194 contos (Diploma Legislativo Nº 1132, de 19 de Julho de 1952), destinado ao equipamento da nova escola.

⁶ AHM-Fundo da Educação Cx 56- processo 2476 p.11

⁷ AHM-Fundo da Educação Cx 56- processo 2476 p.12

⁸ Panorama do Ensino na Província de Moçambique, 1963: Cx 61.p.39

- Na Escola Comercial de Lourenço Marques, funcionaram os cursos de formação “geral de comércio”, com secção preparatória para os institutos comerciais, o de “formação feminina” e o curso complementar de aprendizagem do comércio;

Pela Portaria Ministerial Nº 14:509, de 21 de Agosto de 1953, foram mantidos na Escola Comercial de Lourenço Marques:

-O curso de Dactilografia, com a organização indicada na Portaria do Governo-Geral Nº 4091, de 3 de Julho de 1940, publicada ao abrigo do artigo 2ª da Portaria Ministerial nº 9, de 11 de Agosto de 1939, que regulava o funcionamento da antiga Escola Sá da Bandeira;

-A disciplina de Elementos de Direito Fiscal, foi criada pelo artigo 2º da Portaria Ministerial nº 14, de 16 de Setembro de 1942, cuja habilitação se tornará obrigatória, na Província de Moçambique, para os candidatos ao aspirado das alfândegas que não possuísem habilitação superior ao 1º ciclo dos liceus.

Através do artigo 4º do citado Decreto 39:850, também se manteve aquele curso e esta disciplina na Escola Comercial de Lourenço Marques e no artigo 15º desse mesmo diploma, foi rectificada a referência feita ao 1º ciclo na parte final da transcrita alínea b), devendo tal referência entender-se feita ao 2º ciclo.

Em 1958 o aumento da frequência de alunos da Escola Comercial e da Escola Industrial justificou a criação de duas escolas técnicas elementares, de frequência mista em Lourenço Marques. No entanto esta medida não foi implantada por falta de instalações para essas novas escolas, o que só aconteceu no ano lectivo 1961-1962, e que teve como patrono o General Joaquim José Machado. No ano lectivo 1962-1963, instalou-se a outra escola que teve como patrono o Governador Joaquim de Araújo e que foi inaugurada em 8 de Fevereiro de 1963⁹.

Em 1961 criou-se o Instituto Industrial de Lourenço Marques e o Instituto Comercial de Lourenço Marques, onde eram ministrados os cursos de Construção Civil e Minas, Electrónica e Máquinas e os preparatórios para os cursos superiores de Engenharia. Assim funcionava ainda nas instalações da Escola Comercial de Lourenço Marques, em regime de coordenação de serviços o Instituto Comercial de Lourenço Marques, com os cursos de Contabilidade, Habilitação Preparatória para ingresso no Instituto Superior de

⁹ Panorama do Ensino na Província de Moçambique 1963- AHM- Fundo da Educação - Caixa 61.p.42

Ciências Económicas e Financeiras e Faculdade de Economia, tendo saído formados em 1963-1964 os primeiros contabilistas.¹⁰

Ainda em 1961, foram criadas novas escolas técnicas elementares, faltavam apenas três distritos para que todas as províncias tivessem escolas de ensino técnico e no ano de 1962-1963 foram criadas as escolas elementares de João Belo, Tete e Vila Cabral. Existindo em 1963 na província 13 escolas de ensino técnico, sendo 1 industrial, 1 comercial, 4 industriais e comerciais e 7 elementares. Ainda em 1963, 3 escolas de Artes e Ofícios viram o seu estatuto elevado, devido ao Diploma Legislativo Nº 2:285 de 25 de Setembro de 1962, que dava a possibilidade dos cursos ministrados naquelas 3 escolas, aos alunos nelas diplomados, acederem aos cursos de Formação Profissional das escolas comerciais e industriais. Considerava-se o Ensino Técnico um Ensino caro, particularmente o Industrial, o que se devia a despesas com o equipamento e manutenção das oficinas, laboratórios... Por isso o Ensino Técnico Profissional deveria ser dotado de meios que lhe possibilitassem alcançar os seus objectivos ou seja, formar agentes qualificados e mão-de-obra especializada, tendo o Governo Geral em 1963, atribuído uma verba extra no valor de 3000.000 contos para esse efeito.¹¹

O quadro que se segue apresenta a população escolar que ingressou no Ensino Técnico Profissional entre 1951 e 1963:

Quadro 4 – População escolar Ensino técnico entre 1951-1963

Anos	Nº de Escolas	Nº de professores e mestres	Nº de alunos
1951-1952	1	43	1747
1952-1953	2	53	1779
1953-1954	2	65	1828
1954-1955	6	115	2144
1955-1956	6	127	2285
1956-1957	6	127	2779
1957-1958	6	139	3124
1958-1959	6	187	3858
1959-1960	8	209	4621
1960-1961	8	216	5416
1961-1962	10	297	6550
1962-1963	13	308	7700

Fonte: (In Panorama do Ensino na Província de Moçambique:P.16- AHM- Fundo da Educação Cx 61)

Este quadro mostra-nos que, a partir do ano lectivo 1958-59, houve um crescimento anual de alunos do Ensino Técnico Profissional, que se situava entre os 800 a 1200

¹⁰ AHM Fundo da Educação Cx 145

¹¹ Panorama do Ensino na Província de Moçambique 1963- AHM- Fundo da Educação - Caixa 61.

alunos. No referido relatório de 1963, faz-se ainda referência que os quadros de pessoal docente não acompanhavam o aumento do número de alunos, pelo que tinha de se recorrer a professores eventuais que nem sempre eram fáceis de recrutar. A comprovar esta afirmação surge a indicação que no ano lectivo de 1962-1963, contrataram-se para além dos professores do quadro, 89 professores e mestres eventuais e no ano lectivo de 1963-1964 houve a necessidade de recrutar eventualmente 126 professores e 24 mestres e auxiliares de ensino para as Escolas Técnicas da Província.¹²

O ano de 1964, foi um período de reorganização escolar, que obedeceu ao plano de ensino, com os mesmos graus e ramos de ensino da Metrópole, mas subordinados às condições particulares das províncias. Nesta década o ensino ficava dependente da Secretária Provincial de Educação e estava centralizado numa Direcção de Serviços que, por sua vez, estava dividida em seis repartições que superintendiam os vários ramos de ensino (a terceira repartição pertencia ao Ensino Técnico e orientava este ensino, propondo e promovendo o que considerasse conveniente para o seu desenvolvimento) e um Gabinete da Direcção, paralelamente à Inspecção do Ensino. Existiam outros órgãos colectivos de carácter técnico que cooperavam na função directiva, como por exemplo a Comissão Consultiva do Ensino Técnico. (Anexo 5).¹³

O Ensino Técnico estava organizado da seguinte forma:

- Escolas Técnicas Elementares - 1º Grau (Ciclo Preparatório de dois anos), existindo duas em Lourenço Marques e que estava integrado nas Escola Comercial e Industrial.
- Escolas Industriais e Comerciais - 2º Grau (em todas existia o Curso Preparatório com a duração de três anos diurno e seis anos o curso nocturno, o Curso de Formação Feminina, o de Pintura Decorativa e de Construção Civil). Os Cursos Industriais e Comerciais davam acesso ao ensino médio.
- Institutos Médios - existiam três Institutos Médios, um Comercial (em que a duração do curso era de três anos), um Industrial (o curso tinha a duração de quatro anos) e um Industrial e Comercial (onde eram ministrados cursos preparatórios para os cursos superiores e escolas militares e que tinha a duração de dois anos).
- Escolas de Artes e Ofícios onde se ensinavam diversos ofícios, e onde os alunos recebiam uma preparação literária a nível do Ciclo Preparatório, em que a formação tinha a duração de três anos.

¹² Panorama do Ensino na Província de Moçambique:p.16.AHM- Fundo da Educação.Cx61

¹³ Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque Ano lectivo 1970-1971 - AHM -Fundo da Educação: Cx 55

No período de 1964 a 1967 houve uma evolução na frequência do Ensino Técnico, da Província de Moçambique, bastante positiva. A partir do ano lectivo 1967-1968 registou-se uma quebra acentuada na frequência deste tipo de ensino. (Anexo 6)

O relatório do Ensino Técnico, relativo ao ano de 1969-1970, referia que os objectivos do Ensino Técnico eram não só a formação profissional, mas também a integração profissional, mas que as escolas técnicas não podiam ser uma fusão do ensino técnico com o ensino liceal, as escolas técnicas não se deviam limitar a fornecer os conhecimentos técnico-profissionais, o domínio de técnicas ou de um ofício, mas na perspectiva do referido relatório, o amor ao trabalho profissional.

VII.A Escola Comercial de Lourenço Marques

A publicação do Decreto Nº 38:679, de 17 de Março de 1952, determinou o desdobramento da Escola Técnica Sá da Bandeira, em duas escolas de Ensino Técnico, uma Comercial e outra Industrial, que a partir do ano lectivo 1952-1953 ficam definitivamente separadas e com direcções diferentes.

Este desdobramento deveu-se ao grande aumento de frequência, que era de cerca de 1800 alunos, nas duas modalidades de ensino, o que provocava um problema de adequação de instalações para aquela população escolar, o que desencadeou a necessidade de divisão da Antiga Escola Técnica.

A Escola Comercial de Lourenço Marques entrou em funcionamento em 18 de Novembro de 1952 com 1187 alunos.

A Portaria Nº 9:438 de 1 de Agosto de 1952, estabelecia que os alunos do sexo masculino do Ciclo Preparatório do Ensino Profissional, Industrial e Comercial, receberiam instrução na Escola Industrial e os do sexo feminino, na Escola Comercial.

O Decreto Nº 41:686 de 18 de Junho de 1958, justificava a criação de novas escolas do Ensino Técnico Profissional, referindo que o desenvolvimento das actividades industriais e comerciais que se verificava na província, a afluência de estudantes às Escolas Técnicas Profissionais existentes, e a necessidade de prover com mão-de-obra qualificada esse desenvolvimento industrial e comercial levaram a que algumas Escolas Técnicas Elementares (criadas pelo Decreto Nº 38:850, de 15 de Outubro de 1954) se convertessem em Industriais e Comerciais, criaram-se duas escolas Técnicas

Elementares em Lourenço Marques, de frequência mista para descongestionar a Escola Comercial e Industrial. Quando estas escolas entraram em funcionamento deixou de se ministrar na Escola Comercial e Industrial o Ciclo Preparatório.

Em 1963, a Escola Comercial de Lourenço Marques passou a designar-se pela Portaria Nº 16:933 de 1 de Junho, Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva. A razão desta mudança de nome prende-se com o facto de a Direcção dos Serviços de Instrução ter proposto esta alteração como forma de homenagear e perpetuar na memória o nome do Dr. Azevedo e Silva. Esta figura destacou-se por ter sido advogado, jornalista, investigador na área do Direito Administrativo, tendo realizado no século XIX estudos de Direito Comercial e o comentário ao Novo Código Comercial. A sua presença nesta Província ficou ligada à fundação da primeira Escola de Ensino Técnico em Moçambique, a Escola Prática Comercial e Industrial 5 de Outubro, em Lourenço Marques, que já referimos anteriormente. Para simplificar utilizaremos a partir deste momento apenas a referência de Escola Comercial.

VIII. Instalações da Escola Comercial de Lourenço Marques – O Espaço

Nóvoa (1997) refere que o estudo de uma organização escolar assenta no conhecimento da estrutura física da escola: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas edifício escolar, organização dos espaços, entre outros aspectos, pelo que iniciaremos o estudo da Escola Comercial de Lourenço Marques, com um estudo sobre o espaço.

A criação de espaços educativos, intencionalmente desenvolvidos para esse efeito, foi uma realidade muito recente em termos históricos, apesar de a implantação da escola num dado espaço, destinado a esse fim, ser um dos elementos característicos da própria instituição escolar. (Silva, 2002) Durante muito tempo procedeu-se à reutilização dos espaços, o que condicionava, naturalmente, os métodos e a organização pedagógica. A organização da Escola Comercial em Salas de Aula, Recreios, Secretaria, Salas de Professores, Gabinete da Direcção, Biblioteca, Sala de Canto Coral e Salas específicas, como Dactilografia, Trabalhos Manuais, criavam espaços simultaneamente funcionais e hierárquicos, já que eram espaços que estabeleciam a circulação, relações e garantiam a disciplina dos alunos.

A organização espacial dos edifícios das escolas do Ensino Técnico era marcada pela matriz de base fundada na classe, dominando as salas com actividades centradas no professor e situando-se os espaços especializados (laboratórios, bibliotecas, ginásios) a nível complementar. (Silva, 2002) Américo Violante, professor efectivo e Director da Escola Comercial de Lourenço Marques em 1956, refere que a Escola se encontrava provisoriamente instalada no conjunto de edifícios, em que até 6 de Outubro de 1952, funcionou o Liceu Salazar. (Anexo 7)

O edifício principal da Escola Comercial de Lourenço Marques localizava-se na Avenida 24 de Julho, e tinha sido construído para um Internato de Raparigas/Instituto Feminino, e entretanto foi lá instalada uma bateria de artilharia, nesse mesmo espaço foi instalado em 1919, o Liceu Nacional 5 de Outubro.

Figura 2 – Liceu Nacional 5 de Outubro e o seu reitor

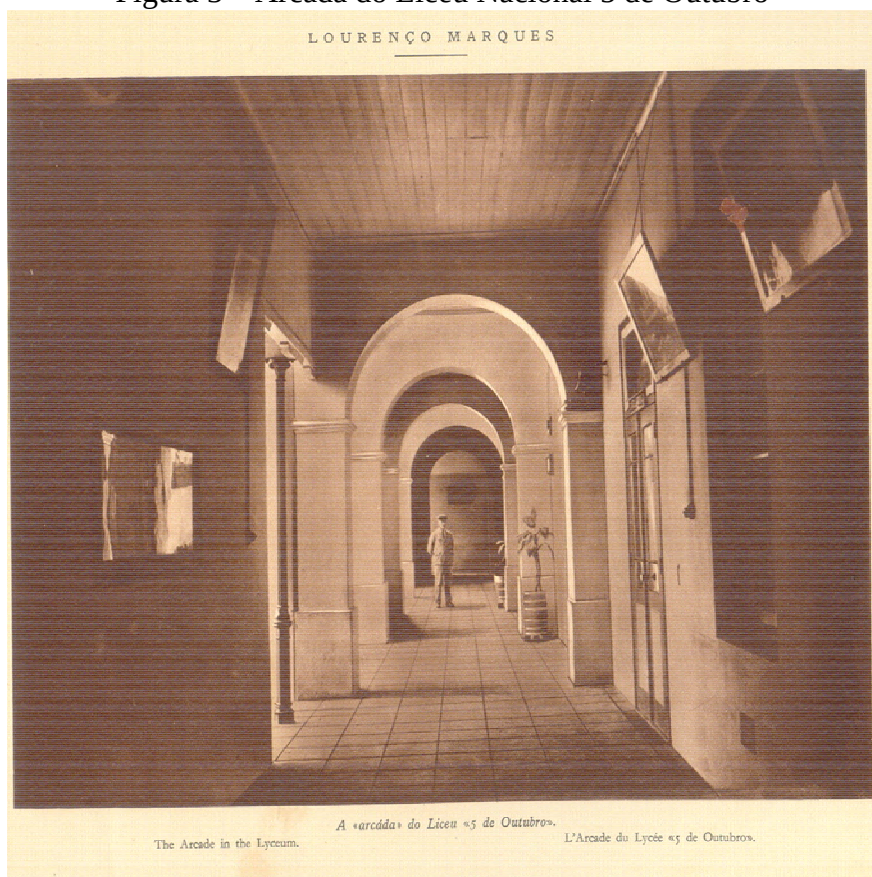


Fonte: Rufino:1929. P.47

Em 1929, o edifício foi ampliado tendo-se construído um novo pavilhão que possuía o Laboratório de Física e Química, dois anfiteatros e três salas de aula para a Secção Feminina, que dispunha do seguinte material didáctico: ferro de engomar, tábua de

passar, um pequeno trem de cozinha, um pequeno fogão e material de jardinagem e horticultura.

Figura 3 – Arcada do Liceu Nacional 5 de Outubro



Fonte: Rufino:1929. P.48

Em 1937, foram construídas mais sete salas de aula em instalações anexas.

Esse conjunto de edifícios cobria uma área total de 3981,9 m² e era constituído pelos seguintes edifícios:

-Bloco principal, com uma área de 1949 m² construído em 1913, onde funcionou até 1952 o Liceu Salazar: Tinha no rés-do-chão 9 salas de aula, o gabinete do Director e do Subdirector, Biblioteca, Secretaria, Arquivos e uma pequena Sala de Estar das alunas, anexa aos Sanitários, de que estava separada por um pequeno corredor a Sala dos Professores, com dois Sanitários, um Gabinete dos Contínuos, assim como três pequenas Arrumações e dois Sanitários dos alunos. O primeiro andar tinha mais duas

salas de aulas (uma muito pequena), o Gabinete Médico, um Gabinete dos Directores de Curso, tendo anexa a Saleta das Máquinas com duplicadores de pontos escritos. Três blocos contendo ao todo 10 salas de aula, cobertos de lusalite, bem ao gosto colonial, sobre um soco de cimento, que as necessidades do ensino obrigaram a construir em 1966.

Um bloco continha o Laboratório de Física e Química, com carteiras, 4 salas de aula (uma delas o antigo Laboratório de Física, que a necessidade de obter salas de aula, obrigou a ir para o de Química), 2 salas de Dactilografia, a Papelaria e a Cantina da Mocidade Portuguesa.

O segundo bloco continha um único Salão, em anfiteatro, onde se realizavam os conselhos escolares e servia de sala de conferências ou sessões culturais, datando de 1913 e tinha uma área de 206,6 m², onde foi encostado o balneário dos alunos.

Finalmente, um bloco em U, datado de 1937, com área de 1036,5 m², com 9 salas de aula, uma pequena Sala de professores, Gabinete dos Contínuos, Saleta da Mocidade Portuguesa Feminina e dois Sanitários, um dos professores e outro das alunas.

O alpendre, coberto a lusalite, era dividido ao meio por um pequeno corpo de edifício, onde estavam as Arrumações de Ginástica e o Balneário das alunas. As duas metades, sem paredes laterais, e em soco de cimento, serviam de ginásios, que datavam de 1967.

Devido às construções que foi necessário fazer (balneário, ginásios, os três blocos de 10 salas e os dois campos de jogos), a área dos recreios foi diminuindo enquanto a população escolar ia aumentando. A fachada era simétrica, com cinco janelas e a porta principal. A parte central era encimada por um frontão triangular, com aposição, inicialmente, do nome do Liceu 5 de Outubro, e posteriormente com um relógio, e em baixo do janelão o nome da Escola Comercial. A cobertura do edifício era com telhado de zinco e em frente à entrada principal existia um amplo passeio. O edifício tinha dois pisos, e no piso térreo, as salas davam para duas varandas, nas quais os alunos circulavam durante os intervalos das aulas.¹⁴

¹⁴ AHM-Fundo da Educação Cx 145.

Figura 4- Fachada da Escola Comercial Início dos anos 70



Fonte: AHM- Icn

Na parte da frente situava-se, no extremo do lado direito, o gabinete médico, atendendo a que se considerava a escola como um espaço privilegiado para o combate e erradicação de certas doenças, apostando-se num efeito educativo sobre as famílias, a *medicalização* do espaço escolar. (Silva, 2002)

Figura 5- Gabinete Médico



Fonte:(Violante:1956)

Junto à entrada do edifício o Gabinete do Director com a respectiva sala de espera. A nomeação dos Directores cabia ao governo central e pressupunha que a escolha recaísse sobre pessoas da confiança da administração para que pudessem ser agentes eficientes das políticas estabelecidas.

Figura6 – Gabinete da Direcção

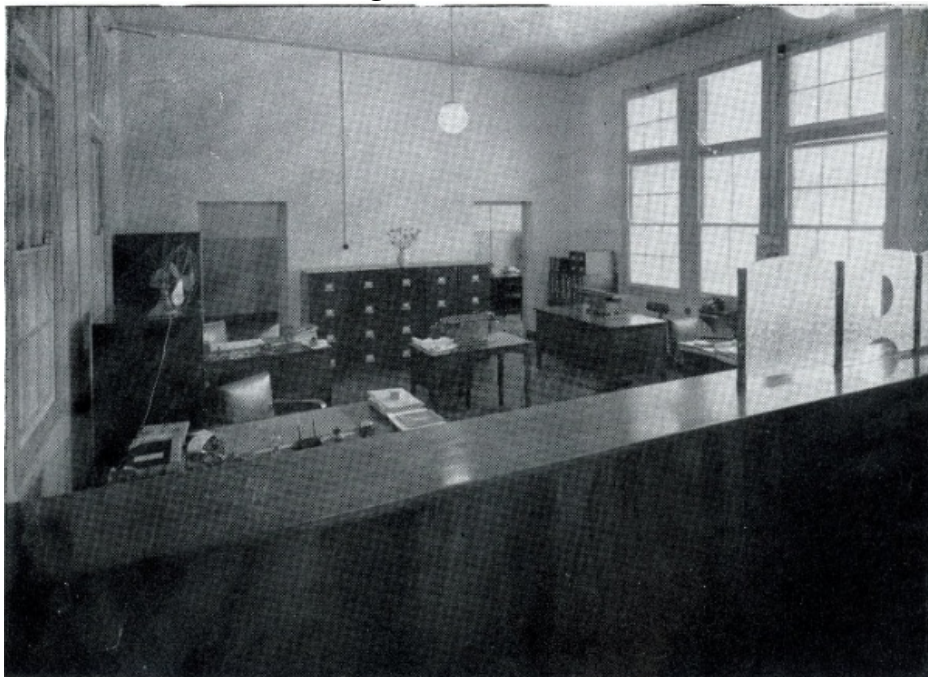


Fonte: Violante, 1956

A Secretaria localizava-se junto à entrada, lugar fundamental para o bom funcionamento da Escola, que chegou a ter cerca de 2400 alunos, e foi desta forma descrita pela professora Ana Branquinho: “A Secretaria da Escola era grande, com muitos funcionários, o Chefe tinha um gabinete à parte, e a Escola funcionava muito bem, por todo o trabalho que era feito na Secretaria. Havia muita burocracia, mas tudo muito organizado, sim”.

A Secretaria tratava do expediente dos diferentes serviços administrativos assegurados pela escola e durante bastante tempo pelo Instituto Comercial: matrículas, frequência, exames, transferências, certidões e cartas de curso, remunerações, segurança social, pessoal docente, auxiliar e menor.

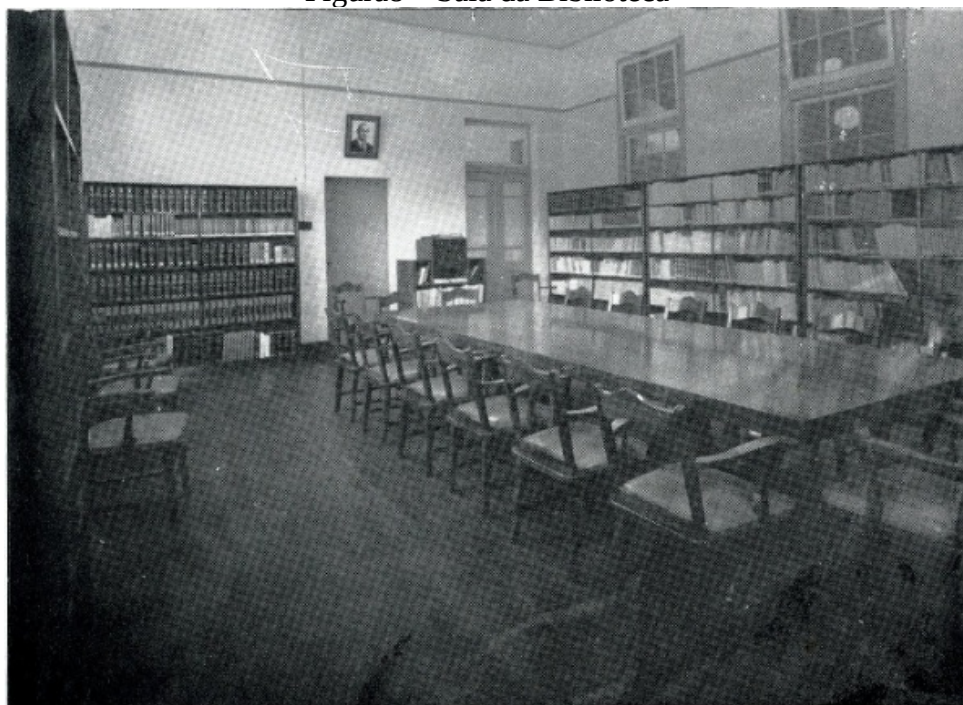
Figura7 - Secretaria



Fonte: Violante, 1956

Do lado esquerdo encontrava-se o gabinete do Subdirector, a biblioteca e a sala de estar das alunas.

Figura8 – Sala da Biblioteca



Fonte: Violante: 1956

Violante (1956), descreve a Biblioteca da Escola, como sendo “uma sala apropriada e com mobiliário adequado, que se encontrava, como já foi referido no edifício principal. Refere que da verba atribuída anualmente ao equipamento da Escola, era reservada uma determinada quantia para a aquisição de obras sobre pedagogia, didáctica, cultura geral, direito comercial, contabilidade, dicionários, entre outras. A Biblioteca possuía ainda a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Enciclopédia Universal Ilustrada Espasa, Larousse du XXème Siècle. A Biblioteca recebia regularmente revistas e outras publicações periódicas, bem como ofertas de livros de repartições oficiais e de particulares”. (p.7-9)

Cada uma das turmas do Ciclo Preparatório possuía, em 1956, uma biblioteca, organizada e gerida por um grupo de alunas bibliotecárias, supervisionadas por uma professora. Segundo Violante (1956), o objectivo principal da biblioteca era criar o gosto pela leitura, e na sua perspectiva esse objectivo foi alcançado tendo em consideração o número de leitoras que, durante esse ano lectivo, tinham requisitado livros, tendo as alunas contribuído financeiramente para a sua aquisição.

No primeiro andar, com uma área de 281,4 m², existiam duas salas de aulas, destinando-se uma delas à Contabilidade.

Entre os dois corpos laterais localizava-se a sala de professores;

Figura 9- Sala de Professores



Fonte: Violante, 1956

Figura 10 – Laboratório de Física



Fonte: Violante, 1956

No bloco onde existiam os dois laboratórios de Física e Química em comunicação com cada um deles existiam duas salas em anfiteatro que serviam as disciplinas de Ciências Naturais e Tecnologia.

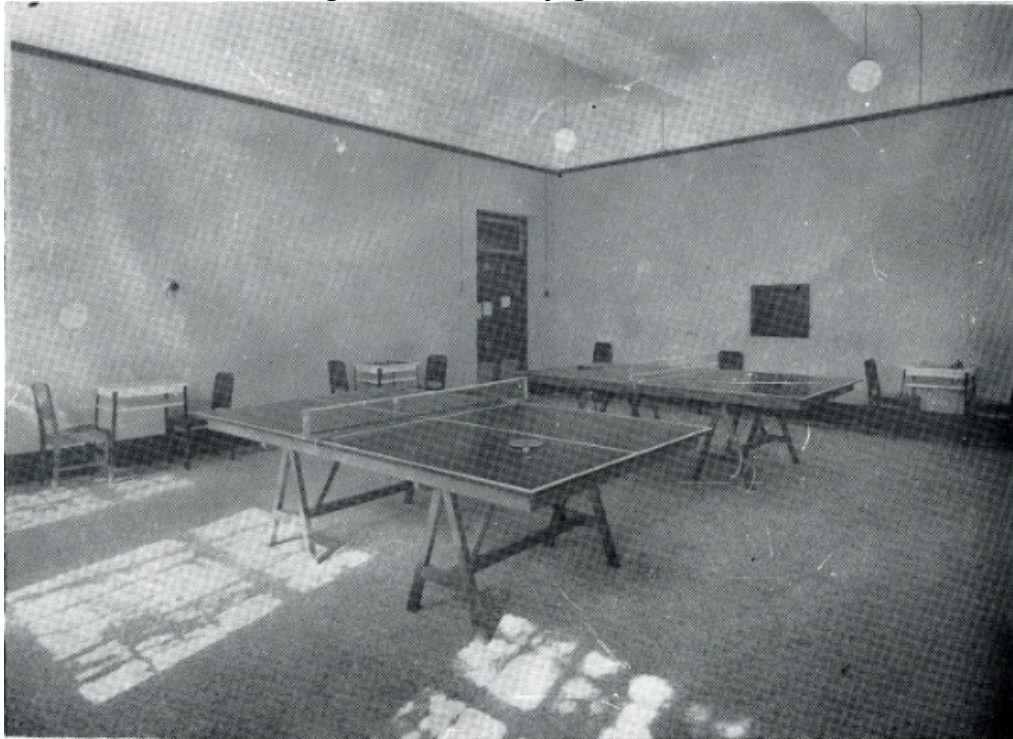
Ainda neste edifício funcionava em sala própria a aula de Dactilografia, equipada com 40 máquinas de escrever de diversos tipos, montadas sobre mesas metálicas individuais e com as respectivas cadeiras metálicas rotativas. Noutras três salas estavam instaladas a Secretaria, a Biblioteca e os Jogos do Centro de Formação Geral nº 6 da Mocidade Portuguesa.

Figura11 – Sala de Dactilografia



Fonte: Violante, 1956

Figura12 – Sala de jogos da M.P.



Fonte: Violante, 1956

Nas entrevistas realizadas a alunos pudemos constatar que a circulação dos alunos pelos vários espaços da escola fazia-se, mas alguns estavam vedados: “Sim circulávamos, ir falar com os professores à sala de professores não, quando muito falávamos na sala aula... quanto ao gabinete do director nem pensar (...)”(Eneias Comiche), “Nessa altura não havia grande abertura para circularmos pela Escola, nomeadamente a Sala de Professores e o Gabinete da Direcção só se ia se tivesse havido algum problema (...)”(Amandine Carvalho).

Num corpo separado do edifício principal funcionava, como já foi referido, a aula de Canto Coral, e em cabina própria estava instalada, em 1956, uma máquina portátil de cinema sonoro se 16mm. A escola dispunha ainda de uma máquina de projecção com um microprojector para diapositivos e filmes *strips*.

No Salão de festas realizavam-se as conferências e funcionava o Canto Coral e o cinema.

Figura 13 – Salão de festas e de canto coral



Fonte: Violante: 1956

As salas de aula estavam organizadas em filas duplas de mesas com bancos de madeira, com passagens entre os bancos, de forma a garantir as actividades centradas no professor/mestre, seguindo a lógica do controlo visual do professor, colocando-o na posição de líder natural sobre os alunos, e nas possibilidades de estes poderem receber de forma simultânea as lições. (Silva, 2002)

De forma a concretizar este objectivo, o mobiliário era constituído pelo estrado e mesa do professor, quadro preto, carteira e bancos ligados entre si e formadas por parte fechada da prancha inclinada para o acto da escrita, interior da caixa do aluno, assento e espaldar, paredes pintadas de cor branca e cinzenta.

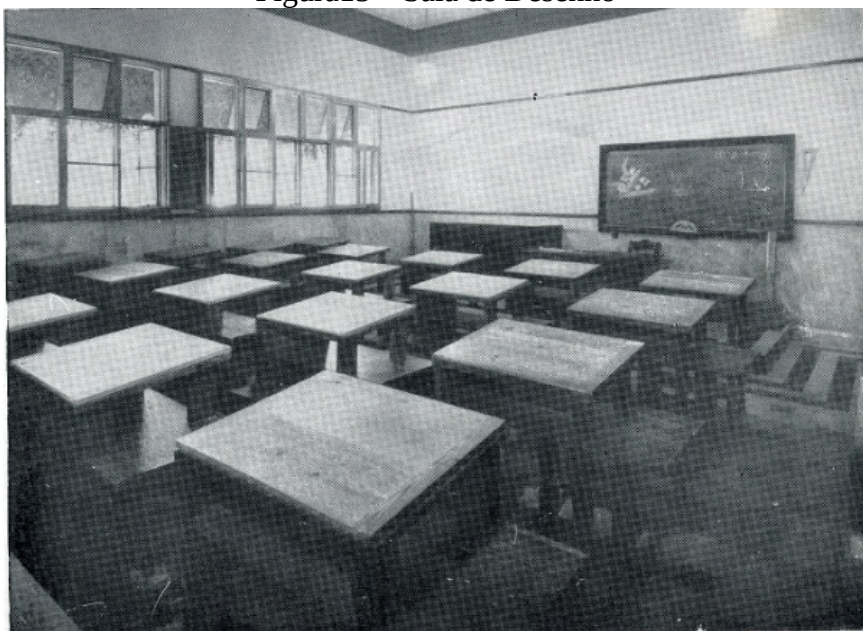
Figura14 – Sala de aula de Português



Fonte: Violante, 1956

Neste edifício funcionava, em 1956, o Ciclo Preparatório Feminino. Violante (1956) refere que existiam duas salas de Desenho com carteiras individuais adequadas, e uma sala de Trabalhos Manuais, mobilada com pequenas mesas e cadeiras, uma para corte, armários para arrecadação de trabalhos e ainda máquinas de costura.

Figura15 – Sala de Desenho



Fonte: Violante, 1956

Figura 16- Sala de trabalhos manuais



Fonte: Violante, 1956

A Escola não possuía uma sala de línguas, mas os professores dispunham de colecções de discos (*Linguaphone*) em francês e inglês.

Figura17 – Sala dos professores (Ciclo Preparatório)



Fonte: Violante, 1956

Entre os vários edifícios e na sala de professores encontravam-se distribuídos bebedouros com sistema de arrefecimento para água.

À volta destas construções existia inicialmente um espaço de recreio para os alunos com cerca de 2020 m².

Figura 18 – Um trecho da cerca da Escola



Fonte: Violante, 1956

Em 1956 foi montada uma nova instalação eléctrica em todos os edifícios, e na cerca da Escola, de modo a garantir uma fiscalização nocturna mais eficaz.

Violante (1956) considerava que a “escola se encontrava dotada de instalações regulares e de moderno material didáctico, que assegurava que os alunos pudessem executar um ensino seguro e eficiente.” (p.6) Para o equipamento inicial da escola foi aberto um crédito especial de 1194 contos.

No relatório do ano lectivo 1963-1964, o Director faz referência logo no início à saturação da taxa de ocupação da Escola, devido ao aumento do número de alunos, o que levava a que as instalações estivessem em permanente funcionamento das 7-00 h às 22-20 h, excepto ao sábado à tarde e noite. Foram ocupadas como salas de aula, nas horas disponíveis, os laboratórios, as salas de costura (sentando-se os alunos nos bancos de costura), a sala que servia de cozinha, onde foram colocadas cadeiras, o salão de conferências (antiga sala de Canto Coral), e até o gabinete médico. Esta taxa de ocupação trazia problemas, como a limpeza das salas que só era possível uma vez ao dia. A situação de ocupação do espaço inviabilizava a hipótese de se organizar um museu comercial e um escritório comercial, ou ainda as condições consideradas necessárias para um bom desenvolvimento das actividades circum-escolares. A higiene, enquanto factor decisivo no desenho das escolas, reforçava o arranjo frontal da “classe”, tendo em consideração, por exemplo a iluminação unilateral pela esquerda, a regulação da altura das janelas de forma a evitar as distrações para o exterior (Silva, 2002), era referida pelo Director Violante como sendo um outro tipo de dificuldades que o edifício, por ser antigo trazia. As janelas baixas facilitavam a distração dos alunos, os incidentes de quebra de vidros, a deterioração das redes das janelas, bem como problemas com a rede de esgotos e canalização e acrescentava-se o facto de o edifício não ter sido construído para escola, o que trazia problemas, como a falta de balneário para raparigas, que tinham de ir transpiradas para as aulas, após as aulas de Educação Física. Mesmo no edifício mais recente, onde funcionava a Secção Feminina, quando chovia com mais intensidade entrava água.¹⁵

O Director da Escola António Carvalho, referia no relatório referente ao ano lectivo 1969-1970, que era necessário que existisse: o Laboratório de Física, pois o equipamento estava-se a deteriorar no ambiente do Laboratório de Química, era necessária uma sala para guardar os mapas, linguafone, discos, filmes e outra

¹⁵ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1963-1964 – AHM Fundo da Educação – Caixa 3.

aparelhagem áudio-visual, uma sala de Contabilidade, com instalações mecanográficas modernas, gabinetes para o Subdirector e directores de curso, já que dos 5 necessários apenas havia 2, instalações adequadas à Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, com 2 salões de estar e jogos, com as respectivas secretarias, bibliotecas e arrumos.¹⁶

Figura 19 – Escola Comercial de Lourenço Marques



Fonte: Violante, 1956

Para além das dificuldades sentidas ao nível do espaço físico, o Director José Pires, referia também as dificuldades financeiras que a escola vivia, nomeadamente ao nível das verbas atribuídas para Material de Consumo Corrente, Despesas de Conservação e Aproveitamento, o que levou, a que em vários bebedouros de água fresca, não funcionasse o sistema de refrigeração, algumas ventoinhas estivessem paradas, cadeiras partidas em condições de serem reparadas mas sem verba para isso. Inclusivamente a verba destinada à Higiene, Saúde e Conforto, era insuficiente para garantir o pagamento das despesas de água, luz, limpezas, e obrigava à utilização de menos desinfectantes do que seria desejado.¹⁷

O relatório referente ao ano lectivo 1964-1965, apresentado pelo Subdirector em exercício, José Cabrita Calafate, reitera as dificuldades sentidas pela deficiência das instalações que não estavam preparadas para acolher os 2300 alunos que estiveram matriculados nesse ano lectivo, o que impôs um funcionamento permanente da Escola

¹⁶ AHM-Fundo da Educação Cx 145.

¹⁷ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1963-1964 AHM. Fundo da Educação – Cx3.

das 7-00 h às 22-20 h, sem qualquer interrupção, havendo apenas uma rápida limpeza geral das salas entre as 18-00h e as 19-00h, referindo também as dificuldades sentidas pela falta de ventoinhas.¹⁸

O Director da Escola Comercial em exercício no ano lectivo 1969-1970 refere no seu relatório, que em toda a Escola existiam 34 salas de aula que, com as 3 ocupadas, por empréstimo, no primeiro andar da Escola Primária Rainha Santa Isabel, perfazia 38, número que obrigava a uma compacta ocupação da Escola de manhã à noite, em que muitas das salas tiveram de ser arranjadas à custa de outras, que são imprescindíveis como por exemplo o Laboratório de Física.¹⁹

No relatório anual do Departamento do Ensino Técnico e Profissional e Médio, relativo ao ano lectivo de 1969-1970, confirma-se que a Escola estava instalada num edifício muito velho, sem condições, e que precisava de um edifício novo, e que já estavam em curso a construção de novas instalações, nos terrenos da Escola, com 35 salas de aula. Encontra-se no relatório dos Empreendimentos financiados pelo III Plano de Fomento de 1970, a referência que a conclusão da obra transitou de 1969, e que foi reservada para a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva a verba de 1500.000\$00.²⁰

No Plano de Fomento para 1972, estava destinada a verba de 9 500 000\$00 para a construção da 1ª fase da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva em Lourenço Marques, e previa-se a conclusão da construção em 1973²¹, a nova Escola teria 30 salas de aula normais. (Anexo 8)

IX. O tempo escolar

O tempo escolar constitui um tempo social, e como tal só é perceptível a partir do conhecimento da organização escolar, das actividades da escola, e da sua articulação com os actores em particular num contexto de obrigatoriedade escolar. Passa a haver um tempo para se estar na escola (e não no trabalho ou em casa). A análise da sua representação, do calendário e dos horários escolares, permite conhecer a actividade escolar e a regularidade da mesma. (Correia, 1997)

¹⁸ Relatório da ECMLM- 1964-1965 AHM- Fundo da Educação Cx 3.

¹⁹ AHM-Fundo da Educação Cx 145

²⁰ Relatório dos Empreendimentos Financiados Pelo III Plano de Fomento: p.11in AHM- Fundo da Educação. Cx 60.

²¹ Marcos Miranda Guedes, Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque, Ano lectivo 1970-1971- AHM- Fundo da Educação, Cx 55.

Em Portugal a construção do tempo escolar fez-se em duas etapas fundamentais na construção do sistema educativo público, uma através da qual se afirmou progressivamente o controlo do Estado sobre a educação formal e uma outra em que as escolas foram ganhando uma progressiva autonomia e uma diminuição da sua regulação por parte de outras instituições. A Escola tornou-se uma realidade da época contemporânea, apesar de estar separada do mundo dos adultos, marcada por horários dos professores que ensinavam magistralmente alunos que os ouviam em silêncio e com uma postura de inteira passividade, “(...) As aulas eram sobretudo expositivas, tinham a duração de 50 minutos, os alunos tinham um papel passivo, e nós os professores tínhamos um trabalho muito solitário, individualista, eu nunca perguntei à minha colega como é que ela tinha dado uma matéria.” (Entrevista da professora Ana Branquinho).

Durante o Estado Novo, a Escola era um instrumento determinante para a legitimação e controle social, assim o tempo era um elemento fundamental para a imposição da disciplina, para a submissão às hierarquias e ao poder. (Correia, 1997) Muitas vezes o prestígio do professor assentava, aos olhos dos alunos, no cumprimento dos horários escolares, dado que o não cumprimento dos horários escolares era punível por lei, sendo considerado um desrespeito aos direitos dos alunos.

Assim os aspectos relacionados com o tempo escolar estavam subordinados às necessidades de definir uma “tecnologia educativa que privilegiasse a organização pedagógica da escola como uma dimensão técnica do exercício da actividade educativa” (Correia, 1997, p.157) de forma a garantir que a escolarização funcionasse como um instrumento de controlo do Estado.

Pintassilgo & Costa (2007) referem que a organização do tempo escolar é um elemento estruturante do modelo (ou forma) escolar de educação, tal como foi construído na modernidade, e articula-se de forma coerente com outros elementos, tais como a delimitação de um espaço escolar próprio, a criação de mecanismos de controlo do comportamento dos alunos (vigilância, punições, recompensas, etc.), a construção de um currículo graduado e sequencial, a formação de um corpo de especialistas do acto do ensinar, a invenção do ensino simultâneo e a definição de um conjunto de rituais pontuando o quotidiano escolar, entre outros dispositivos.

A institucionalização do tempo global da escola implicou a organização de um calendário escolar fixando os limites temporais do funcionamento anual da escola, o começo e o fim do ano escolar, os dias lectivos e de férias, as matrículas e os exames.

Instrumento de poder, o calendário escolar estabelece o ritmo do trabalho, veicula processos de produção e de reprodução da vida social e tem expressão material em certos objectos, como os almanaques especialmente destinados aos professores, que comportavam o calendário geral e o calendário escolar, agenda, legislação e diversas informações úteis. (Pintassilgo & Costa, 2007)

O Decreto Nº 39:532, de 6 de Fevereiro de 1954, definia que o ano lectivo teria início em 10 de Setembro e terminaria a 30 de Junho.

A Portaria Nº 10:366, de 10 de Abril de 1954, fixava a divisão do ano lectivo em três períodos, respeitando o princípio higienista quando determina o trimestre escolar como a secção de tempo findo o qual se impõe um período de pausa:

1º Período – de 1 de Setembro a 23 de Dezembro

2º Período – de 1 de Fevereiro a Sábado de Ramos

3º Período – de quinta-feira posterior ao Domingo de Páscoa a 30 de Junho.

Os exames, que se realizavam numa única época tinham início em 1 de Julho, sendo que os exames de admissão ao Ciclo Preparatório tinham início no fim de Julho e terminavam a 10 de Agosto.

As provas de exame de admissão e finais do Ciclo Preparatório eram elaboradas na Metrópole, como nos refere na entrevista a professora Ana Branquinho, “ penso que as provas escritas vinham de Portugal e os currículos eram os mesmos de lá...”

A perspectiva higienista sobre a escola, legitimada nomeadamente pelo discurso médico, que defendia o descanso de alunos e professores, foi divulgada, por exemplo, nos manuais de pedagogia e, também, nos congressos contra a tuberculose e nos congressos pedagógicos. Em 1940, a *Educação Nacional* transcrevia dois excertos do livro *Crianças escolares* onde as férias grandes são justificadas como um mecanismo contra a “surménage” intelectual e física, “como um período suficientemente prolongado para permitir que as suas condições anteriores se restabeleçam... Esta reintegração na sua maneira de ser normal é uma das grandes vantagens das férias grandes”, sobretudo se as crianças frequentarem um ambiente natural e efectuarem certos exercícios físicos de recuperação e correcção. (Pintassilgo & Costa, 2007, p.112) Ou seja entendia-se as férias como um tempo privilegiado para os alunos e professores, se aproximarem da vida real, e se estabelecerem ligações entre os tempos escolares, familiar e festivo.

Durante o período do Estado Novo, pretendeu-se fazer do professor um exemplo moral, e num quadro em que as férias eram consideradas um direito e entravam nos hábitos de

um crescente número de pessoas. A especificidade das férias grandes do professor, vistas como um privilégio por alguns, foram justificadas pela imprensa pedagógica, não como um direito, mas como sendo uma necessidade imperiosa por dois motivos: para retemperar as forças esgotadas no desempenho dum trabalho cansativo, intensivo e desgastante psicologicamente, sobretudo na época dos exames; para estudar calmamente as obras necessárias à sua formação intelectual. (Pintassilgo & Costa, 2007) Eram consideradas férias para recuperar do cansaço do trabalho escolar, os intervalos entre os períodos que decorriam de 24 de Dezembro a 31 de Janeiro, os dias de Domingo de Ramos à quarta-feira, depois de Domingo de Páscoa; eram feriados os dias estabelecidos pela lei geral e a terça feira de Carnaval, as férias grandes eram de cerca de três meses. Verifica-se um exemplo de autonomia do calendário escolar da Província de Moçambique em relação ao calendário escolar da Metrópole, atendendo a que o período de interrupção do Natal prolongava-se até ao final de Janeiro, considerando-se factores climatológicos, dado que era o mês mais quente e por essa razão o período de interrupção era mais prolongado que na Metrópole.

O calendário escolar não se caracterizava apenas por ser um conjunto de dias lectivos, de férias e feriados. O início do ano lectivo estava marcado para o dia um de Setembro, mas esporadicamente o ano lectivo teve início alguns dias mais tarde, o que era motivado por obras de manutenção do edifício escolar, atrasos nas matrículas dos alunos, o que provocava atrasos na elaboração dos horários, distribuição de salas e constituição de turmas, mas ao longo do período em estudo o ano lectivo foi mantendo a mesma estrutura. O fim do ano escolar era marcado por dois momentos fortes: o fim do das actividades lectivas marcadas pela passagem de ano e pela realização dos exames. A época de exames, decorria normalmente no mês de Agosto.

“Os alunos eram avaliados por notas, no fim dos trimestres, e depois alguns anos tinham exames, como por exemplo o 3º ano”. (Ana Branquinho, antiga professora da ECLM).” Avaliação era feita através de exames a quase todas as disciplinas, mas havia a possibilidade de se dispensar aos exames. (Amandine Carvalho, antiga aluna da Escola Comercial). (...), havia uma avaliação diária, feita nas aulas e depois as provas escritas de exame, que era o que contava mais(...) Fiz tantos, outros dispensei, mas enfrentávamos os exames de uma forma muito tranquila, naquela altura a juventude não nos deixava ter essa consciência(...)” (Eneias Comiche).

Os horários escolares eram um instrumento da organização pedagógica e administrativa que regulavam as actividades no tempo e no espaço, distribuindo da forma mais eficaz os alunos pela Escola. Eram a condição essencial para a manutenção da ordem e da

disciplina escolar, já que articulavam as actividades de um grande número de pessoas e optimizavam o uso do espaço.

No que respeitava aos horários escolares, havia a preocupação de fazer uma boa gestão do tempo, ou seja de alternar as aulas de forma a coexistirem as aulas com as matérias consideradas fundamentais, com outras que exigiam um menor grau de concentração, de modo a não cansar demasiado os alunos, não repetir a mesma disciplina no mesmo dia e articular o uso do tempo com os objectivos das actividades realizadas. O horário escolar abrangia sete dias, de segunda a sábado de manhã, as aulas tinham a duração de cinquenta e cinco minutos, e eram separadas por curtos intervalos de dez ou quinze minutos. Os alunos tinham em média 5/6 horas diárias de aulas, podendo ter um horário só de manhã, só de tarde ou em algumas situações, horário misto. É de salientar que, pelos horários analisados, as turmas por ano, eram divididas, tendo a primeira metade, aulas só no período da manhã, e a segunda metade um horário misto, o que se relacionava com a falta de salas de aulas, dado o crescente aumento do número de alunos na Escola. Não conseguimos, no entanto, perceber qual o critério para a constituição das turmas e distribuição de turma no período da manhã ou de tarde, já que o curso e o ano eram os mesmos. As aulas decorriam em dois períodos, o diurno e o nocturno, sendo o primeiro das 7-00 h às 12-00 h e das 13-00 h às 17-00 h e o segundo com início às 18-30 h e termo às 22-25 h. Um antigo aluno que pertenceu ao primeiro grupo de alunos da Escola referiu “ (...) as aulas tinham a duração de 45 ou 50 minutos (...)”(Eneias Comiche) e uma antiga aluna da Escola na década de sessenta referiu na sua entrevista que “as aulas duravam cerca de uma hora, que na altura era o padrão, embora houvesse aulas com dois tempos e depois o intervalo”. (Amandine Carvalho).

Os horários comportavam o número de aulas e os respectivos recreios. Os recreios, à semelhança das outras escolas, eram momentos que os antigos alunos referem como um espaço em que “Brincávamos, namoriscávamos, lanchávamos e conversávamos nos jardins da Escola. Havia um bar que servia algumas refeições leves.” (Amandine Carvalho). “ (...) Os intervalos eram passados em grupinhos que se formavam, por interesses comuns, ou seja em função de alguma afinidade que houvesse, uns iam à Cristal comer, eu não tinha dinheiro e ficava pela Escola, com os colegas no jardim...falávamos das namoradinhas, de desporto (...)” (Eneias Comiche)

A organização do tempo escolar na Escola Comercial de Lourenço Marques resultava por um lado da necessidade de controlo dos espaços, dos tempos e das actividades escolares, e por outro lado significava também o grau de autonomia e as relações com o

poder central, o que é visível na autonomia da Escola em gerir as actividades da Mocidade Portuguesa, nem sempre respeitando as orientações vindas da delegação regional e do centro, o que é visível em alguns relatórios da inspecção como adiante referiremos.

X. Os Actores

X.I. Directores

Como refere Brian e Chapoulie (in Justino Magalhães. 2000), de uma forma geral, as instituições educativas encontram na sua clientela, a sua verdadeira razão de ser, no quadro geográfico local e constituem unidades orgânicas na gestão de planos financeiros, espaços, pessoal e meios pedagógicos.

Ao longo da sua existência, a Escola Comercial conheceu vários directores, todos nomeados pelo governo central, entre eles destacaram-se:

“ O Dr. Américo Violante, um Director reaccionário mas muito honesto, uma pessoa muito dedicada ao ensino, à profissão, à Direcção da Escola, era muito exigente mas um homem muito bom, nós brincávamos um bocado com ele, brincadeiras políticas, ele conhecia bem as pessoas, mas era muito honesto, ele foi Director da Escola durante anos, e anos. Havia o Fernando Pearson Lisboa, um rapaz novo, que era professor lá, e depois foi Director, era outro género de pessoa, mas cheio de ideias ...e depois apareceu um José Bernardo Barata que era incrível, era da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa (...), era muito rígido...” (Ana Branquinho, professora da ECLM).

Apesar de estarem submetidos a uma dependência directa do poder político, os directores da Escola Comercial gozavam de uma liberdade relativa no contexto escolar.

Os directores eram a peça – chave que garantia o equilíbrio entre os poderes.

Cabia ao Director as funções de administrador – delegado, em que estabelecia a relação entre a Escola e, a Secretaria Provincial de Educação, a Direcção Provincial dos Serviços de Educação e o Departamento do Ensino Técnico, o papel de gestor pois era responsável pela organização e divisão do trabalho, distribuição dos recursos, controlo dos resultados e direcção do pessoal, enquanto supervisor dos professores, responsável pela fiscalização e coordenação do ensino, pela sua adequação aos objectivos e conteúdos definidos nos programas, nos regulamentos e normas da administração central, seleccionava mediante a apresentação do currículo os professores eventuais, e no papel de “educador dos alunos”, competia-lhe assegurar a disciplina dos alunos, e a

relação com as suas famílias. (Barroso, 2005)

Era também o Director que aplicava as penas disciplinares na Escola, apesar de nos vários relatórios analisados ser uma constante a referência a que não existiam na escola muitos problemas desta natureza, o que é corroborado pelo aluno Eneias Comiche “(...)Não havia problemas disciplinares, pelo menos enquanto eu fui aluno (...)”

No ano lectivo de 1964-65, o director refere que se registaram trinta participações, por infracções disciplinares, tendo resultado a aplicação das seguintes penas aos alunos que tiveram comportamentos considerados mais gravesos:

2ª do artº 460º do Estatuto- 15 alunos

3ª do artº 460 do Estatuto (repreensão dada pelo Director) – 26 alunos

4ª do artº 460 do Estatuto –(suspensão da frequência das aulas de 1 a 2 dias)- 39 alunos.

O que atinge a percentagem de cerca de 3% em relação à população escolar total²².

Nos vários relatórios analisados destaca-se o facto de não se registarem casos de Disciplina Escolar considerados graves, apesar das condições físicas da escola dificultarem a vigilância disciplinar.

A professora Ana Branquinho referiu na entrevista que: “(...)”. Poderia haver um caso ou outro, mas as relações eram boas, durante os anos que leccionei, ou seja durante toda a vida de professora, apenas marquei uma falta disciplinar a vermelho, o que na altura foi uma admiração! Isto a um rapaz que fez qualquer coisa, que já não me recordo e eu disse-lhe não faças isso, que não é correcto, ele fez de propósito, insistiu, e então marquei a dita falta a vermelho (...)”.

Os alunos entrevistados exprimiram que no campo da disciplina coexistiam sentimentos de rigor, de austeridade mas também de algum à vontade

“ (...) “Havia brincadeira, (risos), uma vez um colega negro foi chamado ao quadro numa aula de Geografia, e o professor mostrou-lhe um mapa e pediu para ele identificar o mar que lhe indicou, o colega muito nervoso não conseguia responder, até que o professor lhe disse, oh! rapaz o mar é como tu, ou seja era o Mar Negro, de seguida apontou outro mar e pediu ao mesmo aluno para o identificar, e aí o aluno num rasgo de inteligência, respondeu “Ah! esse eu sei, é como o sr. Professor é o Mar Vermelho, pois o professor andava sempre com o rosto muito vermelho, não sabíamos bem porquê, mas desconfiávamos (risos) ... Mas existiam também regras, como a pontualidade, a assiduidade, que nós cumpríamos mais ou menos (...)” (Eneias Comiche) “ (...) Em relação à pontualidade havia rigor, mas havia sempre uns alunos que às vezes chegavam um pouco mais tarde... Havia regras duras, nós não púnhamos o pé em ramo verde, porque sabíamos que havia rigor.” (...) “Eram problemas esporádicos, não me lembro de nenhum caso assim marcante. Quando

²² Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1964-1965: s/p -AHM- Fundo da Educação - Cx 55.

havia alguma situação disciplinar era conversada em primeiro lugar com o professor e só depois chegaria ao Director (...)” (Amandine Carvalho) .

Recordam as relações com os Directores como “relações muito afastadas, porque na altura respeitávamos muito as pessoas mais idosas, os professores e então o Director era uma figura que estava muito mais acima.” (Amandine Carvalho), “ (...) Não existiam relações entre os alunos e o director (...)” (Eneias Comiche) e não tinham nenhuma percepção, na altura de como eram escolhidos os Directores, “(...)Não sei, mas penso que era convidado, não? Mas devia ser alguém da confiança do regime (...)”(Eneias Comiche)

Coube também aos Directores o papel de elaborar relatórios anuais, dirigidos maioritariamente ao Departamento do Ensino Técnico Profissional, e em particular à Direcção de Inspecção, relatórios que eram explícitos e que foram uma fonte preciosa na presente investigação. Esses relatórios contêm informações relativas aos cursos ministrados no ano lectivo a que se reportam, número de professores, com discriminação por sexo, categoria profissional e disciplinas leccionadas, informações relativas ao número de alunos matriculados nos vários cursos, por sexo, etnias, respectivo aproveitamento. Referem ainda algumas das actividades circum-escolares realizadas e respectiva ligação aos Centros da Mocidade Portuguesa, bem como referência ao sector dos funcionários.

Da análise de conteúdo realizada às entrevistas podemos verificar que a figura do Director era para os alunos alguém que simbolizava a autoridade máxima da escola, que representava a ordem e a disciplina. No que concerne às relações entre os Directores e os professores, a professora entrevistada refere que:

“existiam relações cordiais, de simpatia e de à vontade:” (...) Dependiam dos Directores, mas eram boas. Por exemplo, houve umas cerimónias de desagravo a Nossa Senhora, (...), e havia uma circular que aparecia na Escola a dizer que no dia X, os alunos e os professores deveriam fazer o tal desagravo a Nossa Senhora, devido a qualquer coisa que tinha acontecido em Portugal, não aqui, e o Director tinha ordem de fechar as portas para os alunos e os professores não saírem, principalmente os alunos, se não, não ficava lá ninguém! (risos...) e eu lembro-me de numa dessas alturas me dirigir ao carro, que sempre tive, e estava lá o contínuo que me disse: “ Ai Sra. Dra. não pode sair o portão está fechado” e eu respondi-lhe vá lá dizer ao Sr. Director que eu quero sair, não vou ficar cá, e abriam-me o portão, ou seja não havia um rigor muito intenso. Eles conheciam-me muito bem, sabiam que eu era uma pessoa simples, decente... Fiz isso pelos menos duas vezes uma com o Dr. Pearson Lisboa, e outra já não me lembro quem era o Director (...) Mas não

havia na Escola um rigor muito grande, pois se fosse noutra sítio, essa minha atitude seria motivo de um processo disciplinar, e ali não, não me aconteceu nada

(...)”.O antigo aluno Eneias Comiche referindo-se ao Director Violante esclareceu “ (...) eu só conheci o Director Violante, como já disse, era uma pessoa muito austera! Que não atraía grande simpatia (...) e sei que ele se incompatibilizava com alguns professores, por exemplo com o professor de Português, Dr. Álvaro do Carmo Vaz, porque era um professor diferente, que dava aulas diferentes, e o Director com alguma frequência ficava à porta a ouvir a aula, e o professor fazia questão de contar anedotas, de brincar e quando o director se ia embora nós retomávamos a aula... e sei que esse professor acabou por ter problemas, encontrei-o uns anos depois, em Lisboa, no Rossio e ele continuava muito elegante, muito limpo mas com a camisa com o colarinho muito coçado, penso que ele passou por grandes dificuldades financeiras (...)” (Eneias Comiche).

No que respeita à relação entre os funcionários e os Directores, a funcionária entrevistada, referiu que “(...) era uma relação de respeito pela sua autoridade, mas que eram pessoas afáveis, que tratavam os funcionários com dignidade, (...) Conheci um director antes e outro depois da independência, e depois da independência praticamente fiquei sozinha aqui na Escola, como Chefe da Secretaria(...)”.

X.II. Professores

Segundo Nóvoa (1999) “os professores são funcionários, pois a sua acção está impregnada de uma intencionalidade política, devido aos projectos e às finalidades sociais de que são portadores, a necessidade de reproduzirem normas e valores próprios da profissão docente, dado que não é possível separar o “eu pessoal” do “eu profissional”, já se trata de uma profissão profundamente marcada por valores e ideias.” (p.17)

O discurso oficial apresentava os professores como missionários, mas como refere Delfim Santos na revista *Palestra* (do Liceu Pedro Nunes) no final de 1950, a tirania dos programas e preocupação de tornar os professores uns meros executantes dos mesmos, tornava-os numa espécie de “funcionários do ensino”, cuja competência principal era administrarem o saber que constava dos programas e preparar os alunos para o exame, em que reproduziam o resultado, relatavam factos ou descreviam uma experiência.

Como os professores integram o quadro dos actores das instituições educativas, neste subcapítulo iremos abordar estes actores, nomeadamente do ponto de vista quantitativo,

formação académica e situação profissional e na medida do possível tentar perceber o tempo em que estiveram ligados à Escola Comercial.

No que respeita ao quadro docente da Escola, que resultou do desdobramento da Escola Técnica Sá da Bandeira, segundo o definido no nº 2 do artigo 7º do Decreto Nº 38:670, de 17 de Março de 1952, foi o seguinte:

Quadro5: Professores do Quadro Comum em 1952

Grupo	Habilitações	Categoria: Efectivo	Adjunto /
1º Grupo	Licenciatura em Farmácia	1 professor	
6º Grupo	Curso de Contabilista / Licenciatura em Finanças	4 professores	4 professores adjuntos
7º Grupo	Licenciatura em Ciências Económicas e Financeiras	2 professores	
8º Grupo	Licenciatura em Filologia Românica	2 professores	1 professor adjunto
9º Grupo	Licenciatura em Filologia Germânica e Curso de Ciências Pedagógica	3 professores	
10º Grupo	Licenciatura em Ciências Histórico - Filosóficas	2 professores efectivos	
11º Grupo	Licenciatura em Ciências Geológicas / Geográficas	1 professor	

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados coligidos Decreto Nº38:670 de 17de Março de 1955- Anuário do Ensino 1952 -AHM

Através do Decreto Nº 38:972, de 28 de Outubro de 1952, foram mantidos os cinco lugares de mestres de Caligrafia, Dactilografia e Estenografia existentes na Escola Técnica Sá da Bandeira. Ainda pelo mesmo Decreto e pelos Decretos Nºs 39:344 de 1 de Setembro de 1953, 39:850, de 15 de Outubro de 1954, e 40:317, de 14 de Setembro de 1955, o quadro docente foi aumentado:

Professores do Quadro Comum:

1º Grupo – 1 professor efectivo

5º Grupo (Curso Superior de Arquitectura /Curso Especial de Pintura) – 2 professores adjuntos

8º Grupo – 4 professores efectivos e 1 adjunto

11º Grupo – 1 professor adjunto

Professores dos Quadros Complementares:

Educação Física – 1 professora

Canto Coral – 1 professora

Religião e Moral – 1 professora

Professores do Quadro Privativo:

Trabalhos Manuais – 1 mestra e 1 auxiliar

Formação Feminina – 1 mestra

O Decreto Nº 38:972 definia ainda que o provimento de lugares de mestres seria feito através de contrato lavrado na província.

A contratação de mestres era feita através de concurso público, como demonstra o aviso que consta da Portaria Nº 12:331 de 30 de Janeiro de 1958, onde foi publicada a lista provisória de candidatos a mestres de Caligrafia, Dactilografia e Estenografia do Ensino Comercial (Anuário do Ensino, 1958), assim como era publicada a lista com a constituição do júri e o horário das provas deste concurso (o Júri seria constituído por um professor efectivo do 10º Grupo da Escola Comercial, que seria o Presidente e por dois vogais: um professor efectivo do 8º grupo da Escola Comercial de Lourenço Marques e um mestre de Grafias, contratado, da mesma escola). As provas tinham a componente prática e teórica e tinham uma duração que variava entre as 3 horas e 1-30h, sendo a prova prática de manhã e a teórica à tarde. Todos os candidatos eram ainda submetidos a uma prova oral que tinha a duração de 20 minutos para cada disciplina (Anuário do Ensino, 1958), os resultados do concurso eram também publicados em Boletim Oficial.

Pelo Decreto Nº 41:686 de 18 de Junho de 1958 a Escola Comercial de Lourenço Marques viu o seu quadro docente acrescido pelos seguintes elementos:

Professores do Quadro Comum:

1-Professor adjunto (feminino) do 5º grupo

1 Professor adjunto (masculino) do 6º Grupo

1 Professor efectivo (masculino) do 8º Grupo

1 Professor adjunto (feminino) do 8º Grupo

2 Professores adjuntos femininos do 11º Grupo

Professores dos Quadros Complementares:

1 Professor (masculino) de Religião e Moral

1 Professor (masculino) de Educação Física

1 Professor (feminino) de Educação Física

Professores do Quadro Privativo:

1 Auxiliar (feminino) de trabalhos manuais²³.

Pela Portaria Nº 17:174 de 18 de Maio de 1959, os concursos de provimento dos lugares de mestres dos quadros das escolas são documentais e anunciados no Boletim Oficial. Refere ainda que os candidatos a mestres aprovados em concurso de habilitação tinham preferência absoluta para nomeações interinas ou contratos de serviço eventual para contramestres e auxiliares.

Através da Portaria Nº 17:281 de 22 de Agosto de 1952, as Escolas que tivessem mais de seiscentos alunos, para além da coadjuvação de um Subdirector, o Director poderia ainda ter um ou mais directores de curso ou grupos de curso afins, nas Escolas Comerciais haveria uma directora do Curso de Educação Feminina e um director dos restantes, sendo a criação dos lugares de directores de Curso da competência do Ministro do Ultramar, mediante proposta do Governador, que por sua vez os nomeava mediante proposta do Director da escola, de entre os professores efectivos que nela leccionavam, ou adjuntos, se não houvesse naquela categoria²⁴.

Numa nota de 15 de Outubro de 1959 o responsável pela Direcção dos Serviços de Instrução, solicitava ao Director dos Serviços da Fazenda e Contabilidade, a criação de dois lugares de directores de curso, para a Escola Comercial, um director de curso de Educação Feminina e um director para os restantes cursos, havendo ainda a referência aos abonos que deveriam auferir, ou seja 450\$00 durante 10 meses²⁵.

²³ Anuário do Ensino - Província de Moçambique 1958, p.146

²⁴ Anuário do Ensino: 1959,p.92.

²⁵ Processo Nº 3246 AHM -Fundo da Educação, Cx 54.

O Decreto Nº 45:235 de 7 de Setembro de 1963 alargou o quadro comum, complementar e privativo de professores da ECLM, com a nomeação de:

Três professores adjuntos, sendo dois do 8º Grupo e um do 11º;

Uma professora de Educação Física;

Um contramestre (feminino) de Formação Feminina;

Dois auxiliares de Grafias.

No ano lectivo de 1963-1964, prestaram serviço na Escola 40 professores e mestres do quadro e 45 eventuais.

Professores do Quadro Comum

1º Grupo – 2 professores

4º Grupo - 4 professoras

5º Grupo – 1 professor

6º Grupo 1º Grau – 3 professores

7º Grupo – 3 professores

8º Grupo – 9 professores

9º Grupo – 5 professores

Professores dos Quadros Complementares

Educação Física – 1 professora

Quadros Privativos

Mestres – Curso Práticos de Caligrafia, Dactilografia e Estenografia – 3 professores

Serviço Eventual

1º Grupo – 2 professoras

4º Grupo – 3 professores

6º Grupo - 7 professores

7º Grupo – 6 professores

8º Grupo – 6 professores

9º Grupo – 2 professoras

10º Grupo – 2 professores

11º Grupo – 2 professores

1º Grau:

6º Grupo – 1 professor

8º Grupo - 4 professores

Educação Física – 1 professor

Religião e Moral – 2 professores (uma irmã e um padre)

Noções de Higiene, Enfermagem e Puericultura – 1 professora

Economia Doméstica – 1 professora

Auxiliar de Grafias – 3 professores

Mestre de Formação Feminina – 1 professora

Contramestre de Formação Feminina – 1 professora

O elevado número de professores eventuais prendia-se com o facto de terem estado a substituir professores do quadro que estiveram ausentes, e terem substituído professores do quadro que estiveram a dar cadeiras do Instituto Comercial, devido a na altura não existirem professores ordinários do quadro do Instituto. O Director José Manuel Pires refere no relatório de 1963-64, que para satisfazer as necessidades do ano lectivo seguinte, o orçamento devia compreender mais 11 lugares de professores nomeadamente 1 professor do 4º Grupo, 7 professores do 8º Grupo, 2 professores do 9º Grupo e 1 professor do 11º Grupo²⁶.

O ingresso dos professores na Escola Comercial era feito através de nomeação governamental ou então no caso dos professores eventuais, era apresentado o currículo, e feita uma entrevista pelo Director, que escolhia o candidato para ocupar a vaga. A professora Ana Branquinho referiu a sua entrada na Escola Comercial:

“(…) Entrei na Escola Comercial como professora eventual, de Português e Francês, por nenhuma razão especial, mas sim por ter sido chamada como professora eventual. Naquela altura tanto podia ter entrado no ensino profissional como no liceal, mas hoje digo, ainda bem, que entrei para o Ensino Comercial, aprendi muito com o Ensino Técnico, primeiro porque era um ensino muito menos elitista, e eu sempre fui um bocado contra esse tipo de ensino, era da oposição, digamos assim, e depois porque havia um bom ambiente na Escola. Depois no Liceu Salazar e mais tarde como não tinha Exame de Estado, propuseram-me

²⁶ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1963-1964 AHM. Fundo da Educação – Cx3.

que fosse para a Escola Comercial da Beira, a Escola Azevedo Coutinho, para me tornar efectiva depois fazer o concurso para professor efectivo, que foi o que eu fiz quando fui para a Beira, ao fim de 10 anos é que havia uma diuturnidade, que era insignificante, muito insignificante, o que tínhamos era horário reduzido quando tínhamos aulas à noite (...) Mas depois regressei à Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva, e quando foi a independência muitos professores foram-se embora (...), em 1974, veio um inspector da Secretaria de Educação, o inspector Campos Costa, que conhecia as minhas ideias, e a minha maneira de agir, e que me disse que eu tinha de ficar a dirigir a Escola, porque não tinham ninguém, então eu não fui nomeada Directora, tinha recebido aquela tarefa e pronto, fiquei como Directora da Escola desde 1974 a 1978 (...).”

No relatório do inspector-adjunto do Ensino Técnico referente ao ano lectivo de 1968-1969, surge-nos a indicação de que existiam nesse período 7 professores com Exame de Estado, 34 sem Exames de Estado, 42 professores eventuais, 6 mestres do quadro e 1 mestre eventual. Sendo que num total de 90 professores 67 eram do sexo feminino e os restantes 23 do sexo masculino, enquanto na Escola Industrial Afonso de Albuquerque se verificava a situação inversa, a maioria dos professores pertenciam ao sexo masculino. Pelo que se pode concluir que existia um reduzido número de professores com exame de estado para um ensino especializado. O Decreto nº 48.868, de 17 de Fevereiro de 1969, criava o estágio para professores do ensino técnico em Moçambique, e esperava-se que viesse a atenuar a desproporção entre professores contratados e professores efectivos. A taxa de rendimento escolar foi nesse ano lectivo de 66,7%²⁷. Nesse mesmo relatório, o inspector-adjunto reconhece que era necessário melhorar o ensino técnico profissional, porque as escolas eram em reduzido número face às necessidades da indústria e do comércio da cidade. Tal como seria importante definir o quadro dos professores ordinários dos Institutos Comerciais e Industriais, dado que muitos se serviam dos professores das escolas coordenadas, ficando estas sem os elementos qualificados para o seu serviço docente e que lhe pertenciam. No referido relatório aponta-se ainda a necessidade de actualização do vencimento do pessoal docente, das gratificações de exame e dos directores de modo a evitar que os professores efectuassem serviço docente particular, e se pudessem dedicar em exclusivo às escolas a que estavam affectos.

No ano lectivo 1969-1970 a Escola possuía 39 professores do Quadro Comum, 31 lugares providos por professores sem a habilitação legal e 2 providos por professores com a habilitação legal. Do quadro Complementar 2 professores de Educação Física

²⁷ Relatório do Ensino Técnico 1968-1969.AHM- Fundo da Educação. Caixa 56.

pertencentes aos lugares orçamentados, 1 professor sem habilitação legal e 1 com habilitação legal. Do Quadro Privativo 6 mestres com lugares orçamentados, 3 mestres de Grafias, Electricidade e Formação Feminina com habilitação legal. Possuía ainda 50 professores Eventuais sem habilitação legal e 19 com habilitação legal²⁸. Nesse mesmo ano foram autorizadas, pela Inspeção Provincial de Educação, 379,5 horas extraordinárias a docentes²⁹. O Director da Escola, no ano lectivo 1969-1970, António Carvalho, referia no seu relatório, a necessidade de se criarem na Escola os lugares de Director de Contabilidade e Instalações Mecanográficas, Director de Biblioteca com um funcionário permanente, Director de Laboratório de Física. Ciente que era impossível conseguir concretizar esses objectivos com o espaço físico existente na Escola, o Director propõe a separação total da Escola do Instituto Comercial, ou seja instalá-lo em edifício próprio, propondo ainda que a própria Escola Comercial se dividisse em duas, uma que ficaria no actual terreno e outra que poderia ser criada na zona ocidental da cidade³⁰.

No ano lectivo seguinte existiam na Escola 47 professores com lugares orçamentados, 33 professores que asseguravam o lugar mas sem habilitação legal, e 5 professores com habilitação legal. Possuía ainda 31 Professores Eventuais com habilitação legal e 44 sem habilitação legal³¹.

No que se refere a actividades de formação para os professores não foi encontrada, nos vários relatórios analisados, qualquer referência a esse aspecto, o que foi corroborado pela professora entrevistada “ (...) Não me lembro, formação de professores? Mas penso que não (...)”.

O Relatório da Inspeção Provincial de Educação do Estado de Moçambique, respeitante ao ano lectivo 1971-1972, refere que foi dada formação através de cursos de actualização sobre a nova metodologia das Ciências da Natureza, com a nova disciplina de Biologia, aos professores do ensino secundário e técnico, por metodólogos que se deslocaram da Metrópole a Lourenço Marques, Beira e Nampula³².

Um mapa confidencial com a designação “rácica” do pessoal docente enviado pelo então Director, José Vinhal, à Direcção Provincial dos Serviços de Educação referia-se a existência no ano lectivo 1971-1972, de 15 professores do sexo masculino, do quadro,

²⁸ Relatório do Departamento do Ensino Técnico Profissional e Médio – Ano lectivo de 1969-1970: p.10 e 11. AHM- Fundo da Educação Cx.55.

²⁹ Distribuição do Serviço lectivo, de 18 de Janeiro de 1970. AHM Fundo da Educação. Cx 35.

³⁰ AHM-Fundo da Educação Cx 145.

³¹ Relatório do Ensino Técnico. 1970-1971:mapas 3,7 Caixa 55.

³² Relatório da Inspeção Provincial de Educação de Moçambique. 1971-1972- In AHM- Fundo da Educação. CX 60.

brancos, 2 mistos, do sexo feminino: 26 professoras brancas, e 1 mista. Professores eventuais do sexo masculino, 20 brancos, e do sexo feminino 51 brancos, 2 mistos e 2 indianos³³. Da análise dos vários relatórios elaborados pelos Directores da Escola e pela Inspeção Provincial de Educação pode-se verificar que a maioria dos professores da Escola eram do sexo feminino e de “raça” branca, o que foi corroborado pela professora entrevistada:

“(…) eram quase todos portugueses, brancos, havia a Elsa Noronha, que era uma professora negra, filha do poeta Rui Noronha, mas era uma excepção, pertencia a uma família muito ligada às letras, a Bertina Lopes, negra, hoje uma grande artista plástica e a irmã Custódia Lopes, foram das poucas famílias negras que conseguiram mandar os filhos estudar em Portugal (...)” (Ana Branquinho).

O Decreto-lei Nº 174/73, de 17 de Abril, previa o direito dos professores efectivos poderem gozar licença Graciosa, durante um ano, tendo direito à viagem paga à Metrópole, e da respectiva família, bem como usufruir de vencimento durante esse período de tempo. Na nota enviada pelo Director do Ensino Técnico profissional substituto, José Bernardo Barata, de 25 de Junho de 1973, 21 professores do Ensino Técnico e 29 familiares, pretendiam gozar este tipo de licença, tendo sido concedida autorização de licença a 3 professores da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva e 4 familiares. Existindo também a possibilidade de os professores poderem viajar por sua conta³⁴. Este tipo de licença levava à necessidade de se contratarem professores eventuais, para assegurarem as funções dos docentes que usufruíam da Licença Graciosa.

Com base do relatório do Departamento do Ensino Técnico de 1972-1973 a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva possuía: 10 professores de Ciências Físico-Naturais, 12 professores de Contabilidade, 5 de Dactilografia, 8 de Desenho Geral, 1 de Economia Doméstica, 3 de Economia Política, 10 de Escritório Comercial, 22 de Matemática, 3 de Cálculo Comercial, não havendo nesse relatório referência às restantes disciplinas como Português, Geografia, História, Francês, Inglês e Educação Física.³⁵

A relação individualizada dos professores e mestres, apresentada pelo Director José Vinhal em 30 de Março de 1974, refere que a Escola possuía o seguinte quadro de professores:

³³ Documentos confidenciais - AHM -Fundo da Educação Cx.120.

³⁴ AHM- Fundo da Educação - Caixa 56- Processo 33.

³⁵ Relatório do Ensino Técnico 1972-1973. AHM-Cx 121.

Quadro 6 - Professores efectivos da Escola Comercial em 1974

Grupo	Situação Profissional	Nº de professores
1º Grupo	Professores do Quadro	5
4º Grupo	Professores do Quadro	2
6º Grupo	Professores do Quadro	8
8º Grupo	Professores do Quadro	8
9º Grupo	Professores do Quadro	6
10º Grupo	Professores do Quadro	4
Educação Física	Professores do Quadro	4
Grafias	Professores do Quadro	4

Fonte. Elaboração do autor a partir de dados coligidos na Relação de Pessoal Docente do Quadro apresentada pelo Director José Pereira Vinhal em 30 de Março de 1974 -AHM- Fundo da Educação - Cx 208)

Em entrevista à antiga professora da Escola Comercial, Ana Branquinho referiu que “Tinha várias turmas, éramos obrigados a leccionar 24 h, quase todos tínhamos 3 ou 4 horas extraordinárias, as turmas da noite valiam por uma e meia, e cada turma normalmente tinha 35 alunos, e quando tinham mais do que 35, nós reclamávamos (...)” No que concerne às metodologias de ensino, não foram encontradas na documentação analisada referências a este aspecto, no entanto a professora entrevistada referiu que:

“(...)As aulas eram sobretudo expositivas, , e nós os professores tínhamos um trabalho muito solitário, individualista, eu nunca perguntei à minha colega como é que ela tinha dado uma matéria, só após a independência é que começámos a trabalhar em grupo, por exemplo os professores que davam o primeiro ano, o segundo, etc.(...) Havia programas mas, nós tínhamos liberdade para dar a volta a esses programas. Havia livros obrigatórios alguns deles muito maus, como por exemplo o de França “Mon amie Pierrot” e “ Pierrot dans le comérce”, em Portugal já tinham mudado e cá continuávamos com o mesmo livro! Em Português era um livro que tinha os poetas e os prosadores e nós arranjávamos outros textos e trabalhávamo-los nas aulas. Mas tínhamos liberdade para gerir os programas nas aulas, não havia rigidez no cumprimento dos mesmos, nem muita exigência, neste aspecto (...)”. A mesma professora refere que a relação com os alunos era boa: “(...) nós dávamo-nos bem com todos os alunos, negros, mulatos, indianos, brancos. Poderia haver um caso ou outro, mas as relações eram boas, durante os anos que leccionei (...) As relações eram boas mas, no entanto, não havia muita convivência entre alunos e professores, o professor encontrava-se distanciado dos alunos (...)”.(Ana Branquinho)

Os antigos alunos da Escola entrevistados relembram com agrado os professores que tiveram na mesma:

“ (...) A relação dos alunos com os professores era boa, de algum distanciamento, mas era boa (...) recordo-me de vários, por exemplo o mestre Pardal, primeiro porque ele ia à caça aos fins-de-semana, e na segunda - feira muitas vezes não tínhamos aula, e quando

tínhamos, primeiro ele tinha de contar a sua aventura nessa caçada... e segundo porque ele era um professor muito humano, e próximo de nós!

Outro professor que me marcou profundamente e a quem devo o domínio da Língua Portuguesa que tenho, foi o professor Álvaro do Carmo Vaz, nós tínhamos aulas de 45 ou 50 minutos, e os primeiros 30 minutos eram de galhofa, sempre de conversa com os alunos, em que ele nos abria os horizontes, falava de aspectos da realidade moçambicana, da realidade portuguesa e de outros, contava as viagens e lugares que já tinha visitado, falava-nos da sua experiência e os restantes 15 ou 20 minutos eram de gramática, o que é certo é que era suficiente pois, nós aprendíamos tudo, e com grande entusiasmo!... Era de tal maneira que eu quando fui estudar para Portugal, quando cheguei a Lisboa eu já conhecia a “Feira da Ladra” sem nunca lá ter estado, só pelo que ele tinha descrito (...) Havia o Gouveia, que chegou a ser sub-director, e lembro-me dele, porque nós éramos obrigados a participar no “Dia da Raça” e uma vez, eu e um colega decidimos não ir, e claro o Gouveia descobriu e disse-nos que uns dias depois íamos ter um exame e que ele não nos ia deixar fazer o exame, bem eu disse para o meu colega que tínhamos de estudar muito para o conseguirmos fazer, e no dia lá fomos, devo confessar que eu nunca tinha estudado tanto, como para aquele exame, ele acabou por nos deixar fazer o exame e eu lá passei mas o Arone (...) (Eneias Comiche)

“(...) A relação com os professores era de respeito, mas era uma relação muito boa(...) Recordo-me do professor Silva e Sousa de Contabilidade, muito querido por todos, alunos, professores, o Mestre Pardal, de Caligrafia e Dactilografia, que era um companheiro, mais próximo dos alunos, o Mestre Branco, Professor Parreira de História, a Elsa Noronha de Noções de Comércio e Cálculo Comercial, sempre com as suas batas impecavelmente brancas (...) (Amandine Carvalho).

No que respeitava às metodologias o aluno Eneias Comiche referiu que “ (...) Havia algum diálogo com os professores, mas sem dúvida nenhuma, nós os alunos tínhamos um papel muito passivo, mas saíamos bem preparados... Quanto aos recursos, do que me lembro era dos livros, quadro e pouco mais (...)” a aluna Amandine Carvalho referiu: “ (...) Bem... tínhamos as aulas mais teóricas como a Geografia, a História, e tínhamos aulas mais práticas como a Contabilidade que tinha simultaneamente uma base teórica e uma base prática, a Química que tinha uma parte de laboratório / prática e uma parte teórica, a Dactilografia que era sobretudo prática, nas aulas de Cálculo usávamos umas máquinas de calcular giríssimas, com várias manivelas (...); de um modo geral, nas aulas mais teóricas o papel do aluno era ouvir o que o professor dizia, não havia muito diálogo (...)”.

Questionada sobre a imagem do professor/a da Escola Comercial comparativamente aos professores do Liceu a professora Ana Branquinho referiu: “Eu dei aulas na Escola Comercial e no Liceu, e sinceramente eu não me apercebi de grandes diferenças, éramos todos professores, encontrávamo-nos fora Escola e convivíamos... talvez houvesse um ambiente mais descontraído na Escola Comercial, isso sim (...)”.

X.III. Funcionários

O referido Decreto Nº 38:972 estabelecia também que fossem criados os lugares de um primeiro-oficial (chefe de secretaria), um segundo oficial, um terceiro oficial, um aspirante e uma dactilógrafa. O pessoal menor da Escola seria constituído por sete contínuos e doze serventes.

O regime de entrada no quadro de pessoal da Secretaria era realizado mediante apresentação do currículo e aprovação em provas públicas sobre conhecimentos de legislação não só do Ensino Técnico como do ensino em geral, de contabilidade pública e de prática de dactilografia, prestadas diante de um júri nomeado para o efeito, como referiu na entrevista a funcionária Irene Cabral: “(...)Fazia-se concurso para entrar, dois anos depois fazia-se novo concurso, se houvesse vaga para 3º Oficial, dois anos depois desde que houvesse vaga fazia-se o concurso para 2º Oficial e para 1º Oficial é que demorava um pouco mais, e se chumbássemos, éramos penalizados, no próximo concurso não podíamos concorrer(...)” O quadro do pessoal da Secretaria era fixado pelas autoridades centrais em função do número de alunos matriculados e do número de turmas a funcionar na Escola.

No relatório da Escola referente ao ano lectivo de 1963-1964, o director fazia referência à sobrecarga de trabalho do pessoal da Secretaria, dado que a população escolar tinha duplicado em relação à época em que a Escola foi criada, pelo que frequentemente o pessoal era obrigado a trabalhar para além do seu horário, sem qualquer remuneração, fazendo pautas, o registo e ordenação de processos nas fichas dos alunos e professores, extraindo certidões de habilitações, certidões para efeitos de abono de família, declarações para passes de estudantes. O mesmo Director relembra o pedido formulado na nota 300/2/429, de 10 de Outubro de 1962, em que se solicitavam 2 contínuos, 1 contínua, e 6 serventes.

No ano lectivo 1964-1965, o Subdirector em exercício solicitou às entidades superiores, que revissem a situação do pessoal da Secretaria da Escola, que era na sua opinião manifestamente insuficiente para garantir o normal funcionamento de dois estabelecimentos de ensino a Escola Comercial “Dr. Azevedo e Silva” e o Instituto Comercial, cuja população docente e discente ascendia a cerca de 2500 pessoas, solicitando mais uma vez a autonomia directiva, administrativa, disciplinar e

pedagógica do Instituto Comercial. O mesmo Subdirector reconhece a dedicação e o empenho do referido pessoal da Secretaria da Escola.

Os contínuos e serventes usavam farda (bata azul) e as contínuas saia e casaco azul.

No ano lectivo 1969-1970, segundo o relatório do Departamento do Ensino Técnico Profissional e Médio³⁶, existiam na Escola Comercial um Chefe de Secretaria, um 2º Oficial, um 3º Oficial, um Aspirante, duas Dactilógrafas, 12 Contínuos e 20 Serventes, sendo 4 do Instituto Comercial. O referido relatório reforça a necessidade de se reajustarem os quadros de pessoal de secretaria à realidade, bem como a necessidade de se especializarem no ramo do Ensino Técnico, dominando assim a respectiva legislação. O mesmo relatório faz referência às dificuldades em manter a limpeza da Escola, atendendo ao elevado número de alunos que a frequentam e ao reduzido número de funcionários que dispunha para essa tarefa.

No relatório do Director António Carvalho, referente ao ano lectivo 1969-1970, faz-se referência a que funcionando o conjunto Escola/Instituto em regime de coordenação de serviços, mas tratando-se de escolas independentes, estavam os respectivos assuntos totalmente isolados, de forma a facilitar uma futura separação.³⁷

Em relação ao ano lectivo 1970-1971 manteve-se o mesmo quadro de pessoal de Secretaria e Pessoal Menor³⁸.

Segundo dados recolhidos em alguns relatórios de directores e na entrevista à antiga funcionária da Secretaria da Escola Comercial, Irene Cabral, aos funcionários menores exigia-se correcção para com os professores, os alunos e respectivas famílias. Eram obrigados a usarem uma farda, que deviam apresentar de forma impecável, normalmente eram os primeiros a entrarem e os últimos a saírem da Escola.

“(…) Cada um tinha a sua função, não havia um controle directo sobre o nosso trabalho. Havia uma escala feita pela Chefe de Secretaria e aprovada pelo Director e nós íamos à noite trabalhar na Secretaria, pois havia muitos estudantes no curso nocturno e que precisavam de resolver os seus assuntos à noite, o pagamento das propinas, em selos fiscais, pois de dia estavam a trabalhar... (…)” (Irene Cabral)

Os funcionários eram escalados para diversas tarefas, responsabilizavam-se pela observância de regras de respeito dos alunos nas zonas de passagem, corredores internos, recreios, átrio e nas instalações específicas (auxiliares do Laboratório de

³⁶ Relatório do Departamento do Ensino Técnico Profissional e Médio 1969-1970:p.18 -AHM- Fundo da Educação - Cx 55.

³⁷ AHM -Fundo da Educação Cx 145)

³⁸ Relatório do Ensino Profissional - Ano lectivo 1970-1971: mapa 10. AHM- Fundo da Educação, Cx.55.

Física, Química, Educação Física, Biblioteca). Podiam ainda ser escalonados para apoiarem o serviço da Secretaria, da Direcção e da Sala de Professores.

O quadro de pessoal menor da Escola Comercial era fixado, à semelhança do que se passava com o pessoal da Secretaria, pelas autoridades centrais em função do número de alunos matriculados e das turmas existentes na Escola, e em vários relatórios de Directores se faz referência de que o número de funcionários da Escola Comercial era manifestamente insuficiente para o número crescente de alunos, pelo que pediam o aumento do seu número.

A contratação dos contínuos era da responsabilidade directa do Director da Escola, e a contratação passava por uma entrevista com o candidato, pelo recolher de informações acerca da idoneidade, qualidade morais e cívicas do mesmo,

“(…) O Director analisava os currículos, e depois era a chefe da Secretaria que informava o candidato do resultado. Mas nessa altura não havia muita mobilidade, pois os funcionários tinham o seu contrato, que contava para efeitos de reforma (…)” No que respeitava à avaliação do pessoal não docente a antiga funcionária recorda “(…)“(…)os contínuos tinham uma avaliação que era dada pelo chefe dos contínuos, e que servia para a promoção, e depois podiam ser colocados noutras escolas, agora o funcionário administrativo não, tínhamos concurso, em que a prova se baseava na legislação, era escrita e não havia provas orais(..)”(Irene Cabral).

O elo de ligação entre o pessoal menor e o Director era o chefe do pessoal menor, que normalmente era escolhido pelo Director entre os chamados contínuos de 1ª categoria. Cabia a esta figura fiscalizar o serviço dos restantes funcionários, zelar pela manutenção, reparação e limpeza da Escola, guardava o chaveiro geral e assegurava a disciplina escolar fora da sala de aula. Assim os contínuos integravam-se na ordem disciplinadora da Escola e eram vistos pelos alunos como agentes da manutenção da disciplina e ordem,

“Nós respeitávamos os contínuos, respeitávamos os serventes que faziam limpeza” (Dinita Ferreira). “ Simultaneamente o antigo aluno refere (...) contávamos com a convivência dos funcionários, que eram todos brancos, mas que nos tratavam muito bem (...)”(Eneias Comiche), “(…)Éramos bem vistos, o ambiente era bom, havia respeito(…)” (Irene Cabral).

O Director da Escola em exercício em 1974, José Vinhal, apresentou em Março de 1974, a relação individualizada de Pessoal contratado da Escola:

Quadro 7: Relação individualizada de Pessoal contratado da Escola

Número de unidades	Categorias
2	Dactilógrafas
8	Contínuos
6	Contínuas
16	Serventes

Fonte. Elaboração do autor a partir de dados coligidos na Relação de Pessoal Docente do Quadro apresentada pelo Director José Pereira Vinhal em 30 de Março de 1974 -AHM- Fundo da Educação - Cx 208

A professora Ana Branquinho descreveu da seguinte forma a Secretaria e os respectivos funcionários: “ (...). Era uma Escola respeitada e muito organizada, (...) uma coisa que eu acho muito importante em todo o ensino, a Secretaria, era a mola real do funcionamento de uma escola, era uma coisa extraordinária, e isso perdeu-se muito! O Chefe de Secretaria era uma pessoa muito respeitada e admirada na escola, e fazia um trabalho extraordinário. (...) A Secretaria da Escola era grande, com muitos funcionários, o Chefe tinha um gabinete à parte, e a Escola funcionava muito bem, por todo o trabalho que era feito na Secretaria. Havia muita burocracia, mas tudo muito organizado, sim! (...) Os funcionários menores eram também uma peça fundamental, alguns eram assimilados, ou filhos de assimilados, mas o contínuo era uma figura da Escola, recordo o senhor Fontes (...)”.(Ana Branquinho)

No que se refere às relações entre funcionários, Director, professores e alunos a funcionária Irene Cabral descreveu-as como:

“(...) as relações com o Director Costa, que também dava aulas, eram boas, era uma pessoa muito simpática e nunca tive problemas com ele, havia um bom ambiente(...)No dia em que recebíamos o vencimento, nós os funcionários íamos almoçar todos, o servente se quisesse ia, a contínuia ia, o ambiente era muito bom, nunca vi discriminação racial, convivíamos todos juntos(...)”. Em relação ao relacionamento com os alunos, “(...) Nunca ouvi nenhuma queixa, acho que não...(...)”(Irene Cabral).

Questionava sobre a melhor recordação que guarda da escola a funcionária entrevistada afirmou: “(...) Nós dávamo-nos todos muito bem, e sem dúvida nenhuma que a melhor recordação são os antigos colegas, os professores(...)” (Irene Cabral).

X.IV. Alunos

A relação entre a Escola e a comunidade envolvente centra-se sobretudo no movimento de alunos, em especial através da política de acesso e de sucesso educativo. Assim as relações que se podem estabelecer entre a oferta e a procura, a origem geográfica, económica e sociocultural dos alunos, são indicadores importantes no que se refere aos alunos (Magalhães, 2000).

À semelhança do que se passava no Ensino Técnico, na então Metrópole, o estatuto social dos alunos que frequentavam a Escola Comercial de Lourenço Marques era médio baixo, como nos referiu em entrevista a antiga professora da escola: “Os alunos pertenciam a um grupo socioeconómico baixo, havia alunos com isenção de propinas.” (Ana Branquinho), o que foi corroborado tanto pelos relatórios analisados, nomeadamente os quadros que indicavam os número de alunos com isenção de propinas, como pelos dados que constavam da actividade da Caixa Escolar e da opinião de antigos alunos entrevistados:

“Havia uma grande mistura porque havia pessoas que pertenciam à classe média, filhos de comerciantes e empresários, e havia pessoas com dificuldades económicas, que moravam em bairros afastados, na Matola, penso que não havia uma prevalência de um grupo social, mas a maioria pertenceria a um estatuto médio baixo.” (Amandine Carvalho). “ (...) havia filhos de famílias da classe média, filhos de comerciantes, de despachantes, mas a maioria pertenceria a uma classe média baixa. As pessoas que tinham maior capacidade financeira, punham os filhos a estudar no Liceu, ou então enviavam-nos para Portugal (...) eu na altura, desafiei um colega e fomos ao Liceu Salazar inscrevermo-nos para os Exames de Admissão, quando lá chegámos olharam para nós (pretos) e disseram, vocês não vão entrar, mas nós lá insistimos, preenchemos os papéis e matriculamo-nos no exame. Quando saí do Liceu, eu fui-me inscrever nos exames de admissão para a Escola Técnica, não fosse não conseguir no Liceu Salazar, e de facto fizemos os exames no Liceu e não passámos, apesar de eu achar que o exame até me tinha corrido bem... Então fiz um ano na Escola Técnica, e no ano seguinte deu-se a divisão da Escola Técnica e eu vim para a Escola Comercial.” (Eneias Comiche)

Enquanto os alunos que frequentavam na altura o Liceu Salazar pertenciam à elite social da cidade e da zona envolvente, os alunos da Escola Comercial pertenciam a bairros da periferia da cidade e à classe média existente:

“Rivalidade talvez não, mas tenho a ideia de que nós não nos misturávamos muito, porque lá está, os alunos do Liceu eram mais uma elite, quer dizer a nível particular não havia barreiras, a nível de alunos pertencentes a cada uma das instituições, também não tínhamos muito tempo para nos misturarmos, estávamos cada um ocupados a estudar...” (Amandine Carvalho). “ (...) Bom, era claramente diferente, primeiro no Liceu havia outro leque de oportunidades que não havia na Escola Comercial, aqui era uma formação mais prática, virada para o escritório, para uma actividade comercial, enquanto que no Liceu havia a perspectiva de se prosseguir estudos numa Universidade... Por isso eu não me lembro de grandes contactos com o Liceu, apesar de sermos vizinhos, para além de que na altura no Liceu havia apenas dois ou três alunos negros (...)” (Eneias Comiche).

“Havia uma separação muito grande, no tempo colonial entre o Ensino Técnico e o Ensino Liceal, neste último havia muito poucos alunos negros, seriam um ou dois, e o mesmo se

passava com os mulatos, por exemplo estudou o Joaquim Chissano, antigo Presidente da República, o Luís Bernardo Honwana, o Pascoal Mucumbi, que foi Primeiro Ministro, cujos pais tinham um certo à vontade para tentarem que os filhos estudassem para terem uma vida melhor. No Ensino Comercial não, eram todos mulatos, negros, ou indianos, eram cursos que davam acesso imediato a profissões. Havia também alguns alunos brancos, filhos de pessoas com uma profissão modesta, que mandavam os filhos estudar, para que estes tivessem uma profissão, não para que estes fossem para a Universidade. Havia alunos que pertenciam a famílias em que os pais eram assimilados, como os Comiche, os Chembene, e que tinham pretensões a que os filhos fossem qualquer coisa (...) O Liceu como eu disse era para a elite a Escola Comercial tinha muitos mais alunos que o Liceu.” (Ana Branquinho). A mesma professora refere-se aos alunos da Escola Comercial dizendo. “ (...) Aliás os alunos são as melhores recordações que guardo da escola, não eram mal criados, ou insolentes (...) Normalmente a seguir à Escola Comercial os alunos passavam para o Instituto Comercial, e alguns quando tinham possibilidade chegaram mesmo à Faculdade de Economia. Muitos dos actuais dirigentes políticos deste país passaram pela Escola Comercial (...)”.

Amandine Carvalho referiu na entrevista que: “ (...) Era diferente ser aluno da Escola Comercial e ser aluno do Liceu. A Escola Comercial dava ferramenta para uma profissão, o Liceu era o caminho a seguir para quem se queria licenciar. Se bem que depois de ter feito a secção preparatória, podia-se optar pelo Instituto Comercial ou pela Universidade de Economia (...)”.

Questionada sobre os destinos dos alunos que concluíam a Escola Comercial a professora Ana Branquinho referiu:

“(...) A maioria dos alunos quando concluíam a Escola Comercial iam para a Administração, muitos para o comércio, sobretudo os de etnia indiana, iam trabalhar com os pais nas lojas, alguns para o Instituto Comercial, não eram muitos, porque já eram cursos mais caros, e outros seguiram para a Faculdade de Economia (...)” e a antiga aluna Amandine Carvalho considera que: “ (...) O Curso tinha muita teoria, possibilitava uma boa cultura geral e tinha uma componente prática e dava a possibilidade a muitos colegas de se encaminharem logo para o mundo do trabalho, em escritórios, e na altura o curso era a sério, dava de facto acesso a uma profissão! (...)”, “ (...) quando terminavam o curso da escola Comercial, os alunos estavam preparados para entrarem no mundo do trabalho, eu tive vários colegas que foram trabalhar quando acabaram a Escola Comercial, iam para escritórios, para o comércio, outros trabalharam muito para conseguir avançar para o Instituto, mas muitos iam logo para o mundo do trabalho...pois na altura prosseguir os estudos no Instituto Comercial significava ir estudar para Portugal, contudo o que isso implicava (...)” (Eneias Comiche).

Na opinião dos antigos alunos entrevistados as relações entre os alunos eram boas:

“As turmas eram mistas, a relação era boa, ainda mantemos ligações de amizade que duram até hoje, eram uma relação de confiança absoluta. Não fazíamos distinção entre brancos, negros, indianos, chineses, convivíamos todos, nunca senti racismo (...), era uma vivência sã, fazíamos grupos de estudo, havia um contacto com os pais”(Amandine Carvalho), “(...)As relações entre alunos eram muito boas, ainda hoje tenho grandes amigos feitos na Escola Comercial, éramos colegas, é verdade que havia contingências sociais, mas dentro da Escola eu nunca me senti discriminado, naquela altura nós, os pretos, éramos poucos, havia muitos brancos, alguns indianos e amarelos, mas a convivência era sã(...)” (Eneias Comiche)

No que concerne à circulação pelos vários espaços da Escola, os alunos entrevistados referem que:

“(...) Nessa altura não havia grande abertura para circularmos pela Escola, nomeadamente a Sala de Professores e o Gabinete da Direcção só se ia se tivesse havido algum problema! Havia uma disciplina e um respeito que não tem nada a ver com o que existe hoje em dia! Nós respeitávamos os contínuos, respeitávamos os serventes que faziam limpeza. Havia vigilância à saída da Escola, só podíamos sair depois de terminadas as aulas. Havia um grande rigor.(...)” (Amandine Carvalho).

Em relação aos resultados práticos de frequentarem o Ensino Comercial, a maioria dos alunos quando concluíam o curso da Escola Comercial, avançava para o Instituto Comercial, a partir do momento em que ele existiu em Lourenço Marques, que, como já foi referido, se localizava no mesmo espaço físico da Escola Comercial, alguns tinham depois a possibilidade de frequentarem a Universidade, Faculdade de Economia, e muitos concluíam a Escola Comercial e ingressavam directamente no mundo do trabalho. “Os alunos quando terminavam a Escola Comercial, tinham uma boa perspectiva de trabalho, a maioria dos alunos seguiam para o Instituto, para o Curso de Contabilista.” (Amandine Carvalho).

Questionados sobre a disciplina na escola os entrevistados referiram que genericamente não havia grandes problemas nesse campo: “(...)Houve uma vez um aluno que no quase no fim do ano lectivo de 1973-1974 que foi malcriado para um professor, e o problema foi resolvido com o Director, o aluno teve uma suspensão, mas já não me lembro bem...mas eram situações raras(...)” (Irene Cabral).

Os intervalos eram passados nos recreios, nas idas à Cristal (pastelaria e restaurante), a conversar e quando o novo edifício entrou em funcionamento nos campos a jogar à bola, “ (...) Tinham um campo onde jogavam à bola, iam para a Biblioteca, iam lanchar à Cristal, ou iam à cantina, que fornecia lanche, almoço não (...) “ (Inês Cabral).

As fardas são, como refere Nóvoa (1990), uma manifestação visual e simbólica que se insere na cultura organizacional de uma instituição, também na Escola a partir de 1965, altura em que se massificou o acesso dos estudantes à escola. Os alunos passaram a usar bata branca obrigatoriamente, e cada curso tinha um cinto com uma cor diferente, que os permitia distinguir, o uso da bata permitia nivelar todos os estudantes e disfarçar as diferenças sociais.

Figura 20 - Vista da fachada da Escola Comercial, onde é possível ver alunas com bata.



Fonte: Icn 215 – Armário A, Prateleira 3, Cx 12

XI. Orientação e Coordenação do Ensino

O Director da Escola Comercial, no ano lectivo 1963-1964, referia no seu relatório que a organização pedagógica da escola pressupunha a realização de 3 conselhos escolares durante esse ano lectivo, em que se tinha feito a eleição dos 2 vogais para a Secção Disciplinar, Isenção de propinas selecção do professor responsável por orientar a Exposição Anual da Escola e a nomeação de um director de curso. A Secção Disciplinar

reuniu 9 vezes durante esse ano lectivo, para tratar de questões relacionadas com justificação de faltas dos alunos e apreciação de casos disciplinares e por último os Conselhos de Turma e de Ano que se reuniram no final dos períodos lectivos.

No relatório referente ao ano lectivo 1964-65, consta a indicação da realização de seis conselhos escolares, que trataram de assuntos como a eleição de dois vogais para a secção disciplinar, a designação de um ou dois professores de cada grupo para coordenarem o ensino de cada disciplina, coordenação de meios para assegurar um maior sucesso escolar, parecer sobre a isenção de propinas a conceder aos alunos, articulação de professores e mestres para concretizar a missão da escola, a obrigatoriedade de os alunos usarem bata a partir de 1 de Março de 1965, justificação de faltas, a sugestão por parte da direcção de no primeiro período não atribuírem classificação inferior a oito valores. Para além destes conselhos escolares realizaram-se, ao longo do ano lectivo, várias reuniões presididas pelos directores dos cursos diurnos e nocturnos, escolhidos entre os professores do quadro da Escola, de forma a articular a acção didáctico pedagógica dos professores de cada grupo, tendo por objectivo o cumprimento dos programas e o aproveitamento dos alunos. Havia uma distinção entre os professores do quadro e os eventuais³⁹.

“ (...) Os professores tinham reuniões, em que tinham que apresentar relatórios, da sua actividade (...).” (Irene Cabral)

No que respeitava ao número de alunos por turma, antiga professora e antigos alunos entrevistados confirmam que rondavam os 30 a 35 alunos “Não me lembro bem, mas penso que devíamos ser uns 30!” (Amandine Carvalho), “ (...) Não me lembro, mas entre 25 a 30 alunos (...)” (Eneias Comiche)

No ano lectivo 1960-1970, o Director António Carvalho refere, no seu relatório, que a Direcção da Escola constava de um Director e um Subdirector, do conjunto Escola e Instituto e de três directores de curso da Escola.

XII.Cursos Ministrados

Segundo Violante (1956) eram ministrados na Escola Comercial os seguintes cursos:

1-Segundo o Estatuto do Ensino Profissional (Decreto N°37:029, de 25 de Agosto de 1948):

³⁹ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1964-1965 -AHM- Fundo da Educação - Cx 55.

a)Ciclo Preparatório (sexo feminino) – artigo 2º da Portaria Nº 9:438, de 1 de Agosto de 1952. O Ciclo Preparatório Feminino passou no final do ano lectivo 1968-69 para as Escolas Técnicas Elementares, e ficou integrado no Ciclo Preparatório do Ensino Secundário.⁴⁰

b)Cursos de formação:

1-Geral de Comércio.

O curso tinha a duração de 3 anos.

Quadro 8: Curso Geral de Comércio

Curso	Ano	Disciplinas
Geral de Comércio	1º Ano	Português, Francês, Inglês, Geografia, História, Ciências Físico - Naturais, Noções de Comércio, Caligrafia, Economia Doméstica, Religião e Moral Feminina e Masculina, Noções de Enfermagem, Educação Física Feminina e Masculina, Calculo Comercial.
	2º Ano	Português, Contabilidade, Francês, Inglês, História, Ciências Físico - Naturais, Direito Comercial, Economia Doméstica, Religião e Moral Feminina e Masculina, Noções de Higiene Feminina e Masculina, Educação Física Feminina e Masculina, Calculo Comercial.
	3º Ano	Português, Contabilidade, Técnicas de Vendas, Francês, Inglês, História, Mercadorias, Economia Política, Dactilografia, Noções de Puericultura, Economia Doméstica, Educação Física Feminina e Masculina, Formação Corporativa.

⁴⁰ AHM-Fundo da Educação CX 145

Eneias Comiche recordou na entrevista algumas das disciplinas que estudou no curso Geral de Comércio, assim que a Escola Comercial iniciou.

“ (...) Tínhamos Inglês Comercial, que sinceramente não me foi nada útil, porque aprendíamos uma linguagem que nós decorávamos mas depois não usávamos, Francês, que não praticávamos, pois não havia grande ligação a países de língua francesa, Cálculo Financeiro, Mercadorias, Técnicas de Venda, Matemática, Dactilografia, Estenografia, para além do Português, Geografia, História (...).”

2-Formação feminina (Decreto Nº 39:850, de 15 de Outubro de 1954), o curso tinha duração de 3 anos.

Quadro 9: Curso de Formação Feminina

Curso	Ano	Disciplinas
Formação Feminina	1º	Desenho, Elementos de Física e Química, Português, Francês, Oficinas, Educação Física, Economia Doméstica, Matemática, Religião e Moral, Enfermagem;
	2º ano	Desenho, Elementos de Física e Química, Português, Francês, Oficinas, Educação Física, Economia Doméstica, Matemática, Religião e Moral, Culinária, Higiene;
	3º Ano	Desenho, Elementos de Física e Química, Português, Geografia Francês, Ciências Naturais Oficinas, Educação Física, Economia Doméstica, Matemática, Religião e Moral, Puericultura, Dactilografia.

O curso de Formação Feminina passou no ano lectivo 1969-70 para a Escola Industrial a que pertencia segundo os planos de estudo, mas que não funcionou por falta de espaço.⁴¹

c)Secção Preparatória para ingresso nos Institutos Comerciais, com a duração de um ano.

⁴¹ AHM - Fundo da Educação Cx145)

Quadro 10: Secção Preparatória para ingresso no Instituto Comercial

Ano	Turma	Disciplinas
1º Ano	A	Contabilidade, Matemática, Física e Química, Português
1º Ano	B	Física e Química, Português, Matemática

d)Curso Geral de Comércio em regime de aperfeiçoamento (nocturno - Portaria Nº 15:355, de 24 de Abril de 1955, com as seguintes disciplinas: Português; Geografia; Aritmética e Geometria; Caligrafia; Religião e Moral; Francês; História; Cálculo Comercial I; Noções de Comércio; Inglês; Direito Comercial I; Dactilografia; Economia Política; Contabilidade; Técnicas de Vendas e Mercadorias). O Curso tinha a duração de 6 anos.

e) Curso de Dactilografia, diurno e nocturno regulado pela Portaria Nº 4:091, de 3 de Julho de 1940.

f)Disciplina de Elementos de Direito Fiscal e Técnica Pautal.

2- Regulado pelo Decreto Nº 20:420, funcionou até 1957-1958 o Curso Complementar de Comércio e a habilitação complementar para a matrícula nos Institutos Comerciais. Através do Decreto Nº 41:686 de 18 de Junho de 1958, passou a funcionar na Escola Comercial o Curso de Formação de Esteno-Dactilógrafo. Este curso tinha a duração de 3 anos⁴².

Quadro 11- Curso de Esteno - Dactilógrafo

Curso	Ano	Disciplinas
Esteno - Dactilógrafo	1º	Português; Francês; Inglês; Geografia; Calculo Comercial I; Ciências Físicas e Naturais; Noções de Comércio; Caligrafia; Economia Doméstica; Economia Doméstica, Religião e Moral; Noções de Enfermagem, Educação Física.
	2ºAno	Português; Francês; Inglês;

⁴²Distribuição do Serviço da Escola Comercial, Dr. Azevedo e Silva - ano lectivo 1965-1966:p 3 a 5.AHM-Fundo da Educação. Cx 35.

		História; Calculo Comercial; Higiene, Ciências Físico -Naturais; Economia Doméstica, Religião e Moral, Direito Comercial, Dactilografia, Estenografia
Esteno - Dactilógrafo	3º Ano	Português; Francês; Inglês; História; Calculo Comercial; Higiene, Ciências Físico -Naturais; Economia Doméstica, Religião e Moral, Dactilografia, Estenografia, Educação Física, Puericultura, Formação Corporativa

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados recolhidos na Distribuição do Serviço da Escola Comercial, Dr. Azevedo e Silva - ano lectivo 1965-1966:p 3 a 5.AHM-Fundo da Educação. Cx 35.

A Portaria Nº 16:991 de 7 de Janeiro de 1959, estabelecia a possibilidade das alunas que frequentassem o Curso de Formação Feminina, pudessem com a integração das habilitações complementares fazer o exame de admissão aos Institutos Técnicos e Escolas de Magistério Primário. Esta portaria definia ainda o quadro com as disciplinas que deveriam constituir o curso bem como a carga horária das mesmas⁴³.

No ano lectivo de 1959-1960 mantinham-se os mesmos cursos, encontrando-se nos cursos nocturnos, já a funcionar o curso de Secção Preparatória para a Matrícula nos Institutos Comerciais⁴⁴.

“. Lembro-me que havia a Secção Feminina, mais voltada para as raparigas que não queriam ou não podiam continuar a estudar e que não quisessem estudar, e por isso tinham labores, culinária...” (Amandine Carvalho)

No relatório da Escola de 1963-1964, o Director sugeria que o Curso de Formação Feminina passasse para a Escola Industrial, já que nessa altura, existia nesta escola um número razoável de alunas, e porque os professores da Escola Comercial estavam habituados aos programas dos cursos comerciais, podendo por isso não insistir nos pontos do programa considerados fundamentais para um curso industrial. Para além de que esta transferência permitiria a libertação de 4 salas de aula que poderiam ser ocupadas por 4 turmas do Curso Geral de Comércio.

⁴³ Anuário do Ensino da Província de Moçambique:1959.p.22.

⁴⁴ Processo 3246 AHM -Fundo da Educação, CX 54.

Ainda no ano lectivo de 1963-1964, funcionaram os seguintes cursos:

Quadro 12: Cursos ano lectivo 1963-1964

Ano lectivo	Curso Diurno	Nº de turmas
1963-1964	Curso Geral de Comércio	27 Turmas
	Secção Preparatória para os Institutos Comerciais	2 Turmas
	Curso de Esteno – Dactilógrafo	3 Turmas
	Curso de Formação Feminina	4 Turmas
Ano lectivo	Curso Nocturno	Nº de turmas
1963-1964	Curso Geral de Comércio em Regime de Aperfeiçoamento	22 Turmas
	Secção Preparatória para os Institutos Comerciais	1 Turma
	Elementos de Direito Fiscal e de Técnica Pautal	1 Turma

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados recolhidos no Relatório do Director referente ao ano lectivo 1963-1964.

O quadro apresentado pelo Departamento do Ensino Técnico relativo aos anos lectivos 1963-1964 e 1964-1965, refere que os alunos matriculados nesses anos lectivos, por cursos e por sexos, podendo-se constatar o aumento do número de alunos nos vários cursos, que no curso de Esteno-Dactilógrafa só estiveram matriculadas raparigas e que o Curso nocturno de Comércio em Regime de Aperfeiçoamento era frequentado sobretudo por rapazes. (Anexo 9)

Para além destes cursos funcionavam nas instalações da Escola as aulas do Instituto Comercial. Ainda neste campo o Director sugere que os cursos do Instituto Comercial fossem mais abreviados e acessíveis, em que o ensino fosse mais virado para uma preparação profissional acelerada, em que as disciplinas de carácter menos utilitário seriam mais abreviadas, o que não pressupunha a extinção dos cursos diurnos e nocturnos paralelos aos da Metrópole, para os que pudessem e tivessem condições para seguir os cursos regulares.⁴⁵

No ano lectivo de 1969-1970 funcionavam na Escola:

Curso Diurno:

⁴⁵ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva- 1963-1964 -AHM- Fundo da Educação - Cx 3.

- Curso de Esteno–Dactilógrafo;
- Curso Geral de Comércio;
- Secção Preparatória para os Institutos Comerciais

Curso Nocturno:

- Curso Geral de Comércio em regime de Aperfeiçoamento;
- Direito Fiscal⁴⁶.

“Havia alguns cursos que tinham menos alunos, como por exemplo o Curso de Dactilografia, Caligrafia e Estenografia.” (Ana Branquinho).

Na opinião dos alunos entrevistados os cursos da Escola Comercial permitiam, na altura o acesso directo a uma profissão, para quem não quisesse ou pudesse prosseguir os estudos.

“O Curso tinha muita teoria, possibilitava uma boa cultura geral e tinha uma componente prática e dava a possibilidade a muitos colegas de se encaminharem logo para o mundo do trabalho, em escritórios, e na altura o curso era a sério, dava de facto acesso a uma profissão!” (Amandine Carvalho). “ (...) Foi uma boa Escola, preparou-nos bem. Eu tirei o meu curso a trabalhar, e considero que a base de preparação para o curso não foi o Instituto Comercial mas sim a Escola... Era de facto uma grande e importante Escola! Quem acabasse o Curso Comercial era reconhecido, eu por exemplo, lembro-me de que quando acabei o Curso Comercial, me terem organizado uma festa enorme no meu bairro, muito maior do que quando terminei o Instituto ou o Curso Superior! Um curso Comercial era de facto muito importante e respeitado! (...)” (Eneias Comiche)

XIII. Manuais Escolares

Encontram-se nos Diários do Governo de 1958, 1960, 1961, 1962 e 1963, várias indicações com os livros a serem obrigatoriamente adoptados nas Escolas do Ensino Técnico Profissional das Províncias Ultramarinas. Assim a título de exemplo, no Boletim Oficial Nº 20, 2ª série, de 18 de Maio de 1963, foi publicada a lista dos livros que seriam adoptados nas Escolas de Ensino Técnico da Província no ano lectivo 1963-1964.⁴⁷ (Anexo 10)

⁴⁶ Relatório do Departamento do Ensino Técnico e Profissional ano lectivo 1969-1970:P24 e 27. AHM Fundo da Educação Cx 55.

⁴⁷ Anuário do Ensino Província de Moçambique:1963. P17 e 18.

No Boletim Oficial Nº 34, 2ª série, de 24 de Agosto de 1963, consta o aviso que informa da obrigatoriedade de as Escolas de Ensino Técnico da Província de Moçambique, adoptarem dois livros escolares de Religião e Moral, um para os cursos do Ciclo Preparatório e outra para os Cursos de Formação.⁴⁸ (Anexo 11)

Através do Boletim Oficial Nº 36, 2ª série, de 4 de Setembro de 1965, foi publicada a indicação da obrigatoriedade de adoptar no Ensino Comercial e Industrial no Ultramar o livro, *Elementos de Economia Política*, de Carvalho Costa Bento Roque.⁴⁹ Apesar desta obrigatoriedade, a professora Ana Branquinho referiu, na sua entrevista, que “havia programas mas, nós tínhamos liberdade para dar a volta a esses programas. Havia livros obrigatórios (...) em Português, era um livro que tinha os poetas e os prosadores e nós arranjavamos outros textos e trabalhávamo-los nas aulas.” No entanto havia uma preocupação por parte do governo da Metrópole de uniformizar os manuais escolares para as Províncias, não esquecendo que estes traziam na sua missão a veiculação de valores inerentes ao Estado Novo.

XIV. Frequência Escolar

O quadro que se segue apresenta o movimento de alunos inscritos no Ensino Comercial no período de 1939 a 1952, na vigência da Escola Técnica Sá da Bandeira.

Quadro 13: Frequência escolar da Escola Técnica Sá da Bandeira – 1939-1952

ANOS	Nº DE ALUNOS
1939-1940	225
1940-1941	372
1941-1942	388
1942-1943	484
1943-1944	496
1944-1945	421
1945-1946	492
1946-1947	635
1947-1948	674
1948-1949	702
1949-1950	952
1950-1951	967
1951-1952	1185

Fonte: Violante, 1956, p11-12

⁴⁸ Anuário do Ensino na Província de Moçambique:1963:p.99.

⁴⁹ Anuário do Ensino na Província de Moçambique: 1965: p.114.

Como se pode contactar, entre 1930 e 1952, verificou-se um aumento expressivo do Ensino Secundário Profissional em Moçambique. Tomando por base o ano lectivo de 1952-1953, a data em que a Escola Comercial de Lourenço Marques iniciou as suas actividades, entre 1952 e 1956, o número de alunos matriculados foi o seguinte:

Quadro14: Alunos matriculados entre o ano lectivo 1952-1953 e 1955-1956

Anos lectivos	Sexo				Total		
	Masculino		Feminino		Por sexo		Total
	Diurno	Nocturno	Diurno	Nocturno	Masculino	Feminino	
1952-1953	311	370	436	70	681	506	1:187
1953-1954	282	312	457	53	564	510	1:074
1954-1955	223	336	505	58	559	564	1:123
1955-1956	220	350	526	58	570	584	1:154

Fonte: Violante, 1956, p14

A diminuição de alunos verificada do ano lectivo 1952-1953 para o ano lectivo 1955-1956 resultou do desaparecimento dos primeiros anos do Curso Complementar de Comércio, estabelecida pelo Decreto N° 20:420 de 1931. Violante (1956) refere que:

“É consolador o facto de se registar, de ano para ano, que o movimento de alunos matriculados vem sendo maior, o que revela bem significativamente a utilidade desta instituição de ensino, que pela sua função, habilita os alunos para a participação plena na vida social, enriquecendo-a de novos valores tendentes a fomentar o actual incremento desta rica parcela da comunidade nacional, que é a Província de Moçambique.”

Nas palavras deste Director da Escola Comercial de Lourenço Marques é possível identificar a mensagem veiculada pelo Estado Novo, do papel da educação quer ao nível dos valores quer do seu papel no desenvolvimento económico da Província de Moçambique.

O quadro que se segue regista o número de alunos matriculados nos primeiros 4 anos lectivos da década de 60. (Anexo 12)

Quadro 15: Alunos matriculados entre o ano lectivo 1961-1962 e 1964-1965

Ano lectivo	Curso diurno - alunos matriculados	Curso nocturno – alunos matriculados
1961-1962	897	654
1962-1963	946	792
1963-1964	1148	885
1964-1965	1340	885

Fonte. Elaboração do autor a partir de dados coligidos em Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva- 1964-1965: s/p - AHM- Fundo da Educação - Cx 3)

No anexo 12, encontra-se um quadro que regista os alunos matriculados por curso, sexo e tipos somáticos.

No ano lectivo 1964-1965 registaram-se 2300 alunos, matriculados na Escola, mais 259 alunos que no ano lectivo anterior. Sendo de salientar que 80% do referido aumento verificou-se no Curso Geral de Comércio. Na opinião do Subdirector em exercício a maior parte dos alunos era proveniente de classes de mais baixo nível educacional, cultural e económico.⁵⁰

O quadro que se segue indica o número de alunos matriculados na Escola Comercial durante 5 anos lectivos⁵¹ consecutivos:

Quadro 16: Alunos matriculados nos anos lectivos de 1966-1967 a 1970-1971

Ano	Alunos matriculados	Curso Diurno	Curso Nocturno
1966-1967	2753	1773 (699 rapazes e 1034 raparigas)	1020 (808 rapazes e 212 raparigas)
1967-1968	2741	-----	-----
1968-1969	2462		
1969-1970	2938	2063(847 rapazes e 1216 raparigas)	1228 (862 rapazes e 366 raparigas)
1970-1971	3249	1998 (877 rapazes e 1121 raparigas)	1251 (864 rapazes e 387 raparigas)

Fonte: Relatório Anual do Departamento do Ensino Técnico Profissional e Médio 1969-1970, p.35 ,39, 45)

É de salientar que nos cursos diurnos havia um predomínio de alunos do sexo feminino, enquanto nos cursos nocturnos de verificava a tendência inversa, o que se explica pelo ambiente social e cultural que se vivia na época, ou seja, o facto de não ser bem aceite socialmente as raparigas estudarem à noite, muitas vezes morando afastadas da Escola.

As turmas tinham em média entre 30 a 35 alunos inscritos, sendo as turmas do Curso Geral de Comércio significativamente mais numerosas do que a dos restantes cursos da Escola Comercial. (Anexo 13).

A informação Nº 64/66, procedente da Inspeção Provincial de Educação em Lourenço Marques, chama a atenção para o facto da composição das turmas ultrapassar o limite fixado no Estatuto do Ensino Técnico Profissional.⁵²

Em 1970 a escola tinha cerca de 3238 alunos matriculados, sendo 438 do Instituto que tinha nesse ano 13 turmas e a Escola 83 turmas. Com os professores e pessoal burocrático e menor perfazia uma população total de cerca de 3400 pessoas. Muitas das

⁵⁰ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva- 1964-1965: s/p -AHM- Fundo da Educação- Cx 3.

⁵¹ Relatório do Ensino Técnico 1970-1971: mapa 14. AHM Fundo da Educação Cx.55.

⁵² AHM-Fundo da Educação CX 208.

aulas do Instituto Comercial funcionavam, no ano lectivo 1969-1970, no 1º andar das instalações da Escola Primária Rainha Santa Isabel, dado que a escola não comportava todas as turmas. O aumento da frequência escolar levou a que muitas salas desaparecessem como o Laboratório de Física que já referimos, sala de jogo e Biblioteca da Mocidade Portuguesa, 2 salas de Desenho e 2 salas de Trabalhos Manuais do antigo Ciclo Preparatório.⁵³

Numa proposta de alteração do Orçamento Vigente, o então Director da Escola, José Pereira Vinhal, refere que a Escola tinha, em 22 de Abril de 1974 3400 alunos.⁵⁴

XV. Rendimento Escolar

O quadro que se segue pretende demonstrar o rendimento final dos alunos que frequentaram os diversos cursos ministrados na Escola Comercial de Lourenço Marques nos anos lectivos 1952-1953 a 1954-1955.

Quadro 17: Rendimento do Ensino em relação aos alunos existentes no fim do ano lectivo.

Cursos	Anos lectivos		
	1952-1953	1953-1954	1954-1955
	Porcentagem		
Ciclo preparatório	73,80	76,50	69,87
Curso Geral de Comércio	-	-	90,16
Curso complementar de aprendizagem	-	60,00	87,50
Ensino de aperfeiçoamento (a)	-	100	100
Curso Complementar de Comércio	Diurno	92,97	91,65
	Nocturno ..	92,19	95,28
Habilitação complementar	100	100	100
Curso de Dactilografia	Diurno	88,46	90,00
	Nocturno ..	88,86	81,81
Direito Fiscal	100	100	100

(a) No ensino de aperfeiçoamento foi adoptado o plano do curso complementar de aprendizagem — Comércio.

Fonte: Violante (1956)

⁵³ AHM-Fundo da Educação Cx 145.

⁵⁴ AHM-Fundo da Educação CX 208.

Da análise do quadro pode-se verificar que no período abrangido pelo mesmo, os alunos obtiveram sucesso escolar, verificando-se a percentagem mais baixa (69,87%) no Ciclo Preparatório. No entanto o referido quadro refere-se ao rendimento dos alunos que existiam no final do ano, podendo alguns terem abandonado a escola entretanto. Destaca-se no Curso de Ensino de aperfeiçoamento de Comércio, Habilitação Complementar e Direito Fiscal uma taxa de sucesso de 100%.

No ano lectivo 1964-1965, a percentagem média de aprovações oscilava entre os 70% e os 35,7%, incidindo a percentagem média mais baixa nos alunos do Curso Geral de Comércio em Regime de aperfeiçoamento, considerando o Subdirector que essa massa escolar é constituída maioritariamente por alunos sem condições para frequentar esse curso devido à falta de preparação prévia para obterem um aproveitamento razoável, pelo facto de ser uma população bastante heterogénea, para além de revelarem dificuldades na expressão e percepção da língua portuguesa, que muitos deles não usam no seu quotidiano.⁵⁵

No ano lectivo 1969-70, matricularam-se no Curso Diurno 2063 alunos, 1369 obtiveram aproveitamento, sendo a percentagem do aproveitamento de 64,9. (Anexo14) No Curso Nocturno matricularam-se 1228 alunos, 402 tiveram aproveitamento, sendo a percentagem deste de 32,7% ⁵⁶, continuando o Curso Geral de Comércio a ter um melhor aproveitamento em relação aos restantes.

Segundo o Relatório do Ensino Técnico referente ao ano lectivo 1970-1971, matricularam-se nos cursos Diurnos 1998 alunos, e 1013 obtiveram aproveitamento, sendo a percentagem de 50,7% .(Anexo15)

No Curso Nocturno matricularam-se 1251 alunos, dos quais 355 obtiveram aproveitamento, tendo uma percentagem de aproveitamento de 26%. Se compararmos esta percentagem com os dados contidos no Relatório anual da Inspeção Provincial de Educação, referente ao ano escolar de 1971-1972, a percentagem média de alunos aprovados em exame em relação aos alunos matriculados era de 40%, sendo a taxa de abandono antes dos exames de 47%, o que era considerada como muito elevada.⁵⁷ (Anexo16)

⁵⁵ Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1964-1965: s/p -AHM- Fundo da Educação - Cx3.

⁵⁶ Relatório do Departamento do Ensino Técnico e Profissional - Ano lectivo 1969-70: p.35,39 – AHM Cx 55.

⁵⁷ Relatório Anual da Inspeção 1971-1972:p.34 - AHM- Fundo da Educação Cx 60.

Relacionado com o rendimento do ensino estão os métodos pedagógicos adoptados, tal como refere a antiga aluna,

“(...)Bem tínhamos as aulas mais teóricas como a Geografia, a História, e tínhamos aulas mais práticas como a Contabilidade que tinha simultaneamente uma base teórica e uma base prática, a Química que tinha uma parte de laboratório / prática e uma parte teórica, a Dactilografia que era sobretudo prática, nas aulas de Cálculo usávamos umas máquinas de calcular giríssimas, com várias manivelas(...)”.(Amandine Carvalho),

e a situação socioeconómica dos alunos, como é referido em alguns relatórios a população escolar era heterogénea e alguns alunos revelavam dificuldades no domínio da língua portuguesa.

XVI. Mocidade Portuguesa e actividades circum-escolares

Apoiada em três pilares básicos da ideologia salazarista, *Deus, Pátria e Família*, a política educativa do Estado Novo pretendia a construção de uma nova sociedade, moldada e submissa aos seus valores fundamentais. Daí a necessidade de apostar na educação das gerações futuras, inculcando-lhes os valores da ordem, da obediência, do espírito de sacrifício, a humildade, o amor ao trabalho, a caridade e o amor a Deus e à Pátria.

Com a finalidade de atingir este objectivo assistiu-se a uma reforma global do ensino a partir de 1936.

A Mocidade Portuguesa foi impulsionada pelo então Ministro Carneiro Pacheco e surgiu como consequência da reorganização do Ministério da Instrução Pública, que passou a designar-se, a partir de 1936, como já foi referido, por Ministério da Educação Nacional. A Lei nº 1941, de 11 de Abril de 1936, previa que fosse dada à juventude uma “organização nacional e pré militar que estimulasse o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à pátria”, permitindo assim que a juventude estivesse preparada para a defesa da mãe pátria. (Medina, 1985, p.260) Mais tarde o professor Marcelo Caetano, quando Comissário Nacional da MP, resumia os seus objectivos da seguinte forma. “A Mocidade Portuguesa foi criada com o fim de preparar as jovens gerações do país para que possam colaborar mais eficazmente no progresso, na prosperidade e na grandeza de Portugal. Por isso se não chama mocidade vermelha, ou juventude salazarista ou com outra designação que a prenda a um homem,

a um partido, ou a uma ceita. É portuguesa, isto é, única e exclusivamente de Portugal”. (Nunes, 1995, p.185)

Este objectivo foi concretizado no Decreto – Lei Nº 26:211 de 19 de Maio de 1936, que criou a Mocidade Portuguesa e definiu as suas linhas de actuação, nomeadamente que devia abranger toda a juventude escolar ou não, que tivesse como base de formação a educação física e pré-militar, que agregasse a acção educativa em colaboração com a Escola, a Família e a Igreja, já que se cultivava a educação cristã tradicional e não admitia a existência de jovens sem religião. Era uma organização de carácter ditatorial pois, para além de se inspirar nas suas congéneres italiana e alemã, estabelecia a obrigatoriedade de inscrição e de integração dos alunos do 1º ciclo dos liceus (Decreto-Lei Nº 27:084, de 14 de Abril de 1936) e posteriormente a obrigatoriedade estende-se às crianças do ensino primário (Decreto - Lei Nº 27:279, de 24 de Abril de 1936), com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos. (Medina, 1985, p.260)

A Mocidade Portuguesa adoptou a saudação fascista romana e nazi como forma de mostrar “a subordinação hierárquica e patriótica de solidariedade”. A Mocidade agrupa os seus filiados em diversos escalões: “lusitos” dos 7 aos 10 anos; “infantes” dos 10 aos 14 anos; “vanguardistas” dos 14 aos 17 anos “cadetes” dos 17 em diante. Era composta pelos seguintes postos de comando: chefe de quina (unidade de seis filiados); comandante de castelo (unidade de trinta filiados), comandante de bandeira (unidade de 120 filiados) e comandante de falange (unidade de 240 filiados). Os filiados eram obrigados a usar uniforme verde e castanho, com um cinto que tinha um S, que significava “Portugal depende de Salazar”, ou seja, mais um instrumento para promover o culto do chefe. (Medina, 1985, p. 261)

O primeiro comissário nacional da Mocidade Portuguesa foi o Engenheiro Nobre Guedes, que pertencia também à Legião Portuguesa, mas outras figuras o seguiram como Marcelo Caetano, Soares Branco, Luís Pinto Coelho, entre outros.

Em 1937 e subordinada à Obra das Mães pela Educação Nacional surgiu a Mocidade Portuguesa Feminina. As filiadas, tal como os rapazes, estavam agrupadas nos seguintes escalões: “lusitas” dos 7 aos 10 anos; “infantas” dos 10 aos 14 anos; “vanguardistas” dos 14 aos 17 anos e “lusas” dos 17 em diante. A estrutura orgânica, tal como a saudação eram em tudo idênticas à da Mocidade Portuguesa Masculina.

A orientação da Mocidade Portuguesa Feminina cabia ao Ministério da Educação Nacional, que escolhia um comissariado.” O primeiro comissário da MPF era composto pela reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria Baptista dos Santos

Guardiola, pela médica Maria Luísa Van-Zeller e pela antiga comissária da organização escutista Guias de Portugal, Fernanda Orey.”(Medina,1985, p262)

Existia uma identidade total de perspectiva entre as duas organizações no que dizia respeito ao apoio ao regime e quanto à ideologia divulgada e inculcada: o nacionalismo colonialista, corporativista e cristão, a moral cristã, a obediência, o louvor a Salazar, o orgulho pelo “passado glorioso”, o respeito pelas autoridades. (Nunes, 1995, p.199-200)

A grande maioria dos dirigentes da MP integrava-se em quatro grupos socioprofissionais: professores, oficiais das forças armadas, médicos e sacerdotes da Igreja Católica.

Os professores primários e os “regentes escolares” eram obrigatoriamente instrutores da MP ou da MPF. Os professores de outros níveis de ensino não superior eram obrigados, dentro das escolas, a colaborar nas actividades da MP e MPF sempre que fossem solicitados. (Nunes, 1995, p.191-192)

A Mocidade Portuguesa estava espalhada por todo o território nacional, dividida em Divisões (províncias), Alas (regiões) e Centros.

Através do Decreto-lei Nº 29:453, de 17 de Fevereiro de 1939, a Mocidade Portuguesa foi criada nas colónias com idêntica estrutura à da Metrópole, apenas eram abrangidos os jovens “de origem europeia” e para “a juventude indígena assimilada”.

O Decreto-lei Nº 37:028, de 25 de Agosto de 1948, que reformulou o “Ensino Técnico Profissional”, manteve a determinação de que a “ Direcção de Inspecção da Educação Física e do Canto Coral eram confiadas à Mocidade Portuguesa e à Mocidade Portuguesa Feminina”. O Decreto-Lei Nº 37:029, de 25 de Agosto de 1948, promulgava um novo “Estatuto do Ensino Técnico Profissional Industrial e Comercial” (oficial e particular), estatuto que não alterou as prerrogativas anteriores da MP e da MPF, nomeadamente: realização de actividade “circum-escolares”, participação dos directores dos Centros Escolares nos Conselhos Escolares (que tinham competências escolares), apresentação de pareceres sobre os candidatos a lugares de professores de Educação Física e Canto Coral, gestão das cantinas escolares e de todos os sistemas de apoio social a estudantes, reserva de dois meios-dias por semana para as suas actividades, obrigatoriedade de os alunos não-adultos se filiarem e participarem nas actividades dos respectivos Centros Escolares, atribuição de instalações para serem utilizadas como sedes dos seus Centros Escolares e/ou delegações locais, obrigatoriedade de os professores de todas as disciplinas colaborarem com as duas organizações quando lhes

fosse solicitado, identificação entre o traje oficial das escolas e a farda da MP e MPF. (Nunes, 1995)

O regime salazarista optou por uma imagem moderada, que estava bem patente na estrutura das organizações de enquadramento da juventude criadas, após 1936: a existência de organizações de juventude específicas para cada um dos sexos, solução que era defendida pela Igreja Católica, já que se opunha à “co-educação”, a MP e a MPF foram dotadas de estatuto de entidades “oficiais” e “para-governativas” e responderam a várias “necessidades sociais” de forma a fazer a propaganda do regime, uma total ligação e dependência da MP e MPF em relação a várias estruturas do aparelho de estado, como ministérios, forças armadas, governos civis, câmaras municipais, escolas públicas... Estas organizações procuraram manter um relacionamento próximo com organizações fascistas de juventude de outros países e simultaneamente manter contactos com organizações não políticas de juventude de países com regime democrático-liberais. (Nunes, 1995, p. 185 a 191)

Na Província de Moçambique encontrámos várias referências à MP, nomeadamente na organização de eventos culturais, religiosos, desportivos e também ao seu papel na ajuda social às famílias e estudantes mais carenciados.

Num comunicado dirigido à repartição do Ensino Técnico da Província de Moçambique, datado de 17 de Agosto de 1965, faz-se um reparo ao facto de os directores das Escolas Técnicas, alegando o número crescente de alunos e a falta de instalações, não terem reservado para a Mocidade Portuguesa, mais do que 2-30 h em cada sábado, o que se entendia que resultava num manifesto prejuízo para as actividades que por lei estavam remetidas para esse organismo. Acrescenta, o mesmo, que o Comissariado da Mocidade Portuguesa tem encontrado obstáculos por parte da Escola Comercial e Industrial de Lourenço Marques em elaborarem um horário escolar de forma a deixarem livres os tempos destinados à frequência da milícia por parte dos filiados pertencentes ao escalão cadetes, que era uma actividade de instrução pré-militar, prevista na Lei Nº 1941, de 11 de Abril de 1936, e que mais do que naquela altura se tornava necessária, pelo que se solicitava ao Director da Repartição do Ensino Técnico que desse instruções aos respectivos Directores das escolas que reservassem toda a manhã de sábado para a referida actividade das milícias.⁵⁸

⁵⁸ Processo J-5 vol1 Mocidade Portuguesa - AHM- Fundo da Educação.Cx100.

Na Escola Comercial existiam 3 centros da Mocidade Portuguesa Feminino e Masculino e um Masculino do Instituto. Possuía ainda, no ano lectivo de 1969-1970, um Director de Centro, no caso o próprio Director da Escola, uma Directora de Centro e seis adjuntos, ao todo nos dois centros.⁵⁹

Apesar de se encontrarem referências em relatórios de Directores e de Inspecção aos Centros da MP na Escola Comercial, a actividade da MP nesta instituição não teve muita expressividade em termos práticos, como demonstra o reparo dirigido ao Director da Escola em 1965 e a informação recolhida nas entrevistas, nomeadamente da professora Ana Branquinho que refere:

“Não me recordo de haver na Escola grandes referências à Mocidade Portuguesa, nunca me lembro de ver os alunos fardados com o fardamento da Mocidade, no Liceu Salazar sim... Lembro-me que se realizavam exposições com os trabalhos de Desenho e Lavoros Femininos. Recordo-me de algumas excursões por exemplo, uma vez acompanhei com uma colega uma excursão de raparigas à Beira, fui eu e uma colega, que fomos escolhidas por essa senhora que representava a Mocidade Portuguesa (...), houve da inspecção a indicação de que eu não deveria acompanhar as alunas, pois era considerada da oposição, e foi ela que afirmou que seríamos as duas a acompanhar as alunas, dizendo que éramos nós as pessoas em quem tinha confiança, e lá fomos. Ou seja existia de facto esse departamento da Mocidade Portuguesa mas não se sentia muito a sua presença, tínhamos à vontade ...”.

Também de acordo com a antiga aluna Amandine Carvalho:

“Não me recordo de ter participado em nenhuma actividade. (...) “Eu nunca pertenci à Mocidade Portuguesa, mas havia umas actividades ao sábado de manhã, havia actividades desportivas mas que eu nunca apreciei especialmente, sempre fui preguiçosa para essas actividades (risos...). Havia algumas visitas de estudo sim, penso que fui a duas, mas já não me lembro bem onde fomos... Se calhar existiam outras actividades como acampamentos, mas, eu nem me apercebia da sua existência...”, “ (...), eu nunca pertenci à Mocidade Portuguesa, e nunca me aconteceu nada por isso... participei no Baile de Finalistas... sei que se comemorava o “Dia da Raça”, mas nunca fui muito dado a isso(...)” (Eneias Comiche)

Parece-nos que na Escola Comercial de Lourenço Marques não houve uma actuação muito rígida por parte dos Centros da Mocidade Portuguesa, fazendo-se sentir a actuação desta organização mais no campo da ajuda material e financeira aos alunos mais carenciados e na dinamização das actividades cirum-escolares.

As actividades circum-escolares, segundo o que professor João Andrade refere na sua dissertação pedagógica,” numa escola verdadeiramente activa, eram aquelas que tinham

⁵⁹ AHM - Fundo da Educação Cx 145

a preocupação e o dever de preparar as crianças para se tornarem homens e cidadãos. Eram as actividades que proporcionavam aos alunos dentro da sua idade e desenvolvimento, iniciar a sua vida de sociedade, cultivando os seus interesses, e descobrindo as suas aptidões. Assim as actividades circum-escolares eram as que se desenvolviam à volta e dentro da escola, fora dos programas rígidos e estabelecidos, actividades que em si próprias continham todas as matérias e todas as disciplinas, que as juntam, que as fundem e que conduzem a criança, primeiro à alegria e satisfação pelas suas práticas, ao gosto pela frequência da escola, e depois ao interesse pela vida do dia a dia que à sua volta se desenvolve.” (João Andrade, 1968, p. 2,3)

Estas actividades estavam divididas em culturais, desportivas e sociais. Nas actividades culturais inseria-se a biblioteca escolar, a imprensa escolar (ensinar os alunos a ler um jornal, a interpretar notícias, a certificar-se dos seus conteúdos. Dentro da imprensa escolar inseriam-se os jornais de parede, os jornais copiados na escola ou então impressos numa tipografia; um outro meio são as projecções de filmes, slides e gravações, ou seja a utilização de audiovisuais; as danças regionais, cantares populares e canto coral; jogos florais (manifestação do desenvolvimento intelectual e artístico, do gosto pela língua); visitas de estudo, “ (...) fizemos uma visita ao Bilene (...)” (Eneias Comiche). Incluía-se, nas actividades desportivas, marchas, passeios pelo campo, campismo. A propósito das actividades desportivas promovidas pela MP Eneias Comiche referiu na sua entrevista que, “ (...) tínhamos a possibilidade de nos inscrever em algumas actividades desportivas eu por exemplo lembro-me de me ter inscrito em Vela, que se realizava na Catembe, do outro lado da baía e claro, eu não tinha possibilidade de ir e fiquei pela inscrição, mas na realidade nós tínhamos aulas e depois pronto, acabavam e cada um ia para as suas casas(...)”.

Finalmente nas actividades sociais incluía-se as visitas a doentes, acções de beneficência, as caixas escolares, as cantinas escolares, as festas escolares, como o teatro, Bodos a pobres. (Andrade, 1968). As caixas escolares tinham como principal objectivo o auxílio financeiro para a realização de excursões e ajudar os alunos mais carenciados (concedendo material escolar, pagamento de propinas e distribuição de duas merendas diárias), mas acabaram por serem absorvidas pela Mocidade Portuguesa.

Com o objectivo de documentar o grau de desenvolvimento educativo e de aplicação, a Escola promoveu exposições anuais de trabalhos executados pelas alunas do Ciclo Preparatório. Os trabalhos expostos abrangiam os labores femininos, desenhos, a 2ª Exposição de Desenho e de trabalhos Manuais - Lavores realizou-se no final do ano

lectivo 1953-1954, havendo referência de que foi feita reportagem fotográfica, para dar a conhecer aos diferentes sectores da Metrópole o trabalho desenvolvido na Escola⁶⁰, trabalhos em papel, cartolina e cerâmica, de decoração e pintura, corte e outros, e na opinião do Director Violante (1956), estas exposições suscitavam grande interesse por parte do público.

No ano lectivo 1954-55, 80 alunos da Escola Comercial realizaram no dia 29 de Novembro (Domingo), uma excursão à Praia do Bilene sendo acompanhados oficialmente por uma professora e um professor,⁶¹

Em Maio de 1956, foi editado o primeiro número do Jornal *Querer, do Centro de Formação Geral Nº6, da Mocidade Portuguesa*. Esse jornal possuía um director e um professor responsável e “orientador”, no caso o Dr. Bernardo Barata. Era um jornal de pequena dimensão (o primeiro e o segundo número possuíam apenas quatro páginas), sem qualquer tipo de publicidade, ao contrário do Jornal *Vanguarda*, editado no Liceu Salazar, e nele é clara a orientação do Jornal, de responder ao desejo manifestado por alguns alunos de terem um jornal da escola, que simultaneamente era considerado um meio de “a voz da juventude portuguesa afirmar a vitalidade lusíada (...) e uma forma de “revigoração e engrandecimento da juventude desta Província de Portugal.” (Dr. Bernardo Barata, in *Razões e Fundamentos do Nosso Jornal*, nºI, Maio de 1956). O jornal contemplava uma rubrica de desporto, actividades da Mocidade Portuguesa, como acampamentos, congressos, textos de prosa, poesia, anedotas, visitas de estudo e artigos de índole histórica e patriótica, como um artigo referente a Mouzinho de Albuquerque, ao 1º de Dezembro, Gil Vicente e Lisboa capital do Império. No segundo número encontra-se referência a que o primeiro número do Jornal *Querer*, impresso na Tipografia Diário, tinha tido uma aceitação muito positiva por parte da Imprensa e Rádio da Província de Moçambique e da Metrópole. É de destacar que nem os alunos, nem a professora entrevistada guardam qualquer recordação desta publicação, ou de outras publicações, “(...) Não, nem recorde de existirem essas publicações.(...)” (Eneias Comiche), “(...)Não participei, não me lembro de nenhuma publicação, mas devia existir sim, tenho a ideia de ter havido alguma iniciativa de se fazerem jornais ao nível de Disciplina(...) (Amandine carvalho), “(...)Não me lembro dessas publicações e não me lembro de ter colaborado com alguma(...) (Ana Branquinho)

⁶⁰ Processo 2560 - AHM Fundo da Educação – CX 39 .

⁶¹ Processo nº 2560 - AHM-Fundo da Educação CX 39.

Ao longo da nossa investigação não conseguimos encontrar mais referências a esta publicação da Escola, mas nos dois números consultados, é claro o pendor nacionalista e moralista do jornal, servindo assim um dos propósitos do Centro de Formação Geral, Nº 6 da Mocidade Portuguesa, que o financiava.

Segundo a Informação 3444/2, datada de 7 de Outubro de 1958, da Direcção dos Serviços de Instrução em Lourenço Marques, a Escola Comercial tinha editado uma publicação, intitulada “*Mercúrio*” no ano lectivo 1957-1958. Na perspectiva dessa Direcção a iniciativa era de louvar, mas a publicação manifestava uma orientação marcadamente literária e não correspondia aos objectivos de uma “Escola de Comércio” pelo que se dava a indicação que antes da impressão do próximo número, deveria ser enviada uma prova, à apreciação do Director dos Serviços.⁶²

Em 1958 realizou-se, na Metrópole, uma Exposição Geral do Ensino Técnico, e na circular 2ª Rep. Série B, Nº 8 de 22 de Fevereiro, o Director Geral do Ensino Técnico Profissional, Carlos Proença, esclarecia o objectivo dessa iniciativa: “Com o objectivo de esclarecer o grande público sobre a extensão do ensino e sobre o nível da aprendizagem no nosso país.”⁶³ Tendo sido enviada, em 1 de Março de 1958, aos Governadores de Manica, Sofala, Inhambane, Zambézia, às Escolas Industrial e Comercial de Lourenço Marques, uma cópia com um excerto da Circular Nº 31 da Direcção Geral do Ensino Técnico, que dizia respeito à organização, ficha modelo de inscrição uma para cada peça a expor, e respectivo plano de trabalho. No caso da Escola Comercial de Lourenço Marques, as secções que podiam participar era a de Ciclo, Comércio, Esteno – Dactilografia, e Secções Preparatórias para os Institutos.⁶⁴

Numa informação, Nº 139, de 30 de Outubro de 1962, proveniente da Direcção dos Serviços de Instrução, faz-se referência à necessidade de se ocuparem os sábados de manhã, das 7-00 h às 10-00 h, com as actividades circum-escolares pelo que o período escolar era mais extenso para os rapazes, o que se devia à exiguidade das instalações face ao número de alunos (1730) que a escola possuía.⁶⁵

No ano lectivo 1964-65, a Escola participou em várias campanhas de beneficência como um peditório a favor dos Antigos Combatentes da Grande Guerra, da Cruz Vermelha, Infância Desvalida, Leprosos e Natal do Soldado em missão de soberania na Província.

⁶² Processo nº3444 - AHM- Fundo da Educação Cx 4.

⁶³ Processo 3260 - AHM- Fundo da Educação – Cx 55.

⁶⁴ Processo 3260 - AHM-Fundo da Educação-Cx 55.

⁶⁵ AHM-Fundo da Educação- Cx. 27.

Para além desta participação, a população escolar participou nas seguintes actividades escolares:

- Cerimónia comemorativa do 1 de Dezembro;
- Laboração de um “berço” de 370 peças de vestuário para o “Dia da Mãe” e assistência às cerimónias religiosas desse dia;
- Construção de um presépio, original, exposto no Jardim 28 de Maio, com a comparticipação da Câmara Municipal;
- Acampamento regional da Páscoa, desobriga pascal, bem como acampamento do Curso de Chefes da Quina e diversos acampamentos de fins-de-semana;
- Organização de duas sessões musicais, uma na Escola e outra no Liceu Salazar;
- Torneios inter-turmas e inter-centros de basquetebol, hóquei e futebol de salão;
- Cursos para chefes de Quina, Comandantes de Castelo e Comandantes de Bandeira;
- Excursões ao colonato do Limpopo; a João Belo e Bilene Macia;
- Participação no festival de ginástica do dia 10 de Junho;
- Visitas de estudo a diversos estabelecimentos fabris, como Fábrica de Moagem, de Cerveja, de Óleos;
- Organização e publicação, no fim do 3º período escolar, do Jornal “*Querer*”.

A partir da investigação elaborada parece-nos que a actuação dos Centros da Mocidade Portuguesa na Escola Comercial, se fez sentir de uma forma suave, através das actividades circum-escolares. Em entrevista a professora Ana Branquinho, referiu:

“(…) Realizavam-se exposições com os trabalhos de Desenho e Lavoros Femininos. Consideramos que a MP terá tido uma actuação importante ao nível das caixas escolares e na ajuda aos alunos mais carenciados, ajuda alimentar de material escolar e propinas, mas pelos dados analisados não teve tanta expressividade na vida da Escola Comercial como noutras instituições escolares, o que é demonstrado pelo facto de ser obrigatório a inscrição na mesma, pelo menos durante a década d cinquenta, e um dos antigos alunos frequentou a escola nesse mesmo período, nunca se inscreveu e nunca foi punido por isso”.

Conclusão

Ao longo da presente investigação, de acordo com a perspectiva metodológica definida que procurou articular as preocupações conceptuais e a análise dos materiais recenseados, algumas conclusões foram adiantadas. Impõe-se agora, uma síntese final que para além de uma sistematização de conjunto, retome os resultados desta investigação para posteriores programas de trabalho.

No período temporal estabelecido na investigação, fomos percebendo a intervenção do Estado Novo na construção do carácter dos jovens e das respectivas famílias. Com o objectivo de promover a inculcação de valores, normas sociais e morais, assumiu-se o ensino técnico e profissional como um sistema ou uma unidade estrutural onde se aprendia uma profissão, onde se controlava visualmente os alunos, onde se vigiava a disciplina e se aprendia a respeitar a hierarquia.

Em Portugal a definição da educação colonial passou pela resposta política a problemas como: determinar/decidir se o ensino devia ser exclusivamente ministrado em língua portuguesa ou nas línguas indígenas; seleccionar os conteúdos e as competências que deveriam orientar a educação; privilegiar o ensino controlado pelas missões ou as escolas laicas; identificar o perfil dos agentes educativos para determinar as modalidades da sua formação e forma de estimular vocações profissionais; optar por modelos de formação massificada ou pela formação prioritária das elites locais; identificar e dominar os agentes de uma educação que reivindicavam uma maior autonomia das colónias. Procurou-se responder teoricamente e na prática à questão: para que serve a escola... e para que servem os africanos instruídos? (Paulo, 1999, Vol.5, p. 325).

A política educativa procurou responder à importância atribuída à educação de acordo com os imperativos políticos e ideológicos aceites internacionalmente como legitimadores do colonialismo, procurando sempre a exaltação da assimilação dos africanos, associada à ideia de grandeza da pátria e dos seus valores civilizacionais e evangelizadores.

A forma como se procedeu à apropriação dos modelos de organização educativa, das teorias adaptadas à realidade da Província de Moçambique e particularmente a Lourenço Marques, partiu do conceito de “indigenização” e de política de assimilação.

A educação em Moçambique durante o período colonial e em particular no Estado Novo, caracterizou-se pela dicotomia “educáveis” e “não educáveis”, o que resultou das relações de separação que existiam entre os colonos/assimilados, os indígenas e os colonos e Metrópole/colónias. O processo educativo na época colonial procurou implantar nas colónias o sistema de assimilação, que consistia na europeização dos povos africanos, através da escola, ou de outras manifestações culturais, artísticas, recreativas e sociais.

Esta dicotomia, ao nível do ensino, resultou num ensino mais moderno que era ministrado aos cidadãos “educáveis” e um outro tipo de ensino mais ligado à tradição, que tinha como público-alvo os “não educáveis” e que era gerido pelos missionários, ou seja uma escola com o objectivo da aprendizagem da língua portuguesa, de um ofício manual e dos primeiros princípios de moral cristã e nacionalista.

De acordo com essa política criaram-se dois subsistemas educacionais, um para os africanos - o ensino rudimentar, dirigido pelas missões católicas e um outro, o ensino oficial, para os europeus e assimilados, dependente directamente das estruturas governamentais.

De 1930 até ao início da década de sessenta, o ensino indígena constituiu um sistema de instrução inteiramente separado das redes públicas e privadas destinadas à população “civilizada”.

O Ensino rudimentar tinha como objectivo preparar futuros trabalhadores rurais, artífices, e garantir a direcção política e cultural da classe colonial sobre as chamadas sociedades tradicionais.

A revogação do Estatuto do Indígena, em 1961, pôs fim à distinção entre o ensino para “indígenas” e o ensino para “civilizados”, sendo criado um sistema único elementar no qual poderiam encontrar-se os propósitos de uma educação massiva, já que pelo menos do ponto de vista legal se assistia a uma abertura gradual do acesso à escolarização das crianças africanas.

Em 1964, Portugal reestruturou o sistema de ensino e a partir desta data passaram a existir dois tipos de ensino: o oficial e o oficializado. O Estado passou a assumir na educação um papel mais dirigente, tirando, ao mesmo tempo, à Igreja Católica o monopólio do ensino primário, criando escolas de posto e escolas de ensino primário, em que as últimas proporcionavam a 4ª e última classe do ensino primário, e as de posto apenas leccionavam a pré-primária e as três primeiras classes. O Estado passou a ter uma maior influência na formação e na nomeação dos professores. No que concerne ao

currículo fez-se uma certa “africanização” dos conteúdos nas primeiras classes, mantendo, no entanto, os conteúdos das restantes classes muito ligados à cultura portuguesa.

Procurou-se demonstrar que as questões discriminatórias que existiam, o controlo da mobilidade social, e os fracos resultados obtidos, não se baseavam em critérios raciais mas eram fruto do particularismo do colonialismo português, das reduzidas possibilidades de investimento do Estado, e da resistência africana à escolarização, o que seria solucionado pelos Planos de Fomento Ultramarino.

Sintetizando, entre 1930 e 1950 a oferta escolar proporcionada aos africanos deu-se, fundamentalmente pela via das missões católicas e do ensino rudimentar, e foi caracterizada pela desproporção que existia entre a oferta de educação e a população potencialmente escolarizável, pelo carácter restrito da sua abrangência geográfica e pela incapacidade de proporcionar a mobilidade social ascendente. Nas décadas de 60 e 70, motivado pela 2ª Guerra mundial, pelo surgimento dos movimentos anticoloniais pela pressão de organismos internacionais, e pelo receio de que a negação ao acesso à educação para os africanos estimulasse o sentimento e os movimentos nacionalistas, o governo português começou a reorientar o esforço educativo nacional para o desenvolvimento de uma rede escolar primária oficial e unitária, para o crescimento, ainda que comedido, do ensino secundário, técnico e liceal nas colónias, restringindo o papel educativo das missões católicas, o que se inseriu nos Planos de Fomento Ultramarino. O ensino da língua portuguesa passou a ser ministrado por professores devidamente habilitados para esse efeito, os conteúdos programáticos demonstravam a brancos, negros e mestiços a unidade política e cultural da nação.

O objectivo de facultar aos africanos este tipo de mobilidade social tornou-se uma prioridade e favoreceu a adesão à escola. A educação nas colónias transformou-se numa estratégia política para ganhar a guerra de África e garantir a manutenção da unidade nacional - ultramarina. Os negros podiam agora aspirar, com base na meritocracia e na posse de um grau académico, obtido nas escolas ultramarinas, à ocupação de lugares nos quadros sociais, políticos e culturais da nação.

A escolarização dos africanos revelou um “carácter fictício”, dado que a rede escolar era insuficiente e não abrangia todo o território de Moçambique. Nos centros urbanos concentravam-se as escolas oficiais, enquanto os postos escolares, tal como anteriormente o ensino rudimentar, se localizam sobretudo nos meios rurais.

Como refere Madeira (2007) “No domínio da política educativa e da filosofia de ensino houve frequentemente uma descontinuidade entre a teoria e as práticas locais, a política de assimilação não correspondeu de uma forma linear a uma prática de incorporação escolar, mas foram objecto de interpretações e de apropriações diversas de acordo com condicionalismos políticos, geográficos e culturais inerentes a Moçambique (...).” (p.449)

Para o regime salazarista era determinante manter “a continuidade jurídica, política, administrativa e cultural para afirmar a identidade nacional, identidade que se afirmava através do apelo à história, à memória ao contacto cultural e à nacionalização dos costumes africanos.” (Madeira, 2007, p.451).

As Escolas Técnico Profissionais, como todas as instituições escolares, têm um percurso próprio e uma relativa autonomia que lhes permite construir uma cultura própria. Nesse sentido ao estudarmos a Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva de Lourenço Marques, procurámos dar uma particular atenção aos actores envolvidos na actividade da Escola. Os directores que revelaram diferentes estilos de liderança, mas que foram, sem dúvida, pessoas da confiança política do regime, o que os tornava agentes do poder central, responsáveis na Escola pela execução das orientações que recebiam do governo, os professores que tinham certamente perfis pessoais, percursos de formação e opções didáctico -pedagógicas distintas, que veiculavam as ideias oficiais mas que exprimiam um pensamento próprio; e os alunos com as suas origens geográficas e sociais, no caso alunos da classe média baixa, filhos de colonos ou de assimilados que viviam na cidade mas também em bairros da periferia como Chamanculo, Mafalala, Matola, Machava entre outros. Os dois alunos entrevistados tiveram o seu percurso profissional marcado pela sua formação na Escola Comercial, um tirou o Curso de Economia e a aluna o Curso de Perito Contabilista do Instituto Comercial de Lourenço Marques. Não esquecemos, também, os funcionários, actores importantes na vida das instituições escolares, a sua forma de recrutamento, funções desempenhadas e relações com os outros actores.

A caracterização dos espaços que a escola foi ocupando que serviu de cenário às vivências dos actores e que se articulam com as suas memórias. A organização do tempo escolar foi outro aspecto que tivemos em conta. O currículo em que procurámos analisar a forma de combinação entre as componentes consideradas fundamentais para a formação, de modo a garantir o enquadramento profissional dos alunos e a garantir a

formação de quadros que permitisse o desenvolvimento económico da Província de Moçambique.

Pela análise elaborada pode-se concluir que na Província de Moçambique no período em estudo, o número de escolas técnico-profissionais era insuficiente para as necessidades que se sentiam. Um dos motivos apontados, por alguns responsáveis pelo Ensino Técnico na província, relacionava-se com o desinteresse pelo trabalho técnico, que estava enraizado no meio social, mas que era também partilhado por alguns professores dessas escolas. Considerava-se, ainda, o Ensino Técnico fundamental para construir o progresso da Província, atendendo a que o ensino liceal não preparava os jovens para o mundo do trabalho, mas era a transição para o ensino superior, enquanto o ensino técnico dotava os jovens de conhecimentos técnico-profissionais, que lhes permitia serem colocados após a conclusão dos seus estudos no mercado de trabalho. Pelo que se considerava que o Ensino Técnico não devia ser teórico e intelectual, mas devia proporcionar uma formação profissional adaptada às necessidades do comércio, da indústria e da agricultura da Província de Moçambique.

A legislação produzida sobre o Ensino Técnico e Profissional e sobre a Escola, demonstra a importância que o regime salazarista lhe atribuía. A expansão da rede do Ensino Técnico e Profissional na Metrópole e na colónia Moçambique reflecte a necessidade de promover uma maior vitalidade no desenvolvimento económico através de iniciativas escolares que promovessem a preparação de quadros da indústria, na agricultura e no comércio. Para concretizar este objectivo era necessário concretizar uma rede escolar coerente, lógica e eficaz.

No entanto só com a Reforma de 1948 é que se assumiu a vontade clara de reforçar o ensino técnico como uma alternativa ao ensino liceal, valorizando a competência técnica e simultaneamente como forma de procurar encontrar uma resposta adequada ao mercado de trabalho. No quadro da educação do Estado Novo, este tipo de ensino visava também libertar os Liceus da grande pressão de população escolar, incentivando os alunos a inscreverem-se nas Escolas Técnicas para se atingirem as metas económicas definidas nos Planos de Fomento da década de 50.

O resultado da presente investigação foi a elaboração de uma monografia que pretendeu fazer um levantamento das fontes documentais, bibliográficas, materiais iconográficos da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva de Lourenço Marques, para além de compilar alguns testemunhos orais que se referem a vivências nesta instituição educativa.

O papel desempenhado pela Escola Comercial de Lourenço Marques, parece-nos ter ficado devidamente claro, pois foi a primeira verdadeira Escola Comercial a existir em Lourenço Marques e na Província de Moçambique, para além de ter sido e ser uma referência enquanto instituição educativa, pelo elevado número de alunos que já formou e pela qualidade de ensino que era ministrado e comprovado pela facilidade com os alunos conseguiam arranjar trabalho quando concluíam o curso, ou com que obtinham sucesso no ensino superior.

Esta escola teve o objectivo primordial de formar jovens que estivessem aptos a entrar no mundo do trabalho quando concluíssem o seu curso na escola, ou que pudessem e quisessem prosseguir os seus estudos no Instituto Comercial ou na Faculdade. Durante muito tempo esta escola esteve sozinha na concretização do objectivo de promover a formação de quadros na área do comércio, que garantissem o desenvolvimento económico da colónia.

O sistema educativo colonial, baseou-se na condução política autoritária e centralizada da Metrópole; na perspectiva da regulação e selecção discriminatória da mobilidade social concretizada através da escolarização, e no princípio da compartimentação institucional e racial das práticas educativas. A missão de instruir, ao longo do Estado Novo transformou-se numa missão mais ampla de evangelizar e civilizar. A tradição colonial portuguesa justificava a aposta efectiva numa política de escolarização social e racialmente discriminatória, com baixos níveis de investimento, com preferência por conteúdos ideológicos e confiada à tutela da igreja católica sob controlo e supervisão do Estado. Apesar de estar inserida na política educativa colonial, a Escola Comercial, construiu, ao longo da sua existência, uma cultura e autonomia própria que se vivenciava na fraca expressividade das actividades políticas da Mocidade Portuguesa.

Algumas das questões suscitadas, durante a análise do arquivo, não encontraram na dissertação o desenvolvimento adequado. Uma porque necessitavam de aprofundamento no aspecto da pesquisa documental, impossível de concretizar devido à inexistência de um arquivo organizado na Escola Comercial, à dispersão da documentação por vários espaços e a sua precária conservação, particularmente a existente em Moçambique. Destaca-se neste campo a compreensão do funcionamento da comunicação interna e externa, sabemos que o director era o elo de ligação entre a Escola e o poder central, mas não conseguimos esclarecer como se processava a comunicação interna. O mesmo se passou em relação à participação da comunidade envolvente. Encontrámos referências a que havia adesão na visita a exposições de

trabalhos realizados na escola, que os encarregados de educação iam com alguma frequência à escola para tratarem de assuntos burocráticos ou de aproveitamento escolar e eventualmente de natureza disciplinar, a ligação efectiva entre a instituição e a comunidade, o que poderia ter sido esclarecido pela análise da imprensa escolar e local, mas que não tivemos acesso.

Ainda relacionado com o aproveitamento escolar, não conseguimos aceder a uma variedade de documentação que nos permitisse verificar quais as disciplinas onde existia uma maior percentagem de sucesso ou insucesso. Para obter esta informação teria sido preciosa a análise de pautas, de actas de conselhos escolares, tendo no entanto sido possível perceber quais os cursos que tinham maior percentagem de sucesso e de insucesso. Para além deste facto, a entrevista a alguns dos actores tornou-se inviável pelo facto de se terem passado mais de quarenta anos sobre o período estudado, o que fez com que muita gente envolvida no processo educativo desta instituição, tivesse entretanto falecido, em particular aqueles que ocupavam cargos que exigiam uma idade mais avançada. Por este facto não foi possível ter a representatividade da classe dos directores e só nos foi possível entrevistar uma professora e uma funcionária.

Pensamos que, embora com algumas limitações, as questões apresentadas poderão servir de impulso para outras investigações na área da História da Escola.

Ainda que de uma forma modesta, consideramos que com a presente investigação demos um contributo para a recuperação da memória da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva, de Lourenço Marques, escola que era respeitada e conceituada, durante o período em estudo e que continua a ser hoje uma referência no ensino técnico profissional/Comercial em Maputo.

Anexos

Anexo I

GUIÃO DE ENTREVISTA A UMA ANTIGA PROFESSORA DA ECLM

- 1-Identificação e período temporal em que exerceu funções docentes na Escola Comercial de Lourenço Marques (ECLM).
- 2- Percurso profissional antes de ser professor na Escola Comercial de Lourenço Marques (Habilitações, formação como professor, anos de serviço, níveis de ensino em que leccionou...)
- 3-Forma / meio e razões de ingresso na escola.
- 4- Qual a concepção /visão do professor do Ensino Técnico e Profissional? Terá essa concepção sido influenciada por outros professores?
- 5- Como caracterizaria a sua actividade profissional quanto a:
 - Quais as disciplinas que leccionou?
 - A que cursos?
 - Quais os métodos de ensino, recursos que costumava utilizar?
 - Avaliação dos discentes;
 - Os exames a cujos júris pertenceu;
 - As actividades realizadas na escola, exposições, viagens de estudo, eventos culturais e desportivos;
 - As competências dos alunos ao saírem da Escola Comercial.
- 6- Pode mencionar o número de alunos que cada professor tinha anualmente? E por turma?
- 7-Existiam actividades de formação de professores? Quais?
- 8-Como eram as relações do director da Escola com os professores?
- 9- Como era escolhido / nomeado o Director?
- 10- Enquanto professor da Escola Comercial de Lourenço Marques quantos directores conheceu? Que imagem guarda deles?
- 11-Qual o papel do director na escolha dos docentes da escola?
- 12-Qual o grau de autonomia dos professores no exercício da sua profissão na escola?
- 13-Como eram as relações entre os professores? E destes com os alunos?
- 14-Qual o percurso profissional de um professor (da sua disciplina) na Escola Comercial de Lourenço Marques (concursos, categoria, progressão, diuturnidades...)?

- 15-A que docentes de outros níveis de ensino, ou de outras profissões, seria correcto relacionar o estatuto socioprofissional de um professor da Escola Comercial de Lourenço Marques?
- 16- Como eram as relações da Escola com as autoridades públicas locais (Governo Geral, Secretaria Provincial de Educação...)?
- 17-Como caracterizaria Lourenço Marques nos anos cinquenta/sessenta, quanto ao seu desenvolvimento económico, situação social e actividade cultural?
Como era viver nesta cidade nesta época?
- 18-Qual acha que foi o impacto da ECLM e da sua actividade na cidade? Ou Qual a imagem da Escola na vida da cidade?
- 19-Como avalia hoje o papel desempenhado pela revista “Querer “ ou “Vanguarda” ? E a sua colaboração nesta publicação?
- 20- Sabe se os alunos prosseguiram os estudos quando saíam da ECLM? Ou entravam no mundo do trabalho nessa região?
- 21- A que grupo sócio-económico pertenceriam genericamente os alunos da ECLM?
- 22-Qual o percurso profissional que seguiu após sair da ECLM (acontecimentos /fases mais marcantes?
- 23-Poderá indicar as obras que publicou (artigos em revistas, livros, participação em obras colectivas, no campo da educação ou em outras áreas?

Anexo II

GUIÃO DE ENTREVISTA A ANTIGOS FUNCIONÁRIOS DA ECLM

- 1-Identificação e período temporal em que exerceu funções na Escola Comercial de Lourenço Marques (ECLM).
- 2- Percurso profissional antes de ser funcionário na Escola Comercial de Lourenço Marques (Habilitações, locais de trabalho, funções desempenhadas).
- 3-Como conseguiu ingressar na escola, que razões levaram a essa opção?
- 4- Como era visto o funcionário da ECLM?
- 5- Como caracterizaria a sua actividade profissional quanto a:
 - Cargos e funções desempenhadas;
 - Participação em actividades realizadas na escola, festas, exposições, viagens de estudo, eventos culturais e desportivos;
- 6- Existiam actividades de formação para os funcionários da Escola?
- 7-Como eram as relações do director da Escola com os funcionários?
- 8- Enquanto funcionário da Escola Comercial de Lourenço Marques quantos directores conheceu? Que imagem guarda deles?
- 9-Qual o papel do director na escolha dos funcionários da escola?
- 10-Qual o grau de autonomia dos funcionários no exercício da sua profissão na escola?
- 11-Como eram as relações entre os funcionários?
- 12-Recorda algum colega em particular? Porque motivo?
- 13- Como eram as relações dos funcionários com os alunos?
- 14- Existiam problemas disciplinares na Escola? Como eram resolvidos?
- 15- Quais eram as actividades que os alunos faziam nos intervalos? Que espaços costumavam ocupar?
- 16-Qual o percurso profissional de um funcionário na Escola Comercial de Lourenço Marques (concursos, categoria, progressão)?
- 17- Como eram as relações da Escola com as autoridades públicas locais (Governo Geral, Secretaria Provincial de Educação...)?
- 18-Como caracterizaria Lourenço Marques nos anos cinquenta/sessenta, quanto ao seu desenvolvimento económico, situação social e actividade cultural?
- 19-Como era viver nesta cidade nesta época?

20- Qual acha que foi o impacto da ECLM e da sua actividade na cidade? Ou Qual a imagem da Escola na vida da cidade?

21- Sabe se os alunos prosseguiram os estudos quando saíam da ECLM? Ou entravam no mundo do trabalho?

22- A que grupo sócio - económico pertenceriam genericamente os alunos da ECLM?

23- Qual o percurso profissional que seguiu após sair da ECLM (acontecimentos /fases mais marcantes?

24- Que recordação tem mais presente do tempo que exerceu funções na Escola Comercial de Lourenço Marques?

Anexo III

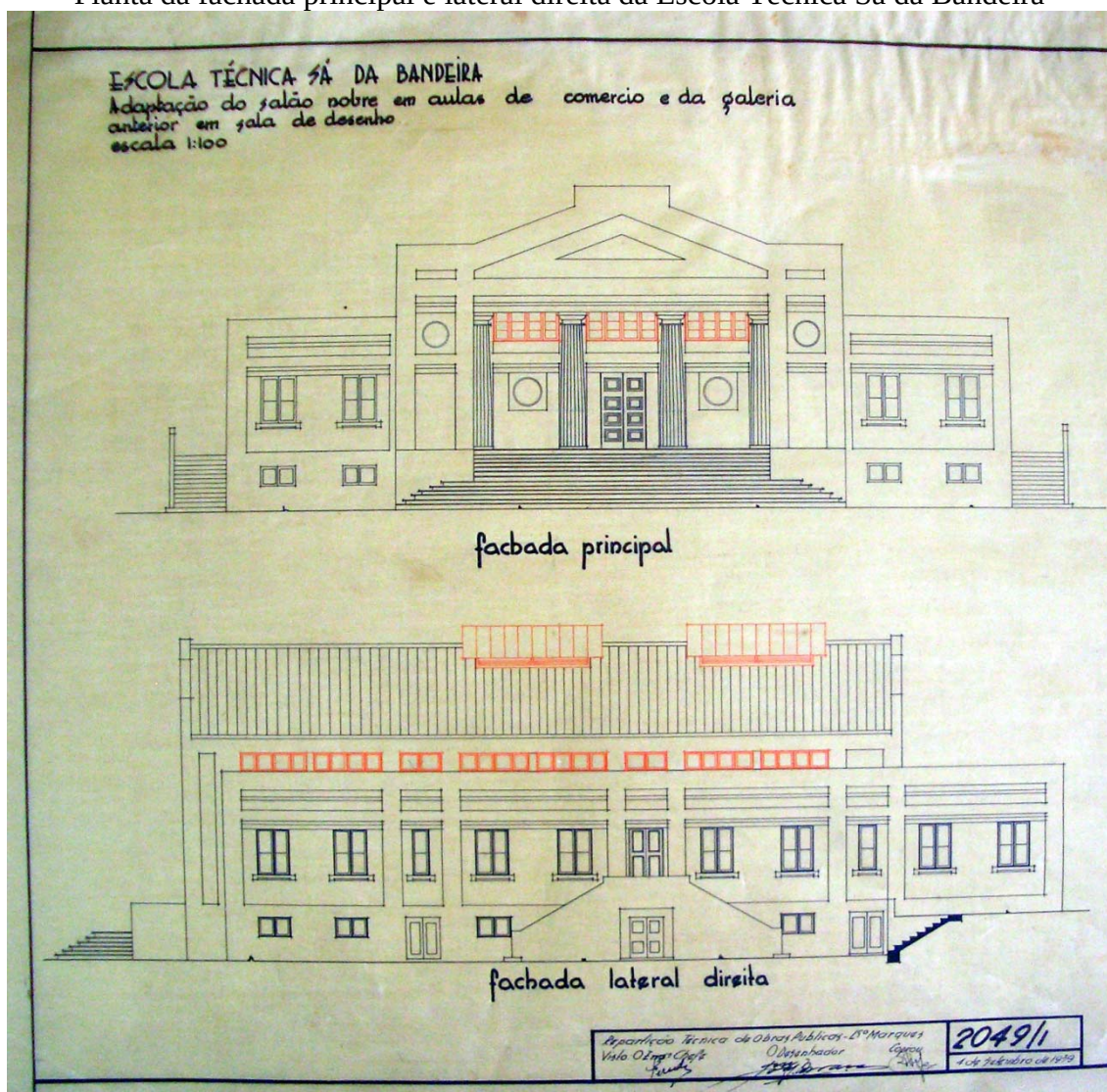
GUIÃO DE ENTREVISTA A ALUNOS DA ESCOLA COMERCIAL DE LOURENÇO MARQUES

- 1-Identificação e período temporal em que estudou na Escola Comercial de Lourenço Marques (ECLM).
- 2- Percurso estudantil, antes de ser aluno na Escola Comercial de Lourenço Marques , onde estudou?
- 3-Por que razão ingressou na escola Comercial?
- 4- O que era ser aluno da Escola Comercial de Lourenço Marques?
- 5-Que curso seguiu na ECLM?
- 6- Que disciplinas estudou?
- 7- Qual a duração das aulas?
- 8-Quais eram os métodos de ensino, mais usados nas aulas? E os recursos?
- 9- Como era feita a avaliação dos alunos?
- 10-Que tipos de exames teve de realizar enquanto aluno da ECLM?
- 11- Que actividades, para além das lectivas se realizavam na escola? (exposições, viagens de estudo, eventos culturais e desportivos;)
- 12-Durante o período em que estudou nesta Escola, podia circular por todos os espaços?
- 13-Como eram os recreios?
- 14- Quais eram as competências dos alunos quando terminavam o seu curso na da Escola Comercial?
- 15-Pode mencionar o número de alunos que tinha a sua turma?
- 16-Como eram as relações do Director da Escola com os alunos? E com os professores?
- 17- Como era escolhido o Director?
- 18- Enquanto aluno da Escola Comercial de Lourenço Marques quantos directores conheceu? Que imagem guarda deles?
- 19-Como lidava com as regras da Instituição?
- 20-Existiam muitos problemas disciplinares? Como eram resolvidos?
- 21-Como eram as relações entre os alunos? E destes com os professores?
- 22-Recorda-se particularmente de algum professor? Porque motivo?
- 23-Qual era o percurso normal de um aluno que concluísse a Escola Comercial?
- 24-Como se relacionavam os estudantes da Escola Comercial com os outros estudantes de outros níveis de ensino? Por exemplo do Liceu? Da Escola Industrial?

- 25 A que grupo sócio - económico pertenceriam genericamente os alunos da ECLM?
- 26-Participava em alguns rituais da Escola? Actividades da Mocidade Portuguesa? Que tipo de actividades?
- 27-Participou em alguma publicação da Escola? A revista “Querer “ ou “Vanguarda”?
- 28-Recorda-se do tipo de relações que existiam entre a Escola e as autoridades públicas locais (Governo Geral, Secretaria Provincial de Educação...)?
- 29-Como caracterizaria Lourenço Marques nos anos cinquenta/sessenta, quanto ao seu desenvolvimento económico, situação social e actividade cultural?
- 30-Como era viver nesta cidade nesta época?
- 31-Qual acha que foi o impacto da ECLM e da sua actividade na cidade? Ou Qual a imagem da Escola na vida da cidade?
- 32-Qual o percurso profissional que seguiu após sair da ECLM (acontecimentos /fases mais marcantes?

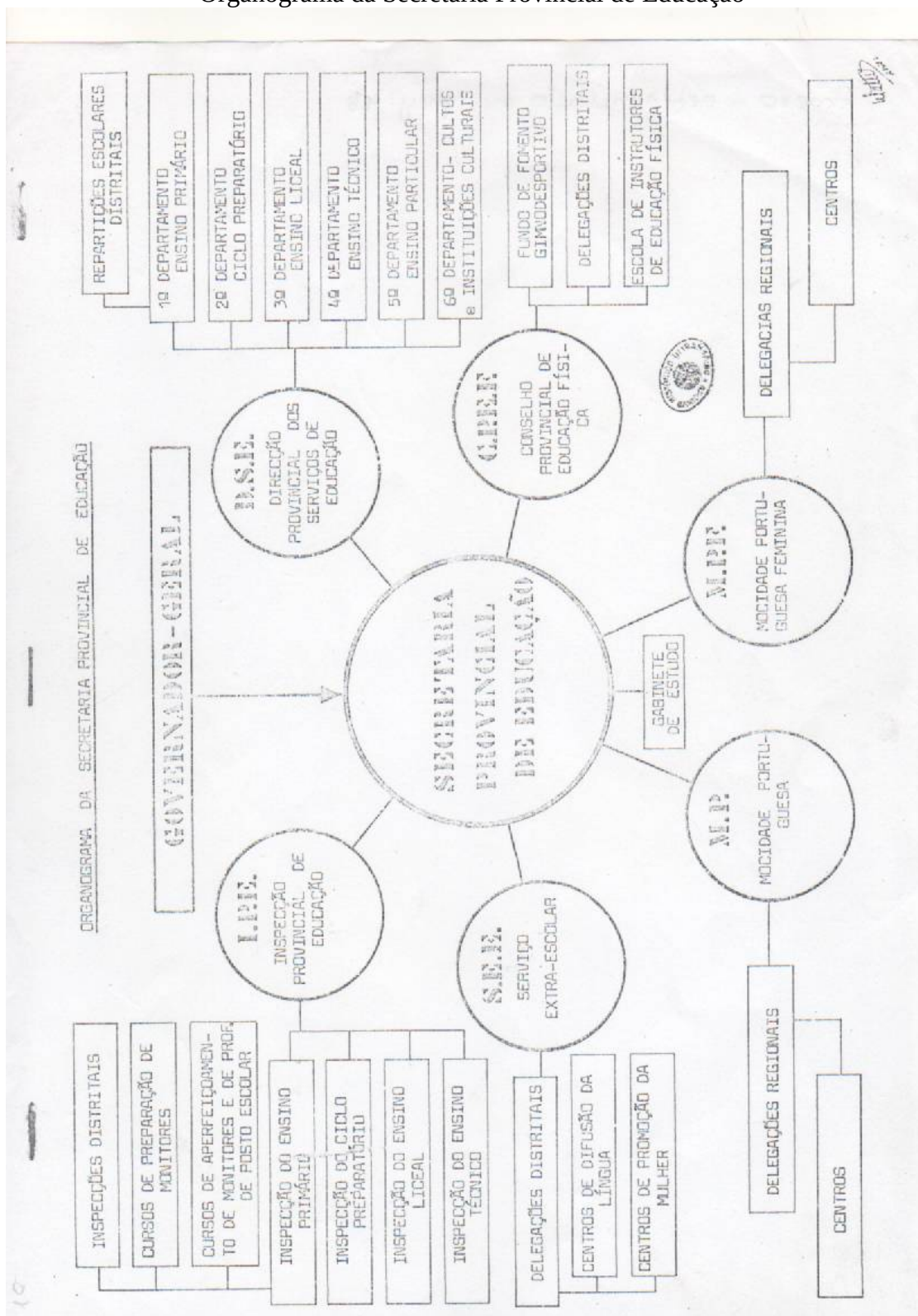
Anexo IV

Planta da fachada principal e lateral direita da Escola Técnica Sá da Bandeira



Anexo V

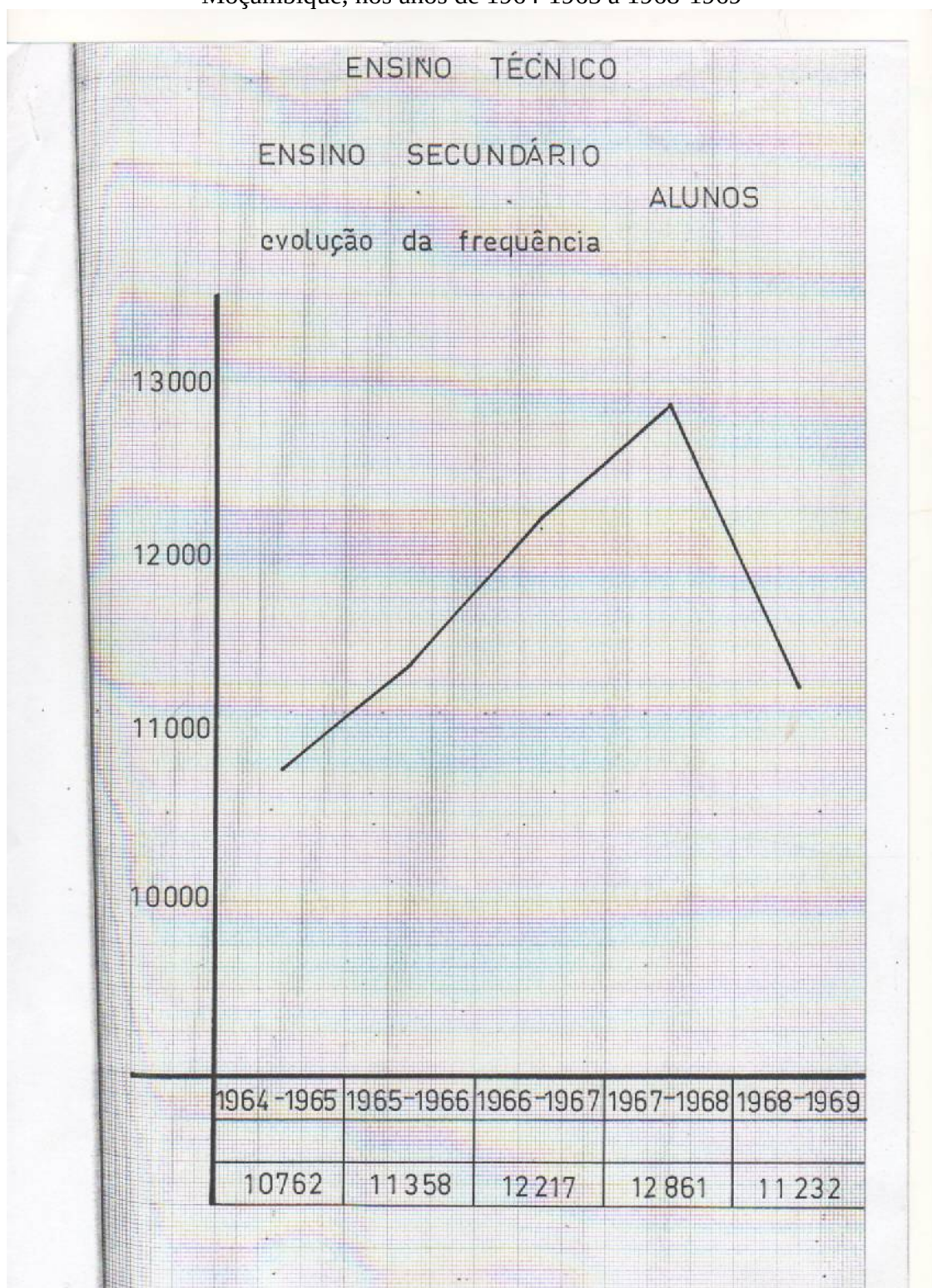
Organograma da Secretaria Provincial de Educação



Fonte: Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque Ano lectivo 1970-1971 - AHM -Fundo da Educação: Cx 55

Anexo VI

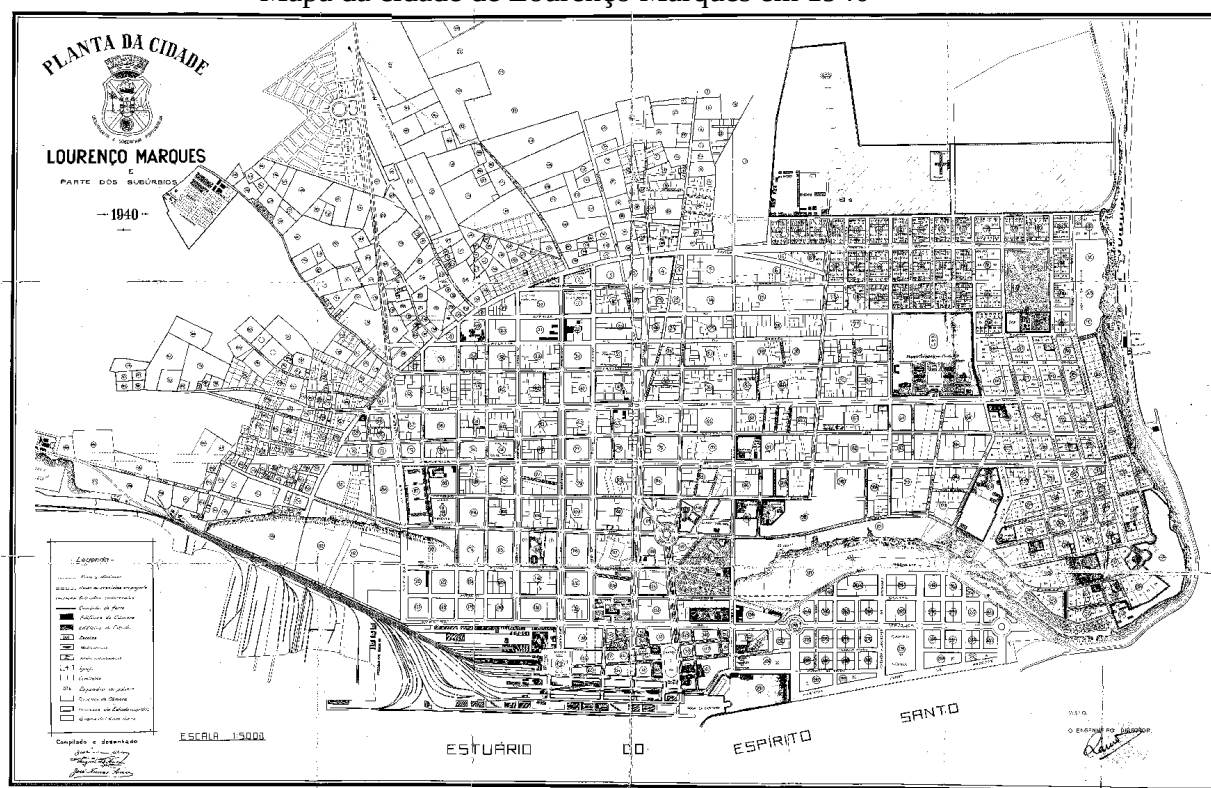
Gráfico com a evolução da frequência dos alunos do Ensino Técnico na província de Moçambique, nos anos de 1964-1965 a 1968-1969



Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque Ano lectivo 1970-1971 - AHM -Fundo da Educação: Cx 55

Anexo VII

Mapa da cidade de Lourenço Marques em 1940



Fonte: Planta cedida pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane.

Humberto de Melo e Almeida Moraes, um advogado de Vitor Ochoa de
Sousa, nomeado um delegado de S.E. e Generalista Geral, e
1st Major de 1941, um delegado de guerra da 1ª Esquadra, 1941-1945
Cabo e 1st Substituto.

Anexo VIII

Plano de Fomento e Construções Escolares – Governo – Geral de Moçambique

 GOVERNO-GERAL DE MOÇAMBIQUE GABINETE DO SECRETÁRIO PROVINCIAL DE EDUCAÇÃO		15
<u>PLANO DE FOMENTO</u> <u>(CONSTRUÇÕES ESCOLARES)</u>		
1. CONCLUÍDAS OU INICIADAS EM 1972		
1.1. Ensino Primário		
21 escolas (119 salas) e 6 residências	18 867 091\$40	
19 postos escolares (38 salas) e 19 residências	<u>2 300 000\$00</u>	
	21 167 091\$40	
1.2. Escolas Práticas de Agricultura e Pecuária		
Escola Prática de Agricultura do Limpopo	1 000 000\$00	
	<u>1 000 000\$00</u>	
1.3. Escolas Elementares Agrícolas e de Artes e Ofícios		
Escola de Artes e Ofícios da Moamba (ampliação)	1 194 000\$00	
Escola Agrícola da Inhamitanga (ampliação)	980 000\$00	
Escola de Artes e Ofícios de Moçambique (ampliação)	<u>350 000\$00</u>	
	2 524 000\$00	
1.4. Escolas Preparatórias		
Escola Preparatória da Zona Norte de Lourenço Marques ..	2 000 000\$00	
Escola Preparatória da Zona Oeste de Lourenço Marques ..	6 000 000\$00	
Escola Preparatória da Zona Noroeste de L. Marques	17 150 000\$00	
Escola Preparatória Governador Joaquim de Araújo (ampliação)	2 500 000\$00	
Escola Preparatória de Salazar (conclusão da 1ª. fase)..	2 150 000\$00	
Escola Preparatória da Manga	2 000 000\$00	
Escola Preparatória Dr. Baltazar Rebello de Sousa, da Beira (trabalhos complementares)	400 000\$00	
Escola Preparatória de Vila Pery (ampliação)	1 226 000\$00	
Escola Preparatória de Tete (trabalhos complementares)..	574 000\$00	
Escola Preparatória de Trigo de Moraes	2 000 000\$00	
Escola Preparatória de Montepuez	2 000 000\$00	
Escola Preparatória General Joaquim Machado (trabalhos complementares)	<u>385 000\$00</u>	
	38 393 000\$00	
		****/****

Marcos Miranda Guedes, *Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque, Ano lectivo 1970-1971- AHM- Fundo da Educação, Cx 55.*

1.5. Escolas Industriais e Comerciais

Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva (1ª. fase)	9 500 000\$00
Escola Industrial e Comercial de Lourenço Marques (1ª. fase)	767 000\$00
	<u>10 267 000\$00</u>

1.6. -Liceus

Liceu D. Ana da Costa Portugal (1ª. fase)	10 915 000\$00
Liceu de Nampula (complementos e ampliação)	1 867 000\$00
Liceu de Quelimana (trabalhos complementares)	200 000\$00
	<u>12 982 000\$00</u>

1.7. Institutos Industriais e Comerciais

Instituto Industrial de Lourenço Marques (para construção do 2º. pavilhão de salas de aulas)	3 240 000\$00
	<u>3 240 000\$00</u>

1.8. Escola de Regentes Agrícolas de Vila Pery (início da construção da 1ª. fase)

9 500 000\$00

1.9. Para apetrechamento de escolas do ensino primário, escolas preparatórias do ensino secundário, liceus, escolas comerciais e industriais, institutos e escolas de artes e ofícios

7 573 750\$00

1.10. Aquisição de terrenos:

Para o ensino primário	2 475 000\$00
Para o Centro Escolar de Lourenço Marques	1 000 000\$00
	<u>3 475 000\$00</u>

TOTAL GERAL 110 121 841\$40

2. PREVISTAS NO PLANO PARA 1973

2.1. Ensino Primário

Para satisfazer encargos assumidos em 1972	4 499 000\$00
Para construções novas (222 salas de aula e 59 residências para professores)	33 830 000\$00
	<u>38 329 000\$00</u>

.... /

Anexo IX

Alunos matriculados, nos anos lectivos 1963-1964 e 1964-1965

CURSOS	1963/64			1964/65		
	TOTAL H.M.	H.	M.	TOTAL H.M.	H.	M.
CURSOS COMERCIAIS:						
Geral de Comércio	2025	1187	838	2279	1337	942
Em Regime de Aperfeiçoamento	1009	395	614	1218	512	706
Secção Preparatória	885	737	148	893	755	138
Esteno-Dactilógrafa	100	55	45	132	70	62
	31	-	31	36	-	36
CURSOS INDUSTRIAIS:	52	-	52	57	-	57
Formação feminina	52	-	52	57	-	57

CURSOS E ANOS	ALUNOS MATRICULADOS			ALUNOS QUE OBTIVERAM PASSAGEM DE ANO E QUE CONCLUÍRAM O CURSO			PERCENTAGEM DE APROVAÇÕES
	Total H.M.	H.	M.	Total H.M.	H.	M.	
CURSOS COMERCIAIS:							
1.º ano de Comércio	1218	512	706	623	252	371	51,4
19.º ano	612	276	336	309	136	173	50,5
Anos Intermediários	356	142	214	215	82	133	60,4
Último Ano	250	94	156	99	34	65	39,6
Regime de Aperfeiçoamento	893	755	138	392	333	59	43,9
19.º ano	296	262	34	112	97	15	37,8
Anos Intermediários	569	472	97	270	229	41	47,4
Último ano	28	21	7	10	7	3	35,7
Curso Preparatório	132	70	62	63	41	22	47,7
Curso Dactilógrafo	36	-	36	20	-	20	55,6
19.º ano	22	-	22	11	-	11	50,5
Anos Intermediários	6	-	6	4	-	4	66,7
Último ano	8	-	8	5	-	5	62,5
CURSOS INDUSTRIAIS:							
1.º ano de Mecânica Feminina	57	-	57	36	-	36	63,2
19.º ano	24	-	24	15	-	15	62,5
Anos Intermediários	23	-	23	14	-	14	60,7
Último ano	10	-	10	7	-	7	70,0

Fonte: Relatório do Departamento do Ensino Técnico referente aos anos lectivos 1963-1964 e 1964-1965.

Anexo X

Aviso que publica a lista dos livros a adoptar nas Escolas de Ensino Técnico na Província, no ano lectivo 1963-1964

Rectificação

Rectificação ao Regulamento do Ensino Particular da Província de Moçambique, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2287, de 25 de Setembro de 1962, publicado no 2.º suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 38, 1.ª série, da mesma data.

No artigo 131.º do Regulamento do Ensino Particular da Província de Moçambique, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 2287, de 25 de Setembro de 1962, publicado no 2.º suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 38, 1.ª série, da mesma data, onde se lê: «será inutilizada uma estampilha fiscal de 7\$50», deve ler-se: «será inutilizada uma estampilha fiscal de 5\$».

(*Boletim Oficial* n.º 20, 1.ª série, de 18 de Maio de 1963).

Aviso

Aviso que publica a lista dos livros a adoptar nas escolas de ensino técnico da Província, no ano lectivo de 1963-1964.

Em cumprimento do despacho do Ex.^{mo} Secretário Provincial de 5 de Abril corrente, e para os devidos efeitos, são mandados adoptar, para o ano lectivo de 1963-1964, nas escolas de ensino técnico da Província, os seguintes livros únicos e outros:

Ciclo Preparatório

Língua e História Pátria:
Mar Alto (2 tomos), por Virgílio Couto.
Leituras de História de Portugal, por A. Matoso e Antonino Henriques.

Matemática — *Matemática*, por A. O. Santos Heitor.
 Ciências Geográficas-Naturais — *A Volta ao Mundo*, por António Matoso e O. Boléo.
 Desenho — *Desenho*, por Rogério de Andrade.
 Religião e Moral, por P. N. Rodrigues e Dr. José Barroso.

Curso Geral de Comércio

Português — *O Mundo Português*, por J. Monteiro Cardoso e O. Boléo.
 Francês — *Mon Ami Pierre*, por Fernando Pamplona, seguido de *Pierre dans le Commerce*, do mesmo autor.
 Dicionários de Francês-Português e Português-Francês, de Joaquim Figueira e J. Monteiro Cardoso.
 Inglês — *An English Primer*, por Virgílio Couto, seguido de *Two Steps Forward*, do mesmo autor.
 Cálculo Comercial — *Elementos de Cálculo Comercial* (2 tomos), por Luís Fontela e Pinheiro Henriques.
 Ciências Físico-Naturais — *Ciências Físico-Naturais*, por Leopoldino de Almeida e Jorge Matias.
 Direito Comercial — *Noções de Direito Comercial*, por Pires Cardoso.
 Código Comercial, por Bento Roque e Carvalho Costa.
 Geografia — *Compendio de Geografia*, por O. Boléo, Américo Palma e Alves Moura.
 Noções de Comércio — *Noções de Comércio*, por Bento Roque.
 Contabilidade — *Contabilidade*, por F. Gonçalves da Silva.
 Mercadorias — *Mercadorias*, por Leopoldino de Almeida e Jorge Matias.
 Técnica de Vendas — *Técnicas de Vendas*, por E. Magalhães, Carvalho Costa e Calvet de Magalhães.
 Economia Política — *Elementos de Economia Política*, por F. C. Costa e Bento Roque.
 História Geral e Pátria — *História Geral e Pátria*, por A. Matoso e Antonino Henriques.
 Caligrafia — *Compendio de Caligrafia*, por Manuel de Oliveira Cordeiro.
 Dactilografia — *Compendio de Dactilografia e Correspondência*, por Santos, Almeida.

Secção Preparatória para os Institutos Comerciais

Autologia de Autores Portugueses, por A. Reis Góis, Virgínia Mota e Irendino de Aguiar.

Curso de Formação Feminino

São adoptados os mesmos livros que para o Curso Geral de Comércio nas disciplinas de que consta o curso, e os *Elementos de Física e Química*, por Eugénio Monteiro.

Curso de Estenodactilógrafo

São adoptados os livros do Curso Geral de Comércio nas disciplinas idênticas.

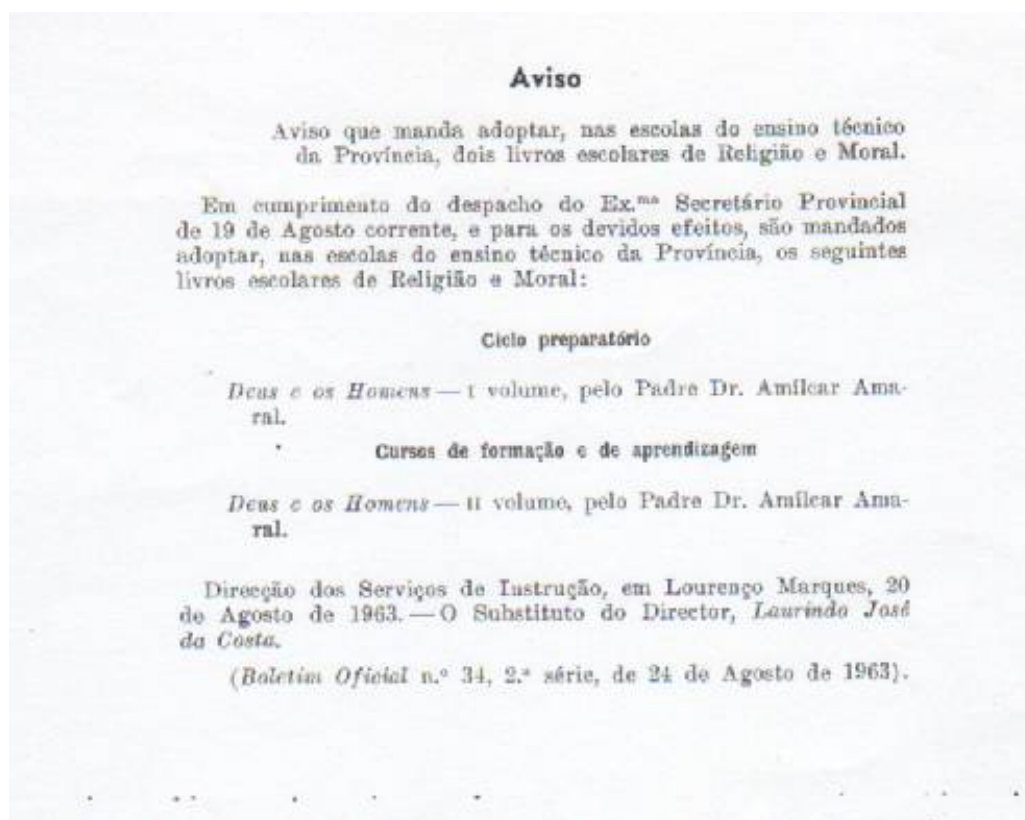
Cursos Industriais

Português — *O Mundo Português*, por J. Monteiro Cardoso e O. Boléo.
 Gramática Portuguesa, por O. Pinto Baptista e J. Salvador Sampaio.

Fonte: Anuário do Ensino Província de Moçambique:1963. P17 e 18.

Anexo XI

Adopção obrigatória na Província de Moçambique de manuais de Religião e Moral



Fonte: Boletim Oficial, N° 34. 2ª série, de 24 de Agosto de 1963.

Anexo XII

Quadro com os alunos matriculados no ano lectivo 1963-1964

ESCOLA COMERCIAL DR. AZEVEDO E SILVA

1963/64

Alunos matriculados em cada curso segundo as raças

CURSOS	19. A N. O										20. A N. O													
	TOTAIS	Reparigos					TOTAIS	Repezes					TOTAIS	Reparigos					TOTAIS	Repezes				
		B.	N.	I.	A.	M.		B.	N.	I.	A.	M.		B.	N.	I.	A.	M.		B.	N.	I.	A.	M.
Curso de Comércio	459	187	16	12	7	55	95	16	44	8	19	286	121	9	13	5	25	83	6	14	-	10		
Preparatória (D.e Noct.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Steno-Dactilógrafo	17	12	1	1	-	3	-	-	-	-	-	9	7	1	1	-	-	-	-	-	-	-		
Formação Feminina	16	13	1	1	-	1	-	-	-	-	-	10	9	-	1	-	-	-	-	-	-	-		
em Reg.de Aperfeiçoate.	432	20	18	2	4	6	85	265	12	5	15	204	20	5	3	1	11	62	81	13	3	5		

Alves

CURSOS	39. A N O										49. A N O									
	Reperigos					Repezes					Reperigos					Repezes				
	B.	N.	I.	A.	M.	B.	N.	I.	A.	M.	B.	N.	I.	A.	M.	B.	N.	I.	A.	M.
Curso de Comércio	215	85	7	11	3	24	66	2	12	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preparatória (D.e Noct9.)	105	35	5	4	-	7	39	6	9	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curso-Dactilógrafo	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Formação Feminina	11	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	2	-	-	1	-	-	-	-
Curso R. de Aperfeiçoamento	112	10	1	2	2	5	45	28	10	2	7	70	11	3	5	26	8	6	2	5

Clay

CURSOS	59. A N O										69. A N O										TOTAL GERAL			
	SOMOS	Reparigos					Repazes					SOMOS	Reparigos					Repazes						
		B.	N.	I.	A.	M.	B.	N.	I.	A.	M.		B.	N.	I.	A.	M.							
de Comg.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	960	
otória (D.e Noctg.)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	112
eno-Dactilógrafo...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31
mação Feminina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45
irfeioamento	28	1	1	1	-	2	14	2	2	-	5	39	7	-	-	1	2	20	4	5	-	-	-	885
																								2033

clean

Anexo XIII

Composição numérica das turmas dos cursos nocturnos e diurnos

Ano lectivo de 1963/64

COMPOSIÇÃO NUMÉRICA DAS TURMAS DOS CURSOS NOCTURNOS

CURSOS		ALUNOS			TOTAL POR ANOS	TOTAL POR CURSOS
		V.	F.	Soma		
				a)		
<u>Curso Geral de Comércio em</u>						
<u>Reg. de Aperfeiçoamento:</u>						
1º.ano	A	28	11	39		
	B	25	17	42		
	C	38	-	38		
	D	40	-	40		
	E	40	-	40		
	F	44	7	51		
	G	41	-	41		
	H	42	5	47		
	I	38	-	38		
	J	46	3	49	425	
2º.ano	A	73	7	80		
	B	43	8	51		
	C	44	12	56		
	D	67	8	75		
	E	60	12	72	334	
3º.ano	A	61	14	75		
	B	66	11	77		
	C	59	9	68	220	
4º.ano	A	62	16	78		
	B	59	22	81	159	
5º.ano	A	50	10	60	60	
6º.ano	A	50	21	71	71	1269
<u>Direito Fiscal:</u>	-	33	10	43	43	43
TOTAL GERAL						<u>1312</u>

a) Os alunos em cada turma não excedem 40.

COMPOSIÇÃO NUMÉRICA DAS TURMAS DOS CURSOS DIURNOS

CURSOS DIURNOS		ALUNOS		TOTAL		TOTAL
		M.	F.	POR	ANOS	POR CURSOS
<u>Curso Geral de Comércio:</u>						
1.º. ano	A	-	34	459		
	B	-	34			
	C	-	35			
	D	-	35			
	E	-	35			
	F	-	35			
	G	-	35			
	H	-	35			
	I	36	-			
	J	36	-			
	L	37	-			
	M	36	-			
	N	36	-			
	2.º. ano	A	-			36
B		-	36			
C		-	36			
D		-	36			
E		8	27			
F		36	-			
G		35	-			
H		36	-			
3.º. ano	A	2	32	215		
	B	-	35			
	C	-	35			
	D	-	36			
	E	37	-			
	F	38	-			
<u>Secção Preparatória:</u>		A	19	13	<u>112</u>	1072
		B	14	20		
		C	33	13		
<u>C. de Esteno-Dactilografo:</u>						
1.º. ano	A	-	17	<u>31</u>	31	
2.º. ano	A	-	9			
3.º. ano	A	-	5			
<u>C. de Formação Feminina:</u>						
1.º. ano	A	-	16	45	45	
2.º. ano	A	-	10			
3.º. ano	A	-	11			
4.º. ano	A	-	8			
TOTAL GERAL					<u>1148</u>	

Anexo XIV

Mapa de matrículas e aproveitamento por cursos e anos, no Ensino Diurno 1969-1970

- 34 -

MAPA Nº 19

ENSINO PROFISSIONAL INDUSTRIAL E COMERCIAL

MAPA DE MATRÍCULAS E APROVEITAMENTO POR CURSOS E ANOS, NO ENSINO DIURNO

1969/70

CURSOS	Eso. Ind. Mourinho de Albuquerque de Lourenço Marques			Eso. Comercial Dr. Azeredo e Silva de Lourenço Marques			Eso. Comercial Dr. Braga Peixoto de João Belo			Eso. Ind. e Comercial Vassô da Gama de Inhambane			Eso. Ind. Comercial Freire de Andrade, da Beira			Eso. Ind. Comercial Dr. Lacerda e Almeida, de Tete		
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)
Carp. Marceneiro																		
1º ano	40	24	60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	20	90,9	-	-	-
2º ano	25	15	60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º ano	6	6	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mont. Electricista																		
1º ano	223	153	68,6	-	-	-	-	-	-	13	5	38,4	158	103	65,2	6	6	100%
2º ano	196	129	65,8	-	-	-	-	-	15	6	40%	108	93	86,1	-	-	-	-
3º ano	86	75	87,2	-	-	-	-	-	4	3	75%	51	50	98%	-	-	-	-
Serralheiro																		
1º ano	53	24	45,2	-	-	-	-	-	33	20	60,6	83	43	51,8	6	6	100%	-
2º ano	52	33	63,4	-	-	-	-	-	29	21	72,4	33	30	90,9	-	-	-	-
3º ano	45	31	68,9	-	-	-	-	-	11	10	90,9	17	16	94,1	-	-	-	-
Form. Fumilina																		
1º ano	24	13	54,1	-	-	-	-	-	19	13	68,4	27	14	51,8	-	-	-	-
2º ano	14	12	85,7	-	-	-	-	-	13	7	53,8	20	14	70%	-	-	-	-
3º ano	16	16	100%	-	-	-	-	-	13	8	61,4	10	8	80%	-	-	-	-
4º ano	12	11	91,6	-	-	-	-	-	5	1	20%	10	6	60%	-	-	-	-
Mecânico de Automóveis																		
1º ano	104	68	65,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	37	16	43,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º ano	15	14	93,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pintura Decorativa																		
1º ano	32	13	40,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º ano	18	9	50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º ano	8	7	87,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4º ano	1	1	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

.../...

C U R S O S	Esc. Ind. Mouzinho de Albuquerque de Lourenço Marques			Esc. Com. Dr. Assereto o Silva de Lourenço Marques			Esc. Com. Dr. Braga Paizão, de João Belo			Esc. Ind. Com. Vasco da Gama, do Inhambane			Esc. Ind. Com. Freire de Andrade de Beira			Esc. Ind. Com. Dr. Lacerda de Alameda, de Teto		
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)
Aut. Lab. Químico	163	85	52%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	56	40	71,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	21	21	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Associação Prep. Inst. Ind.	103	69	66,9	-	-	-	-	-	-	6	4	66,6	35	24	68,5	-	-	-
	45	36	80%	-	-	-	-	-	-	6	6	100%	29	9	31%	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sec. Prep. Belas Artes	2	1	50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esteno-Dactilografia	-	-	-	19	6	31,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	10	6	60%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	5	5	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Geral de Comércio	-	-	-	814	561	68,9	-	-	-	112	65	58%	303	222	73,2	48	33	68,7
	-	-	-	545	352	64,5	53	24	45,2	63	27	42,8	155	102	65,6	-	-	-
	-	-	-	398	299	75,1	11	7	63,6	23	21	91,3	67	50	74,6	-	-	-
Secção Preparatória p. os Inst. Comerciais	-	-	-	272	110	40,4	-	-	-	10	5	50%	42	24	57,1	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1396	922	66%	2063	1339	64,9	64	31	48,4	375	222	59,2	1170	828	70,7	60	45	75%

Continuação do anexo nº 23 (1ª parte)

CURSOS	ESCOLA Ind. Monsinho de Albuquerque de Lourenço Marques			Escola Comercial Dr. Assunção e Silva de Lourenço Marques			Escola Ind. Comercial Dr. Engenheiro Fátima de José Belo			Escola Ind. Comercial Vasco da Gama de Inhambane			Escola Ind. Comercial Freiras da Andrade da Beira			Es. Ind. Comer. Dr. Lacerda e Almeida, Fote		
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)
Curso de Instrução Militar Civil	23	12	52,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.ano	6	62,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	20.ano	7	71,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	30.ano	2	50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Curso de Comércio em Regime de Aperfeiçoamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.ano	-	-	249	118	47,3	-	-	-	44	34	77,2%	106	39	36,7	-	-	-
	20.ano	-	-	295	105	35,5	-	-	-	31	19	61,3%	102	29	28,4	-	-	-
	30.ano	-	-	223	90	40,4	-	-	-	33	32	96,9%	73	21	29,7	-	-	-
	40.ano	-	-	201	39	19,4	-	-	-	21	16	76,1%	70	16	22,8	-	-	-
	50.ano	-	-	118	22	18,6	-	-	-	16	13	81,2%	53	13	24,5	-	-	-
	60.ano	-	-	122	41	33,6	-	-	-	34	24	70,5%	50	12	24%	-	-	-
Distrito Fiscal	-	-	-	26	19	95%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1027	303	29,5	1228	402	32,7	-	-	-	240	131	75,4	758	227	29,9	-	-	-

Anexo XV

Ensino Profissional Industrial e Comercial Matrículas e Aproveitamento, por Cursos e Anos, no Ensino Diurno e de Aperfeiçoamento 1970-1971

MAPA Nº 19
1970/1971

ENSINO PROFISSIONAL INDUSTRIAL E COMERCIAL
MATRÍCULAS E APROVEITAMENTO, POR CURSOS E ANOS, NO ENSINO DIURNO

b) Alunos que obtiveram aproveitamento
a) Porcentagem de aproveitamento

CURSOS	Industrial			Comercial			Industrial e Comercial			Industrial e Comercial			Industrial e Comercial			Industrial e Comercial			TOTAL		
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)
Carp. e marceneiro																					
1º Ano	26	20	76,9%	-	-	-	19	18	94,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	38	84,4%
2º Ano	31	28	90,3%	-	-	-	19	18	94,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	46	92%
3º Ano	15	13	86,6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	13	86,6%
Mont. e eletr. eletr.																					
1º Ano	199	105	52,7%	-	-	-	24	14	58,3%	137	99	72,2%	16	11	68,7%	51	10	35,2%	46	30	65,2%
2º Ano	249	100	75,5%	-	-	-	14	10	71,4%	141	86	60,9%	9	6	66,6%	47	14	29,7%	53	21	39,6%
3º Ano	132	105	79,5%	-	-	-	4	3	75%	68	45	66,1%	-	-	-	20	5	25%	23	22	95,6%
Serralheiro																					
1º Ano	56	30	53,5%	-	-	-	30	19	63,3%	73	45	61,6%	17	7	41,1%	21	7	33,3%	18	17	94,4%
2º Ano	42	28	66,6%	-	-	-	35	21	60%	53	32	60,3%	6	6	100%	27	8	29,6%	22	6	27,2%
3º Ano	41	27	65,8%	-	-	-	8	7	87,5%	25	22	88%	-	-	-	5	5	100%	11	11	100%
For. Feminina																					
1º Ano	11	8	72,7%	-	-	-	10	7	70%	18	12	66,6%	-	-	-	13	3	23%	-	-	-
2º Ano	13	9	50%	-	-	-	17	16	94,1%	24	13	54,1%	-	-	-	13	4	30,7%	-	-	-
3º Ano	14	2	85,7%	-	-	-	8	6	75%	15	13	86,6%	-	-	-	4	4	100%	-	-	-
4º Ano	19	4	73,6%	-	-	-	13	13	100%	10	9	90%	-	-	-	4	4	100%	9	-	-
Mec. autom. e vein																					
1º Ano	47	26	55,3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º Ano	83	34	40,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º Ano	12	8	66,6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mont. radiotéc.																					
1º Ano	12	9	75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Mapa nº 19 continuação

CURSOS	Industrial			Comercial Dr. Comercial			Industrial e Comercial Van			Industrial e Comercial			Industrial e Comercial Dr.			Industrial e Comercial			Comercial			Comercial			T O T A L								
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)						
Pintura Decor.																																	
	1º Ano	23	17 73,9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	17 73,9%							
	2º Ano	16	10 62,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	10 62,5%							
	3º Ano	8	6 75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	6 75%							
Aux. Lab. quimica																																	
	1º Ano	153	79 51,6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153	79 51,6%							
	2º Ano	91	72 79,1%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91	72 79,1%							
	3º Ano	43	33 76,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	33 76,7%							
Sec. Prep. Inst.																																	
	1º Ano	147	84 57,1%	-	-	-	-	-	-	9	7 77,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	116 41,0%						
Sec. Prep. Instr. Artes																																	
	1º Ano	75	60 80%	-	-	-	-	-	-	5	4 80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141	90 63,8%						
	2º Ano	5	4 80%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4 80%						
Est. dactilóg.																																	
	1º Ano	-	-	20	6 30%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	6 30%						
	2º Ano	-	-	6	3 50%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3 50%						
Genral Comero.																																	
	1º Ano	-	-	644	320 50%	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56	52	44,28	107	60,56
	2º Ano	-	-	631	320 50%	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40	27	11,40	78	62,40
Sec. Prep. In. Comerciais																																	
	1º Ano	-	-	408	201 49,26%	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63	12	2,94	23	5,63
	2º Ano	-	-	284	150 52,8%	-	-	-	26	20,76	9%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	6 30%					
Total	1576	1035	66,4%	1998	1013	50,7%	91	36	39,5%	415	261	62,6%	1309	777	59,3%	135	77	57%	480	212	44,1%	603	401	66,5%	95	74	77,6%	161	113	70,1%	88	47	53,4%

a) Alunos matriculados

b) Alunos matriculados em 1957

c) Alunos matriculados em 1958

INDUSTRIAL, PROFISSIONAL, INDUSTRIAL E COMERCIAL

MATRICULAS E AS INSCRIÇÕES EM 1957

MAPA Nº 20 continuação

CURSOS	Industrial			Comercial Dr. Asvedo e Silveira de Lourenço Marques			Comercial Dr. Vasco da Gama de Inhambane			Industrial e Comercial Francisco de Almeida			Industrial e Comercial Houzel de Namibia			Comercial e Industrial de Angola			Comercial e Industrial de Angola			TOTAL		
	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)	a)	b)	c)
Soc. Preparat. Inst. Industriais																								
1º Ano	54	15	36%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93	29	31,2%
2º Ano	25	8	32%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	8	32%
3º Ano	4	4	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	100%
O-Mostrança Com. Trupão Civil																								
1º Ano	16	5	31,2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	14	40%
2º Ano	12	9	75%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	9	75%
3º Ano	5	5	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	100%
4º Ano	5	5	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5	100%
Ger. de Comércio																								
1º Ano	-	-	-	244	60	24,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	717	182	25,3%
2º Ano	-	-	-	303	72	23,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	654	205	31,3%
3º Ano	-	-	-	258	56	21,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	513	149	29,2%
4º Ano	-	-	-	195	40	20,5%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	394	117	29,7%
5º Ano	-	-	-	139	67	48,2%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	253	97	38,3%
6º Ano	-	-	-	106	27	25,4%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	215	68	31,6%
Direito Fiscal	-	-	-	6	5	83,3%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	5	83,3%
TOTAL	1144	451	39,4%	1251	335	26,7%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4728	1535	32,5%

a) Alunos matriculados
b) Alunos que obtiveram aproveitamento
c) Exceções legais, de aproveitamento

Fontes e Bibliografia

Fontes

Arquivo Histórico de Moçambique

Fundo da Educação

Caixa 3

- Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva- 1963-1964
- Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva de Lourenço Marques- 1964-1965

Caixa 4

- Processo nº3444.

Caixa 27

- Informação Nº139 de 30 de Outubro de 1962.

Caixa 35

- Distribuição do Serviço da Escola Comercial, Dr. Azevedo e Silva- ano lectivo 1965-1966.
- Distribuição do Serviço lectivo, de 18 de Janeiro de 1970.

Caixa 39

- Processo 2560

Caixa 54

- Processo Nº3246- Nota de 15 de Outubro de 1959- Direcção dos Serviços de Instrução.

Caixa 55

- Processo 3260.
- Relatório da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva - 1964-1965.

- Relatório do Departamento do Ensino Técnico Profissional e Médio – Ano lectivo de 1969-1970.
- Relatório da Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque, Ano lectivo 1970-1971.
- Relatório do Ensino Técnico, 1970-1971:mapas 3 e 7,14, 19,20.
- Relatório do Ensino Profissional - Ano lectivo 1970-1971: mapa 10.

Caixa 56

- Processo 33- Nota enviada pelo Director do Ensino Técnico profissional Substituto, José Bernardo Barata de 25 de Junho de 1973,
- Relatório do Ensino Técnico 1968-1969.
- Processo 33- Nota enviada pelo Director do Ensino Técnico profissional Substituto, José Bernardo Barata de 25 de Junho de 1973.

Caixa 60

- Relatório dos Empreendimentos Financiados Pelo III Plano de Fomento.
- Relatório da Inspecção Provincial de Educação de Moçambique. 1971-1972.

-Caixa 100

- Processo J-5 vol1 Mocidade Portuguesa.

Caixa 120

- Documentos confidenciais

Caixa 145

- Informação sobre a Escola Comercial Azevedo e Silva - Director António Pires Carvalho

Caixa 208

- Documentação Diversa – Informação Nº 64/66
- Proposta de alteração do orçamento vigente – Director da Escola Comercial Dr. Azevedo e Silva, José Pereira Vinhal

Arquivo Fotográfico do Arquivo Histórico de Moçambique

Fotografias

Foto 1 – Parte baixa da cidade de Lourenço Marques, 1895 – Icn 2- Armário A, Prateleira1, Cx 1.

Foto 2- Liceu nacional 5 de Outubro e seu Reitor

Foto 3- Aracada do Liceu Nacional 5 de Outubro

Foto 4- Escola Comercial de Lourenço Marques (Início dos anos 70) – Icn 214 – Armário A, Prateleira 3, Cx 12

Foto 5- Escola Comercial de Lourenço Marques (Início dos anos 70) – Icn 213 – Armário A, Prateleira 3, Cx 12

Foto 6- Escola Comercial de Lourenço Marques (Início dos anos 70) – Icn 215 – Armário A, Prateleira 3, Cx 12

Legislação

- Portaria Nº8:448, de 8 de Julho de 1930
- Diploma Legislativo – Nº352, de 27 de Julho de 1932
- Decreto - Lei Nº 1:941, de 11 de Abril de 1936.
- Decreto-Lei Nº27:089, de 14 de Abril de 1936.
- Decreto-Lei Nº27:279, de 24 de Abril de 1936.
- Decreto - Lei Nº26:611, de 19 de Maio de 1936.
- Decreto – Lei Nº 26:893, de 15 de Agosto de 1936.
- Decreto – Lei Nº27:084, de 14 de Outubro de 1936.
- Decreto – Lei Nº 27:279, de 24 de Novembro de 1936.
- Decreto – Lei Nº 29:453, de 17 de Fevereiro de 1939.
- Portaria Nº9 de 11 de Agosto de 1939.
- Portaria Nº4:091, de 3 de Julho de 1940.
- Portaria Nº4:134, de 21 de Agosto de 1940.
- Diploma Legislativo – Nº724, de 11 de Setembro de 1940
- Portaria nº14, de 16 de Setembro de 1942.
- Portaria Nº5:042 de Abril de 1943.
- Portaria Provincial nº5565, de 12 de Junho de 1944.
- Portaria Nº 6:163, de 13 de Outubro de 1945.
- Lei Nº2:025, de 19 de Junho de 1947.
- Decreto - Lei Nº 37:028, de 25 de Agosto de 1948.
- Decreto Lei Nº37:029 de 25 de Agosto de 1948.
- Decreto Nº37:029, de 25 de Agosto de 1948.
- Portarias Nºs 13:883, 13:884 e 13:885 de 15 de Março de 1952.
- Decreto Nº38:679, de 17 de Março de 1952.
- Diploma Legislativo Nº1132, de 19 de Julho de 1952.
- Portaria Nº 9:438, de 1 de Agosto de 1952.
- Portaria Nº17:281 de 22 de Agosto de 1952.
- Decreto Nº38:972, de 28 de Outubro de 1952.
- Portaria Nº17:281, de 22 de Agosto de 1952.
- Portaria Nº14:509 de 21 de Agosto de 1953.
- Decreto Nº 39:344, de 1 de Setembro de 1953.
- Decreto-lei Nº 39:532, de 6 de Fevereiro de 1954.

- Decretos Nº, 39:850, de 15 de Outubro de 1954
- A Portaria Nº 10:366, de 10 de Abril de 1954.
- Decreto Nº 39:850, de 15 de Outubro de 1954.
- Portaria Nº15:355, de 24 de Abril de 1955.
- Decreto Nº40:317, de 14 de Setembro de 1955.
- Portaria Nº12:331 de 30 de Janeiro de 1958.
- Decreto Nº41:686 de 18 de Junho de 1958.
- Portaria Nº17:174, de 18 de Maio de 1959.
- Decreto Nº45:235, de 7 de Setembro de 1959.
- Diploma Legislativo Nº2: 111, de 28 de Junho de 1961.
- Diploma Legislativo Nº2:285 de 25 de Setembro de 1962.
- Portaria Nº 16:933. De 1 de Junho de 1963.
- Decreto Nº45:235, de 7 de Setembro de 1963.
- Decreto Nº48:868, de 17 de Fevereiro de 1969.

Periódicos

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1950. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1951. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1952. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1953. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1954. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1958. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1959. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1963. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

-*Anuário do Ensino da Província de Moçambique 1965. Colónia de Moçambique - Instrução Pública.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.

- *Anuário de Lourenço Marques (1935).* Imprensa Nacional de Moçambique - Lourenço Marques

- *Panorama do Ensino na Província de Moçambique, 1963.* AHM

-*Querer*, *Jornal do Centro de Formação Geral Nº6 da Mocidade Portuguesa, Escola Comercial de Lourenço Marques*, Ano I, Nº1 Maio de 1956, Nº 2, Dezembro de 1956. Tipografia “Diário”. 1956 (Director. Carlos da Silva Ferreira).

Bibliografia

Almeida, Luís Moreira (2006). *A Instrução Pública em Moçambique – sua evolução*. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

Aleida, Pedro de (1978). *História do colonialismo português em África: Cronologia século XV – séc. XVIII*. Lisboa: Estampa.

Alves, Luís Alberto, Pedro Sousa, Teresa Morais e Francisco Araújo (2009). *Ensino Técnico (1756-1973)*. Secretaria-Geral do Ministério da Educação. Lisboa

Andrade, João Cantinho Machado Figueiras (1968)) *As actividades circum-escolares e a Escola*. Dissertação Pedagógica. Lourenço Marques. S Editora

Antologia Colonial Portuguesa. Lisboa, AGC, 1946.

Bardin, Laurence (2008). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, Lda.

Barreto, António (Cord.) (sd). *Estatuto da educação nacional in Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas.

Barroso, João (Org.) (1996) *O estudo da Escola*. Porto: Porto Editora.

Barroso, João (1995). *Liceus – Organização Pedagógica e Administração (1836 – 1960)*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Barroso, João (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bell, Judith (2004). *Como Realizar Um Projecto de Investigação – Trajectos*. Lisboa: Gradiva.

Bessa, Isabel Teixeira Dias (1994). *Arquitectura e Memória do Estado Novo ao 25 de Abril – O Liceu Júlio Henriques / João III / João Falcão de Coimbra*. In *Revista de História das Ideias*, vol 16. (não tenho referência do local nem da editora)

Belchior, Manuel Dias (1965) “Evolução política do Ensino em Moçambique” Sep. De Moçambique, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Bogdan, Robert e Sari Biklen (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique – Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987- Nº 2 Especial- (1987) Maputo: Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane. (Aniceto dos Muchangos e Teresa dos Santos Oliveira)

Burke, Peter, (Org.) (1986). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. S. Paulo: Editora Unesp.

Candeias, António (1994). *Educar De Outra Forma – Escola Oficina Nº 1 de Lisboa 1905-1930*.Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Carvalho, Alfredo Tomé (1998). *O Ensino Técnico profissional em Portugal*. Évora: Dissertação de Mestrado da Universidade de Évora.

Carvalho, Rómulo (1985). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Chartier, Roger (sd). *À Beira da Falésia - A História entre Certezas e Inquietude*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Correia, Luís Antunes Grosso (2002). *Récita do Liceu Rodrigues de Freitas / D. Manuel II*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Compère, Marie – Madeleine(1997) – *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: Institut national de recherche pédagogique – Éditions Économica.

Correia, António Carlos da Luz, *Les representations du temps dans l'organisation de l'école primaire au Portugal (1772-1940)* in *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: Institut national de recherche pédagogique – Éditions Économica.

Cunha, J.M. da Silva (1967). *Acção Educativa no Ultramar*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

Ferreira; Isabel Alves (1994) *Mocidade Portuguesa Feminina – um ideal educativo in Revista de História das Ideias*. Vol. 16

Ferrer, Alejandro (2005). *Desenvolver competências – chave em educação: algumas lições extraídas da experiência nacional e internacional*. Lisboa. Asa Editores

Grácio, Sérgio (1987). *Política Educativa como Tecnologia Social As reformas dos Ensino Técnico de 1948 e 1983*. Lisboa: Biblioteca do educador, Livros Horizonte.

Gomes, Joaquim Ferreira (1996) “O Ensino em Portugal do século XVI ao século XX”, *Para uma História da Educação Colonial*, Lisboa / Porto, António Nóvoa, Marc Depaepe, Erwin V. Johanningmeier, Diana Soto Arango (eds.), 25-34.

Gomes, Rui (1993). *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*. Lisboa: Educa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.

Gomes, Rui (1996) “Percursos da educação colonial no Estado Novo (1950-64)”, *Para uma História da Educação Colonial*, Lisboa / Porto, António Nóvoa, Marc Depaepe, Erwin V. Johanningmeier, Diana Soto Arango (eds.), 153-163.

Gómez, Miguel Buendía (1999). *Educação Moçambicana – História de um processo: 1962-1984*. Maputo: Livraria Universitária – Universidade Eduardo Mondlane.

Huberman, Michael (1989). *L' avie des enseignants*. Neuchâtel – Paris: Delachaux & Niestlé.

Hutmacher.W. (1992) “A Escola em todos os seus estados: Das políticas de Sistemas às estratégias de estabelecimento”. *As organizações escolares em análise*. António Nóvoa (coord.), Lisboa: ed. Dom Quixote, pp. 45-74

Lorenzo, Manuel Ferraz (Coord.). (2005). *Repensar La História de la Educación – Nuevos desafíos, nuevas proprostas*. Bilioteca Nueva de Madrid.

Madeira, Ana Isabel (2007). *Ler, Escrever e Orar: Uma Análise Histórica e Comparada dos Discursos Sobre a Educação, O Ensino e a Escola em Moçambique, 1850-1950*. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Magalhães, Justino (1999). “Breve apontamento para a história das instituições educativas”, en Sanfelice, José Luís et all.(orgs.) *História da Educação. Perspectivas para um intercâmbio internacional*. São Paulo: Editora Autores Associados.

Magalhães, Justino (1999). “ Contributo para a História das Instituições Educativas – Entre a Memória e o Arquivo”. *Para a História do Ensino Liceal em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho.

Magalhães, Justino (2000). *História da Educação – História das Instituições Escolares e das Práticas Educativas*. Braga: Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

Marques, Fernando Moreira (2003). *Os Liceus do Estado Novo - Arquitectura, Currículo e Poder*. Lisboa: Educa.

Medina, João (Dir.) (1985). *História Contemporânea de Portugal* 1- “A Mocidade Portuguesa”. Amigos do Livro Editores. Tomo I

Mogarro, Maria João (2001). As Instituições educativas: teorias, história e memória. In *A Formação de professores no Portugal Contemporâneo – a Escola do Magistério Primário de Portalegre*. Badajoz: Universidade da Estremadura.

Mónica, Maria Filomena (1978). *Educação e sociedade no Portugal de Salazar. A escola primária salazarista – 1926-1930*. Lisboa, GIs / Editorial Presença.

Monteiro, A. Reis (2005). *História da Educação – Uma perspectiva*. Porto: Porto Editora.

Muchangos, Aniceto e Teresa Oliveira (1987). *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique – Centenário da Cidade de Maputo 1887-1987- Nº 2 Especial - Divisão Gráfica da Universidade Eduardo Mondlane*.

Nunes; João Paulo Avelãs (1995) “As Organizações de Juventude do Estado Novo (1934-1949)” *Revista de História das Ideias* . Vol 17.

Nóvoa, António (1990), *Análise da Instituição Escolar*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa.

Nóvoa, António (1986). *Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (século XVI - XX)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

Nóvoa, António (1992). “ A Educação Nacional (1930-1960) ”, Nova História de Portugal, Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), Vol.XII: Portugal e o Estado Novo, Lisboa, Editorial Presença. 455-519.

Nóvoa, António (2004) - Entrevista concedida por email em Outubro de 2004 ao CRE Mario Covas/SEE-SP).

Nóvoa, António e RUIZ BERRIO, Julio. (Eds.) (1992). *A história da educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. 1º Encontro Ibérico de História da Educação, S. Pedro do Sul, Portugal.

Nóvoa, António (1996). “*História da educação: Percursos de uma Disciplina.*” In *Análise Psicológica*, 4 (XIV). 417-434.

Nóvoa, António (1998). *Histoire & Comparaison (Essais sur L’Education)*. Lisboa: Educa.

Nóvoa, António (Coord.) (2003). *Liceus de Portugal – Histórias, Arquivos, Memórias*. Lisboa: Edições Asa.

Nóvoa, António. (Coord) (1995). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. 187 p. Nova Enciclopédia, 40 – Temas de Educação, 2ª ed.

Nóvoa, António, (Org.) (1999). *Para uma História da Educação Colonial*. Lisboa: Educa – Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Nóvoa, António, (Org.) (1999). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora.

Nóvoa, António, (Org.) (1992). *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora.

Paulo, João Carlos in Bethencourt, Francisco e Kirti Chaudhuri (Dir.) (1999). “*Da Educação Colonial Portuguesa ao Ensino no Ultramar*”. In *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol.5

Pereira, Alexandre e Carlos Poupá (2006). *Como escrever uma Tese, Monografia ou Livro Científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.

Pintassilgo, J. & Costa, R. A. (2007). “A construção histórica do tempo escolar em Portugal (do final do século XIX às primeiras décadas do século XX)”. In J. Gómez Fernández, G. Espigado Tocino, & M. Beas Miranda (Eds.). *La escuela y sus escenarios*. (pp. 105-130). El Puerto de Santa Maria: Concejería de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa Maria.

Pintassilgo, J. (2007). Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da Educação Nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). *História da educação*, 11(23), 35-65.

Pintassilgo, J. (2005). A profissão e a formação no discurso dos professores do ensino liceal. In L.N.Xavier; M.M.C. Carvalho; A. W. Mendonça; & J.L. Cunha (Orgs.). *Escola, culturas e saberes* (pp.56-73). Rio de Janeiro: Editora FGV / S.B.H.E.

Pires, Edmundo Andrade (1966) *Evolução do ensino em Moçambique nos últimos 40 anos*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique.

Poirier, Jean, Simone Clapier – Valladon e Paul Raybaut (1999). *Histórias de Vida*. Oeiras: Celta Editora.

Revel, Jacques.(1998). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

Rodrigues, Maria Manuela Pereira Figueiredo (2002). *O Diálogo das Pedras – A dimensão ecológica dos espaços escolares de ensino primário (1772-1926)*. Lisboa : Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Rosas, Fernando (Direc.) (1996) *Dicionário de História do Estado Novo*.Lisboa: Bertrand Editora, Vol. I

Rufino, José dos Santos(1929)- *Albúns Fotográficos e Descritivos da Colónia de Moçambique – Lourenço Marques- Edifícios Públicos, Porto; Caminhos de Ferro, etc.* Vol. II - Lourenço Marques. Edição do autor.

Saute, Alda Romão (2004). *Escola de Habilitação de Professores indígenas “José Cabral”, Manhiça – Alvor: 1926-1976 – Maputo: Promédia.*

Santos, António Cristóvão, in Serrão, Joel (Coord.) (Sd). *Ensino Técnico Médio - Dicionário de História de Portugal*, Vol. 2

Serrão, Joel e A.H. Oliveira Marques (1990). *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo - A Educação Nacional*. Lisboa: Ed. Presença, Vol. XII.

Silva, Albina Santos, António Aresta e Jorge Pereira (2004). *A Educação em Moçambique, Providências Legislativas (1904-1950)* . Maputo: Núcleo de História da Educação, Escola Portuguesa de Moçambique – Centro de Ensino e Língua Portuguesa.

Silva, Carlos Manique (2002). *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma Análise Histórica Sobre a Arquitectura Escolar Portuguesa-1860-1920*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Silva, Rui Pereira da (1997) "O Estado Novo e a questão colonial", *Visão*, ano XIX, nº30, 24-25.

Spencer, Augusto (1950) *Relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Lourenço Marques e Circunscrições de Marracuene*. Lourenço Marques. Imprensa Nacional de Moçambique.

Teixeira, Hélder César Spínola (2006). *O Liceu Nacional do Funchal (1837- 1900) Subsídios para a sua história*. Madeira: Universidade da Madeira.

Viñao, António (1996). *Espacio y tiempo. Educación e história*. Morelia, Instituto Michoacano de Ciências de la Educación.

Violante, Américo David Ramos (1956). *A Escola Comercial de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique

